

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

GUILHERME VARGAS PEDROSO

NAS MARGENS DA REPÚBLICA:
TRABALHADORAS E TRABALHADORES NEGROS NO
ALEGRETE/RS PÓS-ABOLIÇÃO (1890-1910)

Porto Alegre, 2023.

Guilherme Vargas Pedroso

**NAS MARGENS DA REPÚBLICA:
TRABALHADORAS E TRABALHADORES NEGROS NO
ALEGRETE/RS PÓS-ABOLIÇÃO (1890-1910)**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em História**.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Fernanda Oliveira da Silva

Porto Alegre, 2023.

CIP - Catalogação na Publicação

Pedroso, Guilherme
Nas margens da República: trabalhadoras e
trabalhadores negros no Alegrete/RS pós-abolição
(1890-1910) / Guilherme Pedroso. -- 2023.
166 f.
Orientadora: Fernanda da Silva.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2023.

1. História social do trabalho. 2. Pós-abolição. 3.
Trabalhadores. 4. Rio Grande do Sul. 5. Interior. I.
da Silva, Fernanda, orient. II. Título.

Guilherme Vargas Pedroso

**NAS MARGENS DA REPÚBLICA: TRABALHADORAS E
TRABALHADORES NEGROS NO ALEGRETE/RS PÓS-ABOLIÇÃO
(1890-1910)**

Dissertação apresentada ao curso de
Mestrado em História da
Universidade Federal do Rio
Grande do Sul (UFRGS), como
requisito parcial para obtenção do
título de **Mestre em História**.

Porto Alegre, 17 de abril de 2023.

Resultado: Aprovado com louvor.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



FERNANDA OLIVEIRA DA SILVA

Data: 20/07/2023 20:51:29-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Fernanda Oliveira da Silva (presidente/orientadora)

Documento assinado digitalmente



CLAUDIA MAUCH

Data: 21/07/2023 11:44:25-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Cláudia Mauch (UFRGS)

Documento assinado digitalmente



MARIA DO CARMO MOREIRA AGUILAR

Data: 21/07/2023 22:04:09-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Maria do Carmo Moreira Aguilár (UFRGS)

Documento assinado digitalmente



PAULO ROBERTO STAUDT MOREIRA

Data: 21/07/2023 08:09:11-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira (UFPel)

AGRADECIMENTOS

Sobrevivi. Sobrevivemos!

Quando iniciei esta pesquisa de mestrado, havia saído da graduação a poucos dias. O mundo estava aterrorizado por uma Pandemia e nossas vidas eram dia após dia ameaçadas por vírus até então muito pouco conhecido. No caso de nós brasileiros, vivíamos em um delicado momento da política nacional, com um governo negacionista e contrário a produção científica, às Universidades públicas e às ciências humanas em específico. Então para além do vírus que se não nos adoecia diretamente, causava (e ainda causa) muitos medos, inseguranças e incertezas sobre o amanhã.

Afinal, com o mundo imerso em uma crise sanitária, o Brasil sob um governo fascista e negacionista, para que serve um mestrado em história? Ao longo da pesquisa, parei para refletir várias e várias vezes acerca disso, até que um dia me peguei pensando que eu não saberia problematizar tais questões se não fosse justamente o estudo e a pesquisa em história. Conhecimento produzido por todas aquelas e aqueles que vieram antes de mim e de todas aquelas e aqueles que me acompanham nessa jornada de produção do conhecimento histórico na atualidade.

O tempo passou, e a pesquisa se encerra em um outro momento. Ainda de muitas inseguranças, mas agora com a retomada da possibilidade de esperar. Então, caro leitor e leitora, nós sobrevivemos!

Se o contexto de produção da pesquisa foi complicado, ela só foi possível por conta de uma rede de pessoas e instituições que possibilitaram que eu empreendesse esforços para construí-la e executá-la, chegando a este produto final.

- Para não recair no erro de esquecer de nomear alguém, agradeço a toda minha família e amigos por não soltarem nunca minha mão e sempre fortalecerem e impulsionarem meus sonhos e conquistas. Em especial, agradeço a tia Marisa e a Josiane, pela amizade, cumplicidade e amor que tanto trocamos e me impulsiona sempre a seguir em frente.

- Ao Grupo de estudos sobre o pós-abolição da UFSM, que me inseriu no campo de estudos do pós-abolição ainda na graduação. Aos colegas que compõem o grupo, obrigado pelas trocas, pelos aprendizados, mas principalmente, por mostrarem que a academia pode ser um lugar de acolhimento. Em especial, agradeço ao Fernando, a Alícia, Franciele, Taiane e Helen pelas trocas, leituras e conversas.

- À minha orientadora, professora Fernanda Oliveira, pelas conversas, pelos amparos, pelos ensinamentos. Obrigado pela parceria, por assim como o GEPA, mostrar que a pesquisa não precisa ser um processo dolorido e que a Universidade também é um lugar para mim.
- Aos professores e professoras do PPGH da UFRGS pela excelência do ensino. Aos funcionários de tal Departamento, pela atenção com a burocracia.
- À banca examinadora, agradeço pela generosidade do aceite, pela leitura e pelos apontamentos. Ao professor Paulo Moreira e Marcus Vinicius, agradeço pelo acolhimento da banca de qualificação e pelas excelentes contribuições que enriqueceram tanto o trabalho, quanto a forma como reflito sobre a história.
- À CAPES pela bolsa concedida ao longo de todo o período da pesquisa.
- Aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), em Porto Alegre, do Centro de Documentação e Pesquisa de Alegrete (CEPAL) e do Arquivo Histórico Municipal de Alegrete Miguel Jaques Trindade (AHMAMJT), pela atenção, recepção e generosidade no atendimento e disponibilização dos documentos aqui utilizados.
- Por fim, para Alícia, minha companheira de vida, de casa, de sala de aula, de pesquisa, de viagens aos arquivos. Obrigado pela motivação diária, por vibrar com minhas conquistas, pelo aconchego nas derrotas, por sonhar junto comigo. Pelo amor, pelo sorriso, pelo carinho, pela presença.

RESUMO

NAS MARGENS DA REPÚBLICA:

TRABALHADORAS E TRABALHADORES NEGROS NO ALEGRETE/RS PÓS-ABOLIÇÃO (1890-1910)

Esta pesquisa investiga as ocupações de trabalhadoras e trabalhadores negros no pós-abolição em Alegrete, município do interior do Rio Grande do Sul, localizado nas margens da fronteira oeste do Estado. O recorte temporal do estudo concentra-se entre os anos de 1890 e 1910, momento imediato após a abolição da escravidão no Brasil, buscando, ao longo deste período, traçar um perfil das trabalhadoras e trabalhadores negros do município. Neste sentido, procurou-se investigar questões como o cotidiano, as experiências dos sujeitos em meio a precariedade do trabalho e a sua relação com o aparato repressivo empreendido pelo Estado no momento inicial da República brasileira. Para isso, as fontes documentais utilizadas foram jornais, processos criminais, registros hospitalares e documentos administrativos da Intendência e da Cadeia Municipal. A pesquisa aponta para a racialização no interior do mundo do trabalho, a partir das diferenças observadas entre mulheres e homens brancos e não brancos, não só no que tange ao acesso a determinadas ocupações, como no modo de viver e sobreviver no pós-abolição.

Palavras-chave: pós-abolição; trabalhadores; Alegrete.

ABSTRACT

ON THE MARGINS OF THE REPUBLIC:

BLACK WORKERS IN ALEGRETE/RS POST-ABOLITION (1890-1910)

This research searches the working related activities of black workers in the post-abolition period in Alegrete, a city in the countryside of Rio Grande do Sul, located on the west border of the state. The time frame of the study is the period between the years 1890 and 1910, immediately after the abolition of the slavery period in Brazil, aiming to outline a profile of black male and female workers in the municipality identify, throughout this period. In this context, we sought to investigate issues such as daily activities, the experiences of black workers in the midst of precarious work conditions, and their interactions with the repressive apparatus created by the State in the early days of the Brazilian Republic. The sources used on this research mainly focus on newspapers, criminal cases, hospital records, administrative documents from the State and records from the municipal jail. The research indicates the racialization within the world of work, based on the differences observed between white and non-white women and men, not only analysis their access to certain occupations, but also discussing their way of living and surviving in the post-abolition period.

Keywords: post-abolition; workers; Alegrete.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Demonstrativo dos presos da Cadeia Civil de Alegrete.....	25
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Crimes e contravenções (Alegrete, 1901-1904).....	54
Tabela 2 - Sexo e cor das trabalhadoras e trabalhadores presentes no HSCCA (1890-1910)	83
Tabela 3 - Nacionalidade das trabalhadoras e trabalhadores presentes no HSCCA (1890-1910).....	86
Tabela 4 - Estado Civil das trabalhadoras e trabalhadores presentes no HSCCA (1890-1910).....	89
Tabela 5 - Ocupações das trabalhadoras negras (1890 – 1910)	98
Tabela 6 - Ocupações dos trabalhadores negros (Alegrete, 1890 – 1910)	109
Tabela 7 - Profissões classificadas apenas entre trabalhadoras e trabalhadores brancos (1890-1910)	120
Tabela 8 - Cor e ocupação de policiais de militares (Alegrete, 1890-1910)	138

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização de Alegrete. Divisão municipal do Estado em 1902.....	30
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Ocupações das trabalhadoras e trabalhadores livres e escravizados (as) (Alegrete, 1872).....	34
Gráfico 2 - População de Alegrete por designação de cor (1890).....	38
Gráfico 3 - População geral de Alegrete (1890 e 1900).....	40
Gráfico 4 - Ocupações de presos (as) na Cadeia Municipal (Alegrete, 1901-1904).....	61
Gráfico 5 - Cores de trabalhadores (as) presos (as) na Cadeia Municipal (Alegrete, 1901-1904).....	61
Gráfico 6 - Frequência de homens e mulheres no HSCCA (Alegrete, 1890-1910).....	72
Gráfico 7 - Cores das trabalhadoras e trabalhadores presentes no HSCCA (1890-1910).....	78
Gráfico 8 - Idades das trabalhadoras negras (Alegrete, 1890-1910).....	105
Gráfico 9 - Idades dos trabalhadores negros (1890-1910).....	114
Gráfico 10 - Cor dos policiais e militares (Alegrete, 1890-1910).....	131
Gráfico 11 - Nacionalidade dos policiais e militares (Alegrete, 1890-1910).....	133

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHMAMJT – Arquivo Histórico Municipal de Alegrete Miguel Jaques Trindade

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

CEPAL – Centro de Documentação e Pesquisa de Alegrete

HSCCA – Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

RS – Rio Grande do Sul

APOIO DE FINANCIAMENTO CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. RETRATOS DA CIDADE: COTIDIANO, TRABALHO E CONTROLE SOCIAL	24
1.1 QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS I: A BUSCA NOS ARQUIVOS.....	24
1.2 PÓS-ABOLIÇÃO, TRABALHO E O ALVORECER DA REPÚBLICA EM ALEGRETE.....	29
1.3 PROGRESSO PARA OS DE CIMA, ORDEM PARA OS DE BAIXO: TRABALHO E CONTROLE SOCIAL	45
2. PERFIL DAS TRABALHADORAS E TRABALHADORES NEGROS NO PÓS-ABOLIÇÃO	65
2.1 QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS II: POR DENTRO DO HOSPITAL	65
2.2 QUEM TRABALHA? COR, NACIONALIDADE E ESTADO CIVIL.....	77
2.3 ONDE TRABALHAR? OCUPAÇÕES DE NEGRAS E NEGROS NO PÓS-ABOLIÇÃO.....	93
2.3.1 Para além do trabalho doméstico (?): as trabalhadoras negras	96
2.3.2 Vivendo de jornadas: os trabalhadores negros	107
2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: APONTAMENTOS SOBRE RACIALIZAÇÃO E MUNDOS DO TRABALHO EM ALEGRETE.....	118
3. EXPERIÊNCIAS DE VIDA E TRABALHO: MASCULINIDADES, CONFLITOS E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA	122
3.1 QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS III: PARA ALÉM DA MOLÉSTIA	122
3.2 ENTRE A ORDEM E A DESORDEM: TRABALHADORES NEGROS NO SERVIÇO POLICIAL E MILITAR.....	129
3.3 OUTROS CENÁRIOS DE TRABALHO NO ALEGRETE PÓS-ABOLIÇÃO	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
FONTES	161
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	163

INTRODUÇÃO

Março de 2023. A quase 150 Km de distância de Alegrete, uma operação da polícia federal e outros órgãos públicos resgataram mais de cinquenta trabalhadores em situações análogas a escravidão em fazendas de plantação de arroz no município de Uruguaiana, oeste do Rio Grande do Sul. Entre os resgatados, estavam dez jovens com idades entre 14 e 17 anos de idade. Os responsáveis pela operação informaram que os trabalhadores eram expostos a jornadas exaustivas de trabalho, falta de equipamento adequado, refeições e pagamentos.

Casos como este passaram a figurar na imprensa com mais frequência nos últimos tempos e o Rio Grande do Sul tem sido protagonista em tais feitos. Em fevereiro deste ano, na Serra Gaúcha, uma operação resgatou mais de duzentos trabalhadores em situações degradantes, tais como os de Uruguaiana. Nos municípios da Serra, onde os resgatados eram explorados na colheita e trato da uva, também eram obrigados a cumprir longas jornadas, não ter condições mínimas de alojamento e alimentação, além do fato de estarem permanentemente endividados por adquirirem produtos alimentícios e de higiene pessoal de um mercado indicado pelos próprios patrões, onde os preços exorbitantes consumiam seus “ganhos”, o que os obrigava a seguir trabalhando para pagar tais dívidas.

Com a alta dos resgates no Brasil dos últimos anos, uma pesquisa observou qual era o perfil dos trabalhadores resgatados, revelando que entre os 2.570 trabalhadores resgatados destas condições entre 2016 e 2018, 82% eram negros. Sendo que as ocupações mais desempenhadas por aqueles sujeitos eram na agropecuária, extrativismo e na pesca. Mas sabemos que as adversidades não começam e nem terminam nestes casos. Ela é muito mais ampla e construída historicamente.

De acordo com uma pesquisa realizada pela PUC/RS, “um trabalhador negro ganha cerca de 17% a menos do que um branco, mesmo que ambos tenham origens sociais semelhantes”¹. A pesquisa desvendou dados interessantes que evidenciam a alta taxa de desigualdade no Brasil atual. A precarização do trabalho e aquilo que vem sendo chamado de “uberização” intensifica-se ainda mais quando falamos de pessoas negras no mundo do trabalho. Uma matéria do site *Jornalismo Preto e Livre*, demonstrou que os jovens

¹ LOPES, Janaína. Negros ganham 17% menos do que brancos da mesma origem social, aponta estudo da PUC/RS. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/11/20/negros-ganham-17percent-menos-do-que-brancos-da-mesma-origem-social-aponta-estudo-da-pucrs.ghtml>. Acesso em: 03/09/2022.

negros têm na dita “uberização” uma das poucas opções ao alto nível de desemprego presente nos últimos anos, sobretudo, ao longo da Pandemia de Covid-19 que impactou e impacta o mundo desde o início do ano de 2020. “Segundo a Pesquisa do Perfil dos Entregadores Ciclistas de Aplicativo, elaborada pela Aliança Bike, a média salarial da categoria é de R\$963 por mês e pelo menos 14h por dia. Do total, 71% dos trabalhadores são negros”². Essa é uma realidade que se acentua quando se trata das trabalhadoras negras. Segundo a pesquisadora Janaína Feijó, elas “tendem a ter menor participação e taxas de desemprego e informalidade são mais altas entre mulheres negras do que nos demais grupos demográficos”³.

Ao passo que a crise econômica ganha corpo e o desemprego aumenta, os principais atingidos sempre são as trabalhadoras e trabalhadores. Em um país racialmente desigual, como o Brasil, isso afeta principalmente a parcela pobre e negra da população. E isso acontece de diferentes formas, não só nas condições e nos rendimentos referentes ao trabalho. Mas na vida das pessoas. Não precisamos forçar muito nossa memória para lembrar que a primeira vítima de COVID-19 no Brasil, foi uma empregada doméstica, em uma Pandemia que vitimou, em maioria, trabalhadores negros⁴.

Mas o que isso nos conta sobre o passado ou o presente? Seriam estes dados, heranças do passado escravista brasileiro? Ou estes seriam problemas impostos pela liberdade conquistada em 13 de maio de 1888? Qual foi o destino das trabalhadoras e dos trabalhadores negros após esta data? Onde passaram a desenvolver suas atividades ocupacionais? Qual era o perfil destes trabalhadores e trabalhadoras?

Esta pesquisa tem como objetivo central investigar o perfil das trabalhadoras e trabalhadores negros no pós-abolição em Alegrete, na região oeste do Rio Grande do Sul, ao longo dos anos entre 1890 e 1910. Para tal empreendimento, utilizaremos um conjunto

² GUIMARÃES, Juca. Jovens negros têm ‘uberização’ do trabalho como uma das poucas alternativas ao desemprego. Alma Preta: Jornalismo preto e livre, 2021. Disponível em: <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/jovens-negros-tem-uberizacao-do-trabalho-como-uma-das-poucas-alternativas-ao-desemprego>. Acesso em: 03/09/2022.

³ FEIJÓ, Janaína. A participação das mulheres negras no mercado de trabalho. FGV: Blog do IBRE, 2022. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/participacao-das-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 01/09/2022.

⁴ EVANGELISTA, Ana P. Negros são os que mais morrem por Covid-19 e os que menos recebem vacinas no Brasil. FIOCRUZ: Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio, 2021. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/podcast/negros-sao-os-que-mais-morrem-por-covid-19-e-os-que-menos-recebem-vacinas-no-brasil>. Acesso em: 03/09/2022.

variado de fontes que possibilitaram acessar não apenas os nomes, as cores e as ocupações de tais sujeitos, mas seus cotidianos, suas formas de se relacionar, bem como foi possível enxergar em que cidade eles viviam e quais espaços compartilhavam.

Os estudos sobre os trabalhadores no Brasil, passaram por uma renovação a partir do final do século XXI, quando novas perguntas, fontes e metodologias foram incorporadas na historiografia de tal temática. Até aquele momento, os estudos sobre escravidão e sobre o trabalho livre não conversavam, parecendo haver um hiato na vida dos trabalhadores ocasionando a invisibilidade de alguns, como os negros e negras que não figuravam nas páginas da história social do trabalho após a abolição da escravidão.

Silvia Lara chamou atenção, na década de 1990, para tal ruptura que parecia haver quando o tema era história social do trabalho e escravidão no Brasil. De acordo com a historiadora, os pesquisadores do trabalho não incluíam as lutas e experiências negras nas investigações sobre história da classe trabalhadora/operária do país. O que para a autora configurava-se como um erro crucial, pois: “Resgatar a experiência escrava e inserir a experiência negra na história social do trabalho, permite desvendar os significados culturais e políticos de uma história americana, cuja face muitas vezes se pretendeu ocultar”⁵. Ainda, completa afirmando que isso nos ajudaria a compreender melhor as questões de discriminação e tensões raciais contemporâneas.

Naquele mesmo contexto, o surgimento e consolidação de um novo campo de estudos passaria a centralizar suas análises nas experiências negras e nas suas interpretações acerca daquilo que entendiam e esperavam da vida em liberdade. Assim, tornou-se central a incorporação do pós-abolição como um problema histórico, que deve ser observado a partir das atitudes dos próprios sujeitos da história que, nesse caso, são as trabalhadoras e trabalhadores negros, considerando que a “liberdade alcançada com o fim legal da escravidão teve significados diferentes para ex-escravos urbanos e rurais, com habilitações profissionais ou ‘de roça’, homens ou mulheres”⁶.

Nesse sentido, torna-se fundamental abordar trabalho e raça, visto que os trabalhadores por excelência no Brasil, foram negros e negras, antes e depois da abolição. Pois o período de finais do século XIX em diante é marcado por um forte processo de racialização na sociedade brasileira, onde não apenas se demarcou, mas se naturalizou

⁵ LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. **Projeto História**. São Paulo, v. 16, p. 25-38, 1998. p. 38.

⁶ MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 5, p. 170-198, 2004. p. 173.

determinados locais que deveriam ser ocupados por cada grupo social. Esse processo, como colocado acima, foi lido e experienciado de diversas formas, pelos diferentes sujeitos negros. Na introdução de *Além da escravidão*, Frederick Cooper, Thomas Holt e Rebecca Scott afirmam que os estudiosos da escravidão “trataram o período que a seguiu – o do trabalho livre – como pano de fundo conceitual da servidão, indiferenciado e não investigado”⁷. Os autores explicam, ao longo de seus textos, os significados e entendimentos do que seria a liberdade, defendida não enquanto algo natural, mas definida como experiências compartilhadas, valores coletivos e, sobretudo, reforçados pelo discurso “ritual, filosófico, literário e cotidiano”⁸.

Porém, mesmo com o avanço e os novos problemas de pesquisa, o diálogo entre história do trabalho e a experiência negra após a abolição ainda continuam distantes em certas questões. Álvaro Nascimento, pontou que as pesquisas sobre movimento operário na Primeira República tendem a deixar de lado o “componente cor” dos sujeitos estudados, viabilizando o “paradigma da ausência” na historiografia do trabalho, composta pelos grupos de trabalhadores brancos, conceitualmente generalizados como nacionais ou imigrantes:

Essa ausência leva-nos à reafirmação da história única, marcada pela superioridade cultural e racial dos imigrantes que se avolumaram no Sudeste e Sul do país no fim da escravidão. Retira-nos o conhecimento de uma sociedade cuja a diversidade racial era imensa, reduzindo-a à branquitude e à mestiçagem, estando a primeira nos melhores ofícios e posições e a segunda nos limites da pobreza e da sujeição. Impede-nos, ainda, a compreensão da população negra e indígena do século XIX até os dias atuais⁹.

Em relação as pesquisas acerca do nosso contexto geográfico, a maioria dos estudos se dedicou em analisar o século XIX, em suas diferentes esferas, mas em relação a negras e negros, foram observados em grande medida sob o prisma da escravidão. Mesmo aquelas que avançam o século XX, não tomam a experiência negra com problema

⁷ COOPER, Frederick; HOLT, Thomas Cleveland; SCOTT, Rebecca Jarvis. **Além da Escravidão: Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 42.

⁸ COOPER, Frederick; HOLT, Thomas Cleveland; SCOTT, Rebecca Jarvis, 2005, Op. cit., p. 51.

⁹ NASCIMENTO, Álvaro. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 29, nº 59, setembro-dezembro, 2016. p. 610.

central de pesquisa. Recentemente, os estudos de Márcio Sônego¹⁰ têm dado conta de perceber a agência e o protagonismo negro na luta pela abolição da escravidão em Alegrete, bem como alguns rumos tomados por aqueles indivíduos e seus descendentes após o 13 de maio de 1888. Contudo, quando avançamos para o período pós-abolição, sobretudo a partir do século XX, o número de pesquisas é extremamente inferior, comparado às investigações dedicadas ao século anterior; e mesmo aquelas que investigam o período, não focam na população negra do município. Assim, tomamos os silêncios da historiografia como um dos problemas de pesquisa. Mas enfim, o que esteve para além da escravidão?

Tomemos as fontes como uma janela para o passado. Quando olhamos através de uma janela algum cenário, é certo que a nossa percepção sobre o que está diante dos olhos é limitada, visto que é impossível dimensionar a totalidade de determinadas realidades, pois estamos na janela e não no cenário. A pesquisa através de fontes é mais ou menos isso, temos acesso a uma parcela da população, mas através dela, podemos suscitar, dimensionar e projetar realidades possíveis no contexto analisado.

Foi possível acessar as e os trabalhadores negros de Alegrete no pós-abolição, principalmente através dos registros hospitalares deixados pela instituição de saúde do município, pois é o único conjunto de fontes utilizado por nós que traz o registro massivo e contínuo da cor dos indivíduos que por lá passaram. Porém, eles não seriam tão instrumentais sem o aparato de outras fontes, que possibilitaram ricos cruzamentos, como os jornais, processos criminais, registros da cadeia municipal, relatórios da Intendência e outros documentos daquela repartição.

Através deste conjunto de fonte e amparados em estudos que se desenvolveram a partir da história social do trabalho e do pós-abolição, pretendemos reduzir a escala de análise e observar o contexto micro de trabalho e trabalhadores em Alegrete, para refletir sobre o que isto informa acerca de uma realidade macro, ou seja, sobre os mundos do trabalho pós-abolição no Brasil. De acordo com Giovane Levi,

Não é necessariamente a história dos excluídos, dos pequenos, dos que estão a margem ou além delas. Antes de tudo, pretende ser a reconstrução de momentos, situações e pessoas que, observados com o olhar analítico, em âmbito circunscrito, recuperam um peso e uma cor, não como exemplos, na falta de explicações melhores, mas como

¹⁰ SÔNEGO, Márcio. O processo de emancipação da escravidão no Brasil Meridional (Alegrete, 1871-1911). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, p. 372, Santa Maria, 2022. SÔNEGO, Márcio. **Uma introdução à história dos trabalhadores negros no Clube União Operária de Alegrete**. Porto Alegre: Gráfica e Editora RJR, 2022.

referências dos fatos à complexibilidade dos contextos nos quais os seres humanos agem¹¹.

A maioria das fontes aqui trabalhadas são passíveis a serializações. De acordo com Luís Augusto Farinatti¹² demonstrou como a história serial e micro-história podem, em conjunto, oferecer diversos ganhos analíticos nas pesquisas. A análise de séries baseada em dados quantitativos, que em geral possuem caráter homogêneos, massivos e reiterativos, ou seja, se repetem ao longo do tempo, podem ser combinados com aspectos analisados de forma micro, centrados nas relações sociais, individuais ou coletivas, baseados no nome. Ressaltando o nome enquanto fio condutor das investigações¹³

O recorte cronológico escolhido pretende dar conta da ausência de historiografia acerca de negras e negros no mundo do trabalho no imediato pós-abolição, visto que como exposto anteriormente, ainda não possuem estudos sistemáticos referentes as ocupações desenvolvidas por aqueles sujeitos dentro deste período. Ainda, justifica-se pelo fato de que a partir de 1890, ou seja, início da República brasileira, não coexistiam formas distintas de exercício do trabalho, pois eram todas e todos livres. Em relação ao ano final de análise, 1910, se deu por conta da expressividade de fontes, que não possibilitariam uma análise aprofundada se extrapolada esta data. Pois após o referido ano, algumas categorias classificatórias se alteram nas fontes hospitalares, principal fio condutor desta pesquisa, tornando difícil o debate acerca delas e dos sujeitos classificados. Ou seja, o recorte aqui delimitado, possibilitou um certo avanço historiográfico, mas ao mesmo tempo, delimitou o fim das análises por conta do número de fontes e de seus respectivos padrões de preenchimento, que merecem ser observados a cada grande mudança.

O título *Nas margens da República* é na verdade uma inquietação, ou melhor, uma provocação. Estariam nas margens aqueles que lutaram dia após dia por melhores condições de vida, saúde, educação? Ou aqueles que procuravam melhores colocações no mercado desigual do trabalho? E aqueles que colocavam seu próprio trabalho em segundo plano frente a demandas pessoais e familiares, como acompanharemos com os

¹¹ LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando a Micro-História. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (Orgs.) **Ensaio de 21 Micro-História, Trajetórias e Imigração**. São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2016. p. 21.

¹² FARINATTI, Luís Augusto. Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 57-72, 2008.

¹³ DOMINGUES, Petrônio. Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. **Anos 90** (UFRGS. Impresso), v. 30, p. 215-250, 2009. GINZBURG, Carlo. "Feiticeiras e xamãs". In: **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 294-310. GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

trabalhadores negros Felipe, Justo e Maximiana? Estariam nas margens aquelas e aqueles que descenderam de outros tantos que resistiram e construíram no país que vivemos? A cargo do leitor fica a existência de uma resposta. Nas páginas seguintes estão algumas visões, versões, lutas e estratégias de manejar a margem, subvertê-la ou até mesmo usufruí-la.

O trabalho está dividido em três capítulos, para além da introdução e conclusão.

No primeiro capítulo, intitulado *Retratos da cidade: cotidiano, trabalho e controle social* o leitor é levado a conhecer o município de Alegrete na história e na historiografia. Ao revisar aqueles trabalhos que se dedicaram a estudar a região, adentramos ao século XX para perceber o que estava mudando na cidade e o que isso impactou na vida e oportunidades de trabalho para trabalhadoras e trabalhadores negros. Em um segundo momento, aborda-se o controle social no município empreendido pelas forças policiais, as quais tinham como alvos preferenciais as e os trabalhadores pobres e negros. Com os dados analisados, apresenta-se uma radiografia dos crimes e das contravenções cometidas no início do século XX no município, bem como aquelas e aqueles que cometiam tais atos. As principais fontes utilizadas no capítulo são relatórios da Intendência Municipal, jornais e os registros de entrada e saída da Cadeia Civil.

Em *Perfil das trabalhadoras e trabalhadores negros no pós-abolição* apresenta-se os dados retirados principalmente dos documentos hospitalares referentes aos sujeitos estudados. Ao longo do capítulo, exploramos quais eram as pessoas que mais acessavam o hospital, percebendo que tratava-se de uma parcela majoritariamente não branca, o que torna tal fonte um privilegiado observatório popular. A partir de então, traçamos um perfil das trabalhadoras e trabalhadores, atentando para suas cores, idades, estados civis e nacionalidades. Ao fim do capítulo apresenta-se alguns dados sobre os brancos no mundo do trabalho, a fim de comparar com os dados anteriores apresentados sobre negras e negros, percebendo quais as diferenças, aproximações e peculiaridades. Neste capítulo, a fonte principal são os registros hospitalares.

No último capítulo da dissertação, intitulado *Experiências de vida e trabalho: masculinidades, conflitos e estratégias de sobrevivência*, o objetivo é observar algumas cenas do trabalho em Alegrete, atentando para os momentos de conflitos e estratégias das

e dos trabalhadores no pós-abolição. Com a expressividade de policiais e militares analisados nas fontes no capítulo anterior, fez-se necessário atentar para aqueles sujeitos. A partir de suas vivências entre o trabalho e a vida privada, foi possível conhecer um pouco mais do cotidiano da cidade e do trabalho, para além do fardado. Ainda, no capítulo é conhecida a história de um conflito no ambiente rural do município, onde mais uma vez é oferecido olhares acerca do trabalho e das relações pessoais tecidas entre os sujeitos negros. A principal fonte do capítulo são os processos criminais, que foram cruzados com o conjunto de fontes analisadas nos capítulos que antecederam.

Por fim, salienta-se que nesta introdução não foram abordadas exaustivamente questões acerca das fontes, dos caminhos de pesquisas e da metodologia, porque eles estão sendo abordados ao longo do texto, mais especificamente, nos três itens que iniciam cada capítulo, intitulados *Questões teóricas e metodológicas*. Em *I: A busca nos arquivos*, exploramos quais fontes são utilizadas no trabalho, onde elas foram encontradas e qual o rumo que cada uma terá ao longo da pesquisa. O foco é dado ao conjunto de registros de entradas da Cadeia municipal de Alegrete, onde são analisadas as categorias existentes na fonte. No seguinte *II Por dentro do hospital*, buscamos conhecer um pouco do modelo da instituição para compreender a produção do principal conjunto de fonte da pesquisa, problematizando suas categorias e elencando suas potencialidades. No último *III Para além da moléstia*, chama-se atenção para o fato de que as experiências das e dos trabalhadores vão além dos números das fontes quantitativas, então apresenta-se os processos criminais e as formas pelos quais eles foram manejados.

1. RETRATOS DA CIDADE: COTIDIANO, TRABALHO E CONTROLE SOCIAL

1.1 QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS I: A BUSCA NOS ARQUIVOS

No início do ano de 1900, foi mandada construir pelo intendente em exercício Frederico Ortiz, o prédio que abrigaria a Cadeia Municipal de Alegrete, que até então funcionava em um edifício alugado pelo poder público local. Nas dependências do novo estabelecimento, que funcionava agora no pátio dos fundos da Intendência Municipal, constavam dois xadrezes para abrigar os prisioneiros, um compartimento que servia de alojamento para o carcereiro e outro para arrecadação¹⁴. De acordo com o Relatório do Intendente de 1901, entre outros objetos, constavam lá dentro uma estante para armas, dois livros de registros, um carro-pipa para água, seis tarimbas (local onde os guardas dormiam) e três lampiões¹⁵.

Acreditamos ter tido acesso a um destes livros citados pelo Intendente, referente aos registros dos presos nos anos de 1901 a 1904. Nele, estão anotadas informações como nome, data de entrada e saída, nacionalidade, idade, estado civil, motivo da prisão, por quem foi preso e a disposição de quem está (juiz, juiz distrital, subdelegado, por exemplo). Além destas informações, em poucos casos, constam algumas observações sobre os indivíduos detidos. Manoel Marcelino Telles, por exemplo, é o primeiro nome do livro. Foi preso no dia 13 de fevereiro de 1900¹⁶, descrito como brasileiro, com 44 anos de idade, casado e acusado de *morte*. Não consta o dia de sua saída, pois de acordo com as *observações*, Manoel foi condenado a 16 anos e seis meses de prisão¹⁷. Ainda, haviam aqueles que, sendo condenados, anotava-se nas observações o encaminhamento para a prisão da capital do Estado.

No relatório do médico da polícia Sebastião Leão, Alegrete aparece como uma das cidades onde mais se praticavam crimes e de onde mais chegavam presos na Casa de Correção, em Porto Alegre, no final do século XIX. Ao analisar os sujeitos lá detidos de

¹⁴ ARAÚJO FILHO, Luiz. **O Município de Alegrete**. Alegrete: Editora Nosso Guia, 2007, p. 174.

¹⁵ MUNICÍPIO DE ALEGRETE. Relatório apresentado pelo Intendente Frederico Ortiz ao Conselho Municipal. 1901. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete – CEPAL.

¹⁶ Existem apenas três registros do ano de 1900. O restante compreende o espaço de tempo entre janeiro de 1901 e dezembro de 1904.

¹⁷ Demonstrativo dos presos recolhidos a Cadeia Civil de Alegrete (1901-1904). Arquivo Histórico de Alegrete Miguel Jacques Trindade, p. 01.

origem brasileira, Sebastião Leão afirma que em 1897, a naturalidade de Alegrete era compartilhada entre 08 presos, ficando atrás apenas de Bagé, com 14, e a capital do Estado, com 9. No que tange ao local dos crimes, o município de Alegrete aparece na quinta colocação, com 11 crimes praticados, atrás, respectivamente, de Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande e Bagé¹⁸. Abaixo vemos a imagem da primeira página do demonstrativo dos presos em Alegrete:

Imagem 1 - Demonstrativo dos presos da Cadeia Civil de Alegrete

Fonte: Arquivo Histórico de Alegrete Miguel Jacques Trindade (AHMAMJT). Reprodução própria.

Ao longo do documento, detectamos 816 registros de presos entre os anos de 1901 e 1904. Como as anotações eram feitas por mês, como demonstra a Imagem 01 (referente ao mês de janeiro de 1901), alguns sujeitos ingressavam em um mês e saíam em outro, assim, geravam-se registros das mesmas pessoas duas ou mais vezes. Sendo o nosso objetivo não apenas quantificar, mas analisar qualitativamente a documentação e os dados extraídos dela, optamos por marcar e excluir os nomes repetidos, que ao final compuseram um total de 799 indivíduos, sendo que destes, 691 eram homens e 105 eram mulheres.

¹⁸ Relatório do Dr. Sebastião Leão. Anexo n.º 6 do Relatório apresentado ao Sr. Dr. Júlio Prates de Castilhos, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. João Abbott, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 30 de julho de 1897. Porto Alegre, Oficinas a Vapor da Livraria Americana, 1897: pág. 183/247.

Como veremos adiante, o número de mulheres era levemente superior ao dos homens na população geral alegretense daquele período, mas elas não estão representadas nas fontes tanto quanto eles. É necessário que se leve em consideração o período analisado, de tentativa moral de divisão das tarefas, do mundo público para os homens e do privado para as mulheres. Mesmo que essa ordem fosse subvertida em muitos casos, sobretudo entre as mulheres negras, que desde sempre trabalharam muito fora de casa, além do serviço doméstico, ainda assim, as mulheres estavam menos suscetíveis a trabalhos perigosos e a momentos de rixas fomentadas pelas masculinidades em disputa muito verificada entre os trabalhadores homens, o que os levava frequentemente a protagonizar conflitos e desavenças nos locais públicos das cidades.

Os dados analisados indicam prisões muito mais por contravenções, do que crimes propriamente ditos, apontam não sujeitos criminosos, mas, sobretudo, práticas criminalizáveis dentro daquele contexto. O estudo de Claudia Mauch¹⁹ explica que na última década do século XIX, a polícia passou por algumas mudanças no Rio Grande do Sul. Sendo dividida em administrativa e judiciária, à primeira caberia ordenar as contravenções sociais e à segunda, a investigação de crimes. Isso explica o porquê do entra e sai de indivíduos na Cadeia de Alegrete. Ela servia, majoritariamente, para as prisões correccionais efetuadas pela polícia local, onde eram presos sujeitos acusados de desordens, embriaguez, brigas, roubos, vagabundagem, abandono de trabalho, etc. De acordo com Mauch, essas detenções não deveriam ultrapassar 24 horas por lei, sendo o sujeito posto em liberdade após este tempo²⁰. Contudo, na prática, muitos sujeitos ficavam mais tempo detidos dependendo do arbítrio policial.

Isto certamente não exclui o fato de estarmos falando de uma sociedade bastante violenta. Basta olharmos para os relatos em jornais e depoimentos em processos criminais, que evidenciam relações sociais recheadas de conflitos que muitas vezes tinham por motivos pequenos desentendimentos, quando estes não passavam de apenas um breve “olhar torto”.

Mas o que isso informa sobre o mundo do trabalho? Ou sobre trabalhadoras e trabalhadores negros?

A *busca nos arquivos* concentrou-se em detectar documentos que auxiliassem não apenas em observar os sujeitos protagonistas desta história. Mas utilizar fontes que

¹⁹ MAUCH, Claudia. **Dizendo-se autoridade:** polícia e policiais em Porto Alegre (1896- 1929). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. P. 284.

²⁰ MAUCH, 2011, Op. cit., p. 39.

proporcionassem compreender também em que mundo aqueles indivíduos viviam e compartilhavam suas experiências de vida e de trabalho. Sendo assim, neste capítulo pretende-se abordar as questões cotidianas da cidade, focalizando no investimento público e social das elites contra negras e negros, trabalhadoras e trabalhadores. O objetivo é traçar de que forma e quem estava sendo o alvo da polícia e procurar compreender o que isso informa sobre a complexidade do mundo do trabalho dentro daquele contexto espacial e social. Ainda, observar-se-á se existiram e quais foram as mudanças no município de Alegrete no alvorecer da República, local historicamente pensado e entendido como rural, mas que possuiu um espaço urbano importante tanto econômica quanto socialmente para os sujeitos que lá viveram.

O potencial cruzamento das fontes encontradas foi identificado, sobretudo, pela presença do nome nos diferentes conjuntos documentais aqui utilizados. A *busca nos arquivos* começou antes mesmo do encontro com a documentação da Cadeia. No lugar onde funcionava o galpão de materiais da antiga Estação Ferroviária de Alegrete, inaugurada em 1903, hoje encontra-se estabelecido o Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete (CEPAL). Lá, foram encontradas as primeiras documentações para este estudo: Relatórios da Santa Casa de Caridade e o Livro de registro de entradas e saídas dos enfermos da Santa Casa. A partir desta documentação, foi montado um banco de dados, onde foram anotadas diversas informações acerca dos sujeitos que passaram pela instituição de saúde entre os anos pesquisados. Esta fonte histórica será melhor explorada no segundo capítulo deste trabalho.

Aqui, interessa ressaltar o quanto o cruzamento de fontes é possível e necessário para o aprofundamento das análises sobre um objeto ainda pouco explorado. Sendo assim, temos um excelente observador social a partir do *corpus* elencado. Nesse sentido, cruzamos todos os sujeitos presos, com todos aqueles que foram internados na Santa Casa do município. Através desse exercício, foi possível localizar algumas pessoas e completar informações que nos registros da cadeia não foram percebidas, como as cores e as ocupações de cada indivíduo localizado, como veremos adiante. Um banco de dados foi construído, agrupando 30 homens e mulheres que passaram por ambas instituições.

A busca seguiu no Arquivo Histórico Municipal de Alegrete Miguel Jacques Trindade (AHMAMJT). Além do demonstrativo dos presos e dos registros hospitalares, um conjunto documental que teve sua importância revelada ao longo da pesquisa foram os Relatórios da Intendência de Alegrete. Localizados para os anos de 1897, 1899 a 1904, e 1908, informaram questões acerca do trabalho da municipalidade, tornando possível

perceber alguns elementos do contexto social vivenciado pelos sujeitos estudados. Além disso, em muitos documentos, como veremos a seguir, constam nomes de trabalhadores contratados pela Intendência para prestar determinados serviços, tornando a fonte ainda mais interessante, visto a importância do nome como fio condutor das análises.

No Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) foi possível acessar os processos criminais, abordados com maior ênfase no último capítulo. Eles evidenciaram questões para além dos dados quantitativos, majoritários nas documentações da cadeia e do hospital. Ofereceram exemplos de experiências variadas de vida e trabalho da população contemporânea ao tempo aqui investigado.

O uso dos jornais foi um pouco dificultado pela ausência de exemplares dos periódicos que circulavam por Alegrete na época estudada. Assim, fizemos uso do mesmo método utilizado por Marcio Sônego em sua pesquisa de doutorado²¹. O autor, percebendo a mesma ausência de periódicos, passou a buscar palavras-chave como “alegrete” na busca nominal da Hemeroteca Digital Brasileira (HDB). Mantendo o mesmo percurso, foi possível localizarmos diversas menções ou reportagens da imprensa que nos deram ideia de muitos acontecimentos, dos quais observamos com maior atenção aqueles que versavam sobre conflitos entre trabalhadores, notícias sobre trabalhadores no geral e o contexto social local.

Certamente quem produziu tais documentos não imaginava que mais de um século depois teria gente “quebrando cabeça” para desvendar o que palavras, versões e formas de escrita significavam naquele contexto. É certo que os documentos não foram produzidos para ser fonte de um trabalho histórico, como pontuou Henry Rousso:

O documento escrito (carta, circular, auto etc.) proveniente de um fundo de arquivo foi por sua vez produzido por instituições ou indivíduos singulares, tendo em vista não uma utilização ulterior, e sim, na maioria das vezes, um objetivo imediato, espontâneo ou não, sem a consciência da historicidade, do caráter de 'fonte' que poderia assumir mais tarde²².

Mas também é verídico que a riqueza de informações presentes nestas diferentes folhas, umas amareladas, outras nem tanto, guardam não apenas informações sobre um, dois, ou mil sujeitos, mas evidenciam, se observadas de forma crítica, cautelosa e com inteligibilidade científica, a sociedade, a estrutura e as experiências vividas, algumas já

²¹ SÔNEGO, Marcio J. **O processo de emancipação da escravidão no Brasil Meridional (Alegrete, 1871-1911)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022.

²² ROUSSO, Henry. O Arquivo ou o indício de uma falta. **Estudos Históricos**, vol. 17, 1996, p. 87.

observadas, muitas esquecidas. As experiências individuais ou coletivas serão analisadas como formas de viver e sobreviver dentro de uma estrutura, para uns vantajosa, para outros nem tanto e para muitos quase nada.

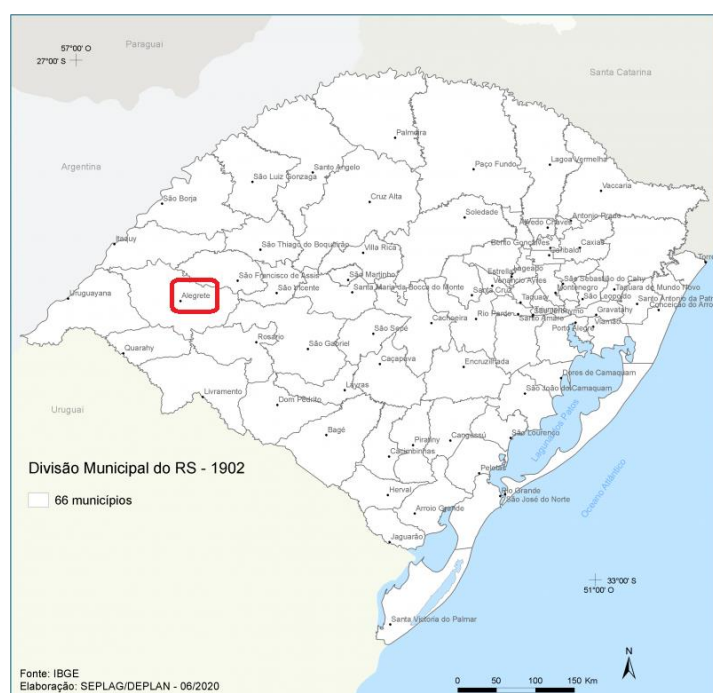
É interessante observar que nas documentações existiam diferentes categorias, pois mesmo sendo produzidas no mesmo espaço e tempo, elas representavam contextos diferentes. Veremos mudanças nas designações de cor, de ocupação, de nacionalidades e estados civis, às vezes, inclusive, em registros dos mesmos sujeitos. Por isso a afirmativa de que para além do indivíduo classificado, os documentos nos oferecem ao mesmo tempo percepções macro e micro analíticas.

Finalmente, uma última nota antes de adentrar as análises e reflexões acerca dos *retratos da cidade*. Não foram explorados aqui de forma exaustiva os pressupostos teóricos e metodológico utilizado em todo o capítulo, pois o objetivo não é descolar esta discussão do restante do texto, como se teoria fosse apartada da prática. Assim, o processo de encontro e desencontro com as fontes e, conseqüentemente, com os personagens, bem como aquilo que eles falaram e silenciaram e o que nós interpretamos, serão os próprios exemplos metodológicos de como os registros documentais foram manejados, sendo abordados ao longo de todo o trabalho. Vejamos.

1.2 PÓS-ABOLIÇÃO, TRABALHO E O ALVORECER DA REPÚBLICA EM ALEGRETE

O município de Alegrete está localizado *nas margens da República* do Brasil, fazendo vizinhança com o que hoje se configura enquanto Uruguai e Argentina. Desde sua fundação, na primeira metade do século XIX, seu território é caracterizado pelas extensas faixas de campo e os enormes rebanhos de gado. O mapa abaixo apresenta a divisão municipal do Estado em 1902. Porém, no momento de fundação do município, os territórios dos municípios de Uruguaiana, Santana do Livramento, Quaraí e Rosário faziam parte de Alegrete, o colocando diretamente em contato com o outro lado da fronteira.

Mapa 1 - Localização de Alegrete. Divisão municipal do Estado em 1902.



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul.

Desde a fundação, o território é composto por diversos grupos sociais e raciais. A visão de uma região composta apenas por grandes estancieiros e peões trabalhadores já foi superada pela historiografia, que demonstrou a diversidade social da campanha rio-grandense. Lá, trabalhadoras e trabalhadores negros escravizados e livres tiveram e fizeram suas histórias, que ao longo de muito tempo ficaram de lado na produção historiográfica. Luís Augusto Farinatti explica que:

Sobre estes últimos locais, ainda que tenham combatido o mito da democracia e da igualdade entre estancieiros e peões, consolidada pelos trabalhos anteriores, as novas obras acabaram por repetir os chavões consagrados, que viam, nos campos, apenas grandes criadores de gado, donos de rebanhos de bovinos que se contavam aos milhares, produzido, exclusivamente, com a mão de obra de peões livres. Concordou-se que os escravos negros, se eram empregados nas estâncias, provavelmente estavam ligados a outras atividades que não o cuidado da criação, que seria incompatível com a escravidão²³.

A ideia de incompatibilidade do trabalho no campo com a escravidão, entre outras, partia da visão de que o escravizado trabalhando livremente no campo, estaria sempre

²³ FARINATTI, Luis Augusto Ebling. **Confins Meridionais:** famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). Santa Maria: Editora UFSM, 2010, p. 22.

com as portas abertas da fronteira disponível para fuga²⁴. Tanto Farinatti quanto outros autores e autoras perceberam que a sociedade daquela região era bem mais complexa. Formada sim pelos grandes estancieiros, que, inclusive, concentravam a maioria da riqueza local e fomentavam a desigualdade social, mas também por peões livres, pequenos produtores, comerciantes e negros e negras escravizados e livres.

Ao analisar os inventários *post mortem* dos estancieiros de Alegrete, Farinatti percebeu que o trabalho escravizado nas estâncias era de extrema importância, pois a maioria dos trabalhadores homens estavam ocupados de serviços na lida campeira, e as mulheres, mesmo nos inventários dos pequenos produtores, eram escravizadas nos serviços domésticos, mas também nas roças de alimentos.

O trabalho nos campos, que era o local de moradia e produção econômica por excelência da população alegretense naquele período, era dividido em diversos momentos entre os escravizados e peões livres. Sobre o perfil destes últimos, o autor aponta que a maioria eram homens solteiros e não brancos, que diversificavam seus ganhos a partir do trabalho sazonal nas estâncias. Farinatti ainda apontou que parte daqueles peões descritos como pretos e pardos poderiam ser libertos, ex-escravizados que após conquistarem a liberdade, seguiram se valendo de atividades de peões, compondo o leque de possibilidades de sobrevivência e resistência cotidiana.

Além disso, sabe-se que a propriedade de trabalhadores escravizados não estava apenas entre os mais ricos. Marcelo Matheus buscou refletir sobre a estrutura social de Alegrete a partir da Lista de classificação de escravizados, que de acordo com ele “captura muito mais senhores do que os inventários, possibilitando a verificação do quanto a propriedade escrava estava disseminada pelo tecido social”²⁵. O autor observou que na década de 1870, momento de maior classificação de escravizados por conta da obrigatoriedade imposta pela Lei do Ventre Livre, de 1871, a maioria dos escravistas de Alegrete possuíam de um a nove escravizados. E estes trabalhadores, eram em maioria empregados no serviço campeiro.

Por outro lado, Graciela Garcia analisou as formas de acesso à terra e o encarecimento desta, que proporcionou o despejo de diversos trabalhadores pobres e suas famílias nas décadas de 1870 e 1880 nos campos de Alegrete. A autora informa que a

²⁴ Sobre o solo livre, ver: CARATTI, Jonatas. **O solo da liberdade**: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos de processo abolicionista uruguaio (1842-1862). São Leopoldo, Oikos/Editora UNISINOS, p. 454, 2013.

²⁵ MATHEUS, Marcelo Santos. Escravidão, pecuária e liberdade: o Livro de classificação de escravos (Alegrete, década de 1870). **História Unisinos**, São Leopoldo, Vol. 17, nº 1, 2013, p. 28.

partir da década de 1870, com o início do cercamento dos campos, não era mais necessário manter indivíduos como *posteiros* nos arrabaldes do município, pois agora o arame faria o trabalho de delimitar as propriedades. “Cercou-se a propriedade e o custo disso foi a expropriação de centenas de famílias que há décadas estavam estabelecidas em terras que consideravam suas por direito”²⁶.

Aqui, ressalta-se o quanto a escravidão foi presente naquela sociedade e trabalhadoras e trabalhadores escravizados foram necessários para o desenvolvimento econômico da região, uma vez que compunham grande parte da força de trabalho nas propriedades. O controle sobre estes sujeitos foi permanente até os últimos momentos da instituição escravista, visto que a partir da década de 1870, as alforrias concedidas a escravizados eram em maioria com condições de serviços aos próprios escravistas²⁷. Além de negras e negros livres que também trabalhavam em ocupações parecidas nos campos e no ambiente urbano em pequena expansão.

De acordo com o recenseamento populacional de 1872²⁸, Alegrete possuía 8.987 habitantes. Entre aqueles sujeitos, 7.643 eram homens e mulheres livres, de diversas cores, e 1.344 eram mulheres e homens negros ainda escravizados. Ou seja, mesmo com o avanço da conquista da liberdade, ao passo que se encaminhava o final do século XIX e se percebia também o final da escravidão, sobretudo após a Lei do Ventre Livre, em 1871, muita gente ainda vivia e resistia em escravidão.

As cores elencadas nos dados do censo dividem-se entre *brancos*, *pardos*, *pretos* e *caboclos*. Dentro disso, percebemos que a população não branca alcançava quase a metade do total de habitantes, contabilizando 4.310 pessoas, isto é, 47,9% da população geral do município. Quadro um pouco diferente de Uruguaiana, município vizinho, em que a população não branca representava 38% do total²⁹. Entre os indivíduos *pardos* e *pretos*, a maioria já se encontrava em liberdade. Dos 4.069 descritos por estas cores, 67% eram livres e 33% eram escravizados. Ou seja, a maioria da população negra de Alegrete já vivia em liberdade 16 anos antes da abolição da escravidão.

²⁶ GARCIA, Graciela Bonassa. **Terra, trabalho e propriedade:** A estrutura agrária da campanha rio-grandense nas décadas finais do período imperial (1870-1890). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010, p. 191.

²⁷ SÓNEGO, Márcio, 2022, Op. cit., p. 168.

²⁸ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Recenseamento Geral do Brasil de 1872. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=225477>. Último acesso em: 23/02/2023.

²⁹ LEIPINIZ, Ginter Tlajja. **Vida Independente, ainda que modesta:** dependentes, trabalhadores rurais e pequenos produtores na fronteira meridional do Brasil (C. 1884 – C. 1920). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016, p. 97.

Além disso, a região estudada fazia parte das terras missioneiras do século XVIII, sendo expressamente importante a presença de indígenas no início da povoação do município, que ao longo do século XIX tem uma redução, mas que as marcas sociais permanecem na sociedade até os dias de hoje. Isso talvez explique aquelas pessoas descritas como *caboclas* no censo e ainda as designadas como *índias* e *indiaticas* nos registros hospitalares, como veremos adiante.

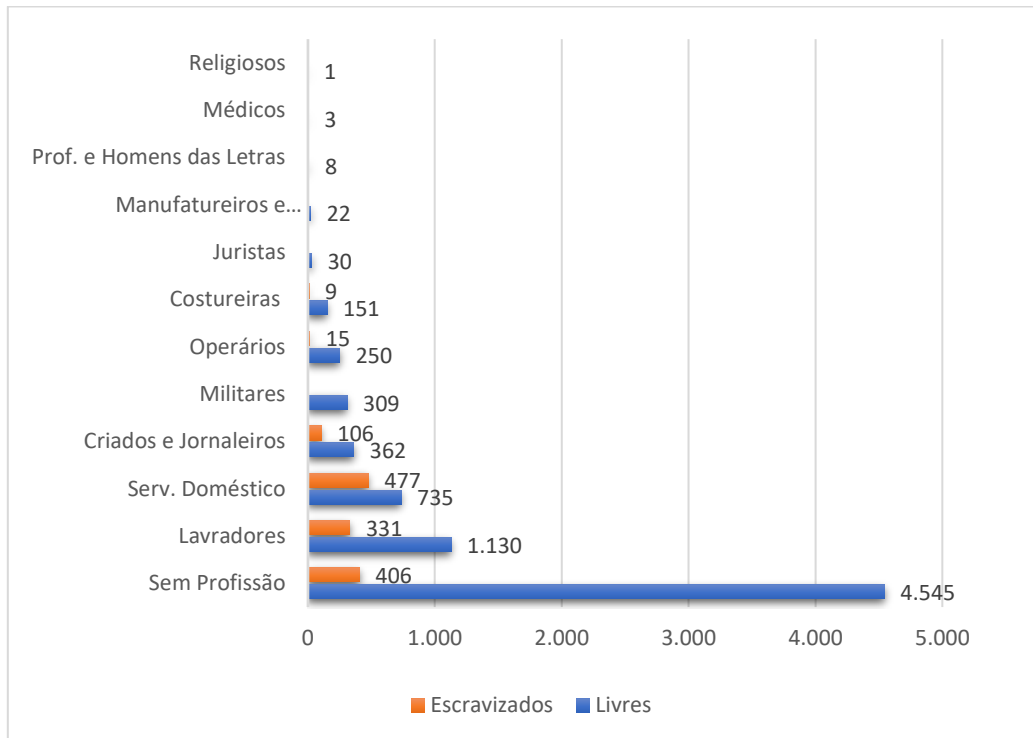
Em relação a nacionalidade dos habitantes recenseados, os dados mostram que 548 pessoas eram estrangeiras. O maior grupo nesse sentido, era o de africanos, composto por 239 sujeitos, sendo que destes, apenas 30 viviam em liberdade³⁰. Farinatti demonstrou que a presença de africanos escravizados era intensa na primeira metade do século XIX, desenvolvendo trabalhos na lida campeira, com alta taxa de masculinidade³¹. Veremos no próximo capítulo, que muitos africanos deram entrada na Santa Casa de Caridade de Alegrete, com avançadas idades e ainda trabalhando.

Outro fator interessante elencado pelo recenseamento, são as ocupações desenvolvidas tanto pela população livre, quanto pela escravizada, que podemos observar a partir do gráfico abaixo:

³⁰ De acordo com os dados, dos 239 sujeitos descritos como africanos no recenseamento, 118 eram mulheres e 121 homens. Entre as mulheres, 108 eram escravizadas e 10 livres. Entre os homens, 101 eram escravizados e 20 eram livres.

³¹ FARINATTI, Luís Augusto Ebling. “Nos rodeios, nas roças e em tudo o mais: trabalhadores escravos na Campanha Rio-grandense, (1831-1870). In: II ENCONTRO NACIONAL: ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 2005, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre, p. 1-18.

Gráfico 1 - Ocupações das trabalhadoras e trabalhadores livres e escravizados (as)
(Alegrete, 1872)



Fonte: Recenseamento Geral da População do Brasil de 1872, IBGE.

A ideia aqui não é comparar o perfil das ocupações das e dos trabalhadores negros antes e depois da abolição da escravidão. Muito menos, entre aqueles que eram livres e os que ainda eram escravizados. O objetivo do gráfico é apenas demonstrar de que forma a distribuição ocupacional do município se dava em um período onde a escravização de negras e negros ainda era uma realidade. Com isso, poderemos observar com maior base e compreensão o cotidiano e as experiências de trabalho daqueles indivíduos após a abolição, quando não existia, com amparo da lei, outras formas de trabalho se não o livre.

Sendo assim, a partir do Gráfico 01 percebemos que a concentração de trabalhadoras e trabalhadores livres – e vale lembrar que aqui estão os negros também – está nas ocupações voltadas ao campo (lavradores), ao meio doméstico e ao trabalho sazonal (criados e jornaleiros). É bom ressaltar que os dados tanto desta fonte quanto de outros levantamentos populacionais do século XIX são apenas aproximações da realidade, pois como já afirmaram outros pesquisadores, era muito difícil efetuar uma contagem mais efetiva, sobretudo em regiões onde os campos eram incontáveis vezes maiores do que as zonas urbanas, dificultando desde o deslocamento, até a localização de

peças nos vastos territórios do país. De qualquer forma, ainda que precário, os dados possibilitam que enxerguemos que a maioria das pessoas desenvolviam ocupações sazonais, inclusive aquelas e aqueles enquadrados na designação “sem profissão”.

Sobre as e os escravizados (representados na cor laranja no gráfico), a diversidade das ocupações, certamente, diminuiu. Podemos perceber que a maioria das trabalhadoras e trabalhadores escravizados desenvolviam atividades voltadas a lida campeira ou ao serviço doméstico. Aqui, se repete também nossa hipótese de que os “sem profissão” seriam aquelas pessoas que desenvolviam diversas atividades ocupacionais de forma ocasional. Mais adiante, discutiremos com mais profundidade a questão dos trabalhadores sazonais no pós-abolição, que ocuparam também a maioria dos outros registros analisados.

O que os números obtidos pelo recenseamento geral daquele ano sugerem é uma sociedade fortemente marcada pela presença negra, onde a maioria dessa população já havia conquistado a liberdade, mas convivia com uma parcela ainda muito grande em escravidão. Além disso, percebemos uma alta incidência de africanos entre os habitantes do município, mesmo após vinte e dois anos da abolição do tráfico de africanos escravizados. E que grande parte dessa população vivia de empregos sazonais, ligados ao trabalho no campo e/ou convivia com a falta de ocupação. É nesse sentido que se faz importante levantar os dados do censo de 1872, pois mesmo que incompletos, eles nos mostram uma projeção da composição social daquela época, e nos ajudam a compreender a desigualdade social e racial do período após a abolição.

O processo da abolição da escravidão em Alegrete foi abordado por Márcio Sônego. Em suas pesquisas, o autor demonstra o quanto os anos de 1870 em diante foram marcados, por um lado, pela tentativa de escravistas em manterem o domínio sobre escravizados, através de diversas alforrias condicionais e, por outro lado, das mais variadas lutas empreendidas pelos próprios escravizados e escravizadas. A libertação daqueles sujeitos por parte da elite, de acordo com Sônego, foi mais por ideal político do que pela causa humanitária.

Com isso, a elite local se utilizou de estratégias emancipacionistas, não compartilhando de opiniões radicais quanto a extinção da escravidão, sendo a intenção resolver por meios moderados e legais, sem confrontos violentos e que ameaçaram o sossego dos "humanitários" e "filantrópicos" senhores e senhoras³².

³² SÔNEGO, 2022, Op. cit., p. 122.

Tanto o poder público, quanto a elite econômica, quando estes não se misturavam, assim como em outros lugares do país, passaram a comemorar a abolição no ano de 1884, que foi marcada pela concessão de alforrias em massa, sendo a maioria com cláusulas de prestação de serviços. E em uma rápida virada de página, ignorando a existência de escravizados no município, como os próprios jornais da época denunciavam³³, os legisladores passaram a discutir o destino dos recém libertos, agora contratados. Uma das primeiras questões em debate visava regulamentar uma polícia que mantivesse a ordem e providenciasse formas de controlar a população pobre e negra da cidade.

George Andrews ao estudar São Paulo no contexto de desagregação da estrutura escravista, explica que reinou nas décadas de 1870 em diante, por parte das elites, o medo das possíveis desordens generalizadas causadas por libertos e seus descendentes. Segundo o autor, “a maior parte dos proprietários de terras consideravam a chegada da liberdade com profunda inquietação e uma forte sensação de desconforto com relação às mudanças que ela traria como consequência”³⁴. Eram os diferentes significados de liberdade que estavam em jogo.

No Recôncavo Baiano, local de forte presença negra escravizada no trabalho nos engenhos de açúcar, Walter Fraga afirma³⁵ que os escravistas usaram da imagem construída ao longo dos últimos anos de escravidão, de que os escravizados deixariam em massa os engenhos, migrando para os centros urbanos e formando filas de desempregados, para cobrar das autoridades políticas e policiais normas e ações combativas a mobilidade de ex-escravizados e que obrigassem estes a aceitarem as ofertas de trabalho nas antigas fazendas onde fizeram moradas forçadas. O autor demonstrou que na realidade não houve saída em massa dos engenhos logo após a abolição, mas ao longo dos anos que a sucederam. Além disso, evidenciou como os libertos reinventaram práticas de convívio e barganha, para conquistarem formas de viver sem a sujeição dos tempos de escravidão.

Em Alegrete, a preocupação das elites com o dismantelamento da escravidão fundamentou as ações empreendidas por escravistas, traduzindo-as nas libertações em massa no ano de 1884³⁶. Aquelas alforrias concedidas, em maioria com cláusulas de

³³ Jornal A Federação. Porto Alegre, 14 de janeiro de 1885, ed. 011, p. 02. Hemeroteca Digital Brasileira.

³⁴ ANDREWS, George. **Negros e Brancos em São Paulo** (1888-1980). Bauru: EDUSC, 1998, p. 82.

³⁵ FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade: Histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2014.

³⁶ SÔNEGO, 2022, Op. cit. Sobre a memória da abolição de 1884, ver: ZUBARAN, Maria Angélica. A invenção branca da liberdade negra: memória social da abolição em Porto Alegre. **Fênix: Revista de História e Estudos Sociais**, Uberlândia, Vol. 6, nº 3, p. 1-15.

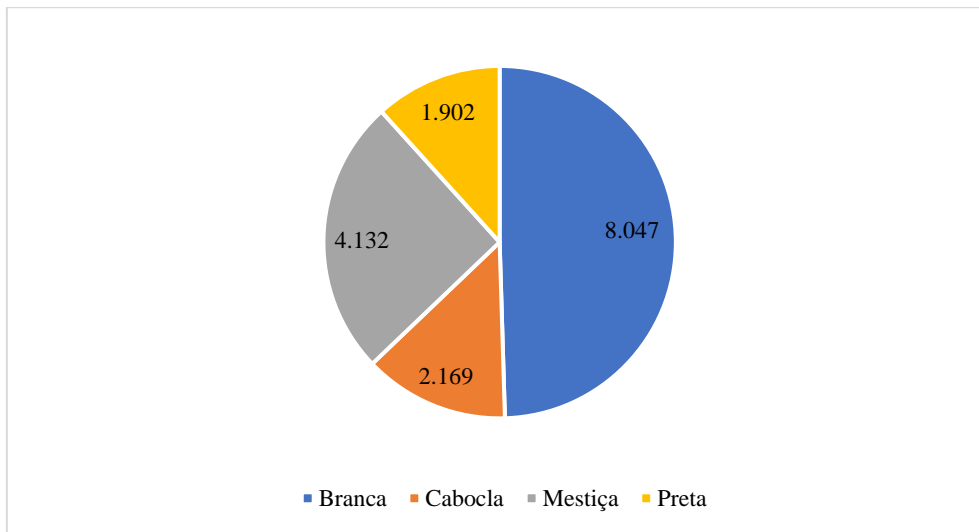
prestação de serviços aos senhores, tinham como objetivo manter o domínio senhorial sobre as e os escravizados. Por mais ambíguo que pareça, os escravistas tentaram, em um último feito paternalista, manter escravizados e libertos em seus domínios, através de possíveis endividamentos morais e éticos entre eles e aqueles que estavam conquistando a liberdade. Sendo assim, acreditavam os senhores que as trabalhadoras e trabalhadores escravizados permaneceriam submetidos ao trabalho forçado e não remunerado por gratidão, pagando a liberdade, com longos períodos de trabalho inscritos nos contratos.

Em Cruz Alta, município localizado na região central do Rio Grande do Sul, Maria do Carmo Moreira Aguilár percebeu que a década de 1880 também foi marcada por diversas alforrias condicionais. A autora escreveu que mesmo em contextos totalmente diferentes – como, por exemplo, São Paulo e o Recôncavo Baiano citados anteriormente – as tentativas de controle e sujeição da mão de obra liberta, por parte dos governantes e grupos sociais dominantes, nortearam o processo final da escravidão no Brasil³⁷.

No início do período republicano, o município de Alegrete era habitado por aproximadamente 16.250 pessoas, sendo 8.497 homens e 7.753 mulheres. Em relação às suas cores, os dados do primeiro Recenseamento geral do novo regime apresentam uma sociedade um pouco menos branca do que aquela representada em 1872. Além disso, as nomenclaturas utilizadas se alteraram. Em 1872, o censo utilizava o termo *pardo*, já em 1890, junto de *branco*, *preto* e *caboclo*, se designavam agora pessoas como *mestiças*. Vejamos o que os números apresentam:

³⁷ AGUILAR, Maria do Carmo Moreira. **Experiências de trabalho de libertas, libertos e seus descendentes em Cruz Alta no Rio Grande do Sul (1870-1900): Uma abordagem social.** Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018, p. 180.

Gráfico 2 - População de Alegrete por designação de cor (1890)



Fonte: Recenseamento Geral de 1890. Censo disponível na biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro.

Os números, mesmo que com os problemas e os cuidados que devemos ter, apontados anteriormente, revelam uma sociedade pós-abolição composta pouco mais da metade por pessoas não brancas, que em 1872 representavam 47,9% e agora 50,4% do total de habitantes. Não temos hipótese formulada empiricamente e nem é o objetivo da dissertação compreender tal fenômeno. De igual forma, é possível que este cenário se explique a partir de migrações efetivadas por sujeitos sozinhos ou em grupos/famílias empreendidas após o 13 de maio de 1888, ou até mesmo antes, visto que a região da campanha poderia significar para determinados grupos sociais, oportunidades de vida na lida campeira ou no acesso ao outro lado da fronteira, em busca de melhores condições de trabalho, se distanciando de um passado recentemente ligado a escravidão.

Nesse sentido, em todos os cantos do país, as décadas finais do século XIX foram de tensões e conflitos acerca dos significados e do impacto da liberdade negra na sociedade brasileira. Sendo assim, o final do século XIX é marcado pelo jogo de interesses dentro de uma nova ordem que se colocava. Trabalhadoras e trabalhadores negros precisaram construir e reinventar práticas de luta frente a um sistema juridicamente diferente, mas que na prática ainda tentava se fazer abrangente, no tom hierarquizante das relações e do tratamento pessoal e estatal para com a população negra. Por isso, se faz necessário observar quais foram seus destinos, tanto na vida pessoal quanto profissional, nos diferentes locais do país que, em cada particularidade, explanam tentativas de sujeição e formas de resistências múltiplas e diversas. É o que tentaremos traçar ao longo desta investigação.

Em 1902, André Pedro Martins foi contratado pela Intendência Municipal de Alegrete, para realizar trabalhos de consertos materiais em alguns lugares de responsabilidade do poder público local³⁸. André era um homem negro, solteiro, com 31 anos de idade. A cidade que André vivia e para a qual, naquele momento, trabalhava, passava por algumas mudanças entre o final do século XIX e início do XX. Provavelmente ele acompanhou as obras de reforma do então Teatro Treze de maio, a construção da Santa Casa, o asfaltamento de algumas ruas do centro, e a arborização da praça 15 de novembro³⁹. É provável que André tenha até presenciado a grande festa popular de 1903, que comemorava a inauguração da Estação Ferroviária no município⁴⁰.

O trabalho sazonal era uma realidade comum no município naquele período, sobretudo, entre sujeitos pobres e não brancos, como veremos no próximo capítulo. André Martins precisou de assistência à saúde algum tempo depois de ter prestado serviços para a Intendência, ingressando no hospital no dia 22 de setembro de 1904, descrito como de cor parda, e trabalhador de suas *agencias*⁴¹. Após 43 dias de internação, André teve sua perna direita amputada, por motivo por nós desconhecido. É possível que seu problema de saúde tenha sido provocado pelas tarefas que empreendia, visto que se sustentava com suas *agencias*, nem sempre em atividades laborais salubres e seguras.

A urbanização acelerada não foi uma realidade em Alegrete e nas cidades vizinhas, como aconteceu em outros lugares do país naquele contexto. Ainda muito ruralizado, as opções laborais no município estavam majoritariamente disponíveis no trabalho nos campos.

O gráfico abaixo demonstra a diferença entre a população urbana e a população geral do município – o que inclui a parcela rural – nos anos de 1890 e 1900:

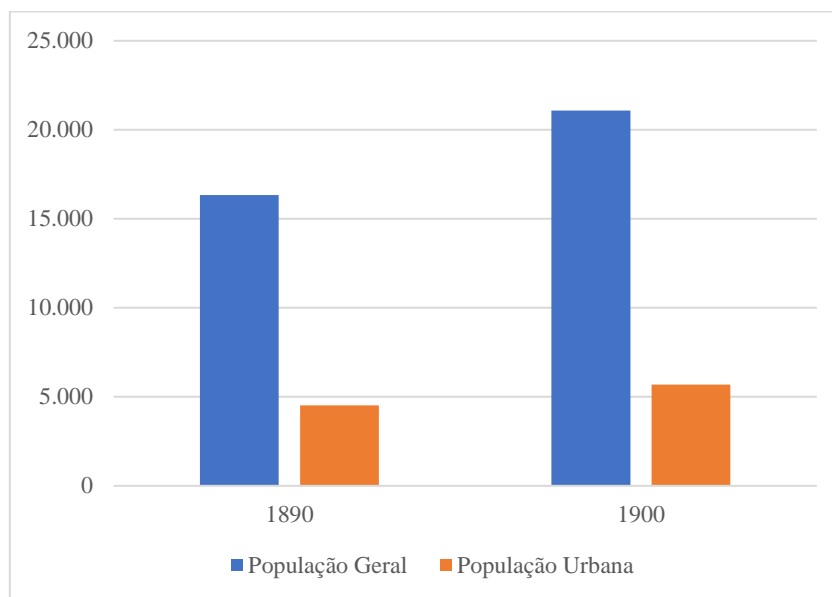
³⁸ MUNICÍPIO DE ALEGRETE. Relatório apresentado pelo Intendente Manoel de Freitas Valle ao Conselho Municipal. 1902. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete – CEPAL.

³⁹ ARAÚJO FILHO, Luiz. **O Município de Alegrete**. Alegrete: Editora Nosso Guia, 2007.

⁴⁰ MUNICÍPIO DE ALEGRETE. Relatório apresentado pelo Intendente Manoel de Freitas Valle ao Conselho Municipal. 1903. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete – CEPAL.

⁴¹ Livro de registros de Entradas e saídas do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete (CEPAL). Registro 2555.

Gráfico 3 - População geral de Alegrete (1890 e 1900)



Fonte: MUNICÍPIO DE ALEGRETE. Relatório apresentado pelo Intendente Manoel de Freitas Valle ao Conselho Municipal. 1902. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete – CEPAL.

Como dito, devemos observar os dados da época com criticidade e compreendendo que eles não nos mostram a total realidade através dos números, contendo sub-representações de determinados grupos. Neste caso, por exemplo, existem algumas divergências nos dados encontrados nos Relatórios da Intendência e nos números de recenseamentos dos próprios censos realizados nos anos de 1890 e 1900.

Vejamos o que o gráfico apresenta. Como vimos, ao longo do século XIX, o município de Alegrete concentrou não apenas sua população, mas também os meios de produção econômica nos campos. Ao findar o século XIX, Graciela Garcia⁴² percebeu que além da pecuária, o município se dedicava a agricultura de pequeno porte, voltada ao mercado interno, e ao comércio nos últimos anos do Império. Já Anderson Corrêa⁴³ centrou seus estudos ao ambiente urbano do município e detectou uma forte atuação do comércio local, sobretudo nos primeiros anos do século XX, após a chegada da estrada de ferro.

⁴² GARCIA, Graciela Bonassa. **Terra, trabalho e propriedade:** A estrutura agrária da campanha rio-grandense nas décadas finais do período imperial (1870-1890). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, p. 208, 2010.

⁴³ CORRÊA, Anderson Romário Pereira. **Movimento Operário em Alegrete:** a presença de imigrantes e estrangeiros (1897-1929). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010. P. 215.

Os dados apresentados no Gráfico (02), evidenciam um leve aumento populacional ao longo dos anos da última década do século XIX. Nele, é possível perceber que, independentemente do ano, em relação a população geral (representada na cor azul), os habitantes do espaço urbano (representados na cor laranja) ainda representavam números bem menores. Como vimos, em 1890, a população geral era de 16.250 habitantes, sendo 8.947 homens e 7.753 mulheres⁴⁴. Além do aumento populacional, ocorre uma mudança no perfil dos indivíduos em 1900, onde dos 18.449 habitantes, agora as mulheres eram maioria, sendo 9.329 em relação aos 9.120 homens⁴⁵.

Observa-se aqui, então, uma sociedade ainda muito ruralizada, que não se diferencia muito da maioria das cidades brasileiras no período, mesmo que a urbanização seja uma das principais características da República, ela não aconteceu de forma homogênea e imediata nos primeiros anos do novo regime. Além disso, concordamos com Daniela Vallandro de Carvalho quando explica que:

Quando falamos de rural e urbano, não estamos compreendendo estes conceitos como dois mundos estanques, compostos de condições materiais e simbólicas diferentes e até mesmo antagônicas. Ao longo do período que caracteriza o marco temporal de nosso estudo (e mesmo após), o rural e o urbano mais se mesclam do que se diferenciam. É certo que existe o desejo por parte das elites citadinas em perceber sua cidade como civilizada e, portanto, carregada de urbanidade. Mas as fontes primárias pesquisadas nos mostraram com clareza o entrelaçamento dos universos rural e urbano, principalmente intermediados pelos populares que em seu trânsito constante ligavam culturalmente campo e cidade⁴⁶.

Em nosso estudo, a partir do manejo documental, percebemos o mesmo cenário que Vallandro encontrou para a cidade de Santa Maria, no centro do estado. Márcio Sônego, ainda nesse sentido, explicou que é provável que muitos trabalhadores negros e negras trabalhassem no ambiente urbano e residissem no meio rural do município, “entrelaçando os dois universos”, como colocou a autora citada. Naquele momento, o espaço urbano tornava-se opção para testar os limites e as possibilidades da vida,

⁴⁴ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Recenseamento Geral do Brasil de 1890. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25490.pdf> >. Último acesso em: 23/02/2023.

⁴⁵ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Recenseamento Geral do Brasil de 1900. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25474.pdf> >. Último acesso em: 23/02/2023.

⁴⁶ CARVALHO, Daniela Vallandro de. “**Entre a solidariedade e a animosidade**”: Os Conflitos e as Relações Interétnicas Populares. Santa Maria – 1885-1915. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2005, p. 36.

sobretudo para negros e negras que recém haviam conquistado a liberdade. Também era isso que fundamentava aquele medo das elites e o controle social empreendido pela polícia, intensificados nos anos que sucederam a abolição e a proclamação da República.

De acordo com Corrêa, uma das principais fontes de ocupação laboral no espaço urbano, no início do século XX em Alegrete foi a própria Intendência Municipal, lugar para o qual o trabalhador negro André prestava serviços no ano de 1902. Porém, de acordo com o pesquisador, que analisou os registros de *Impostos sobre Industrias e Profissões* em busca da participação imigrante e estrangeira no movimento operário local, grande parte dos serviços prestados a Intendência era efetuada por esse grupo e seus descendentes. Nas palavras do autor:

Das 153 pessoas que se relacionam economicamente com a Intendência, no período de 1900 a 1922, aparecem 67 de possíveis imigrantes ou seus descendentes. Identificam-se, pela grafia do nome, italianos, germânicos, franceses, espanhóis ou platinos, poloneses (...) registra-se, assim, um total aproximado de 43,79% de imigrantes nas relações econômicas da Intendência. Na sua maioria, artesãos e profissionais⁴⁷.

O autor completa informando que imigrantes e estrangeiros não eram diretamente funcionários fixos da Intendência, mas formavam o grupo que vendia e fornecia bens e serviços para o poder público, além de serem profissionais e artesãos, com mão de obra especializada. Ou seja, estavam, em maioria, ocupados em prestar outros tipos de trabalho, que não o perigoso e pesado serviço de André Martins no calçamento das ruas nos rincões alegretenses.

A partir do *Livro de registros dos funcionários da Intendência de Alegrete*, tivemos acesso a alguns sujeitos que firmaram compromisso de trabalho com o poder público de forma fixa. Entre os anos de 1908 e 1910, assinaram o livro 24 indivíduos: 1 ajudante de secretário, 1 cobrador de dívidas ativas, 1 comandante da Guarda Municipal, 1 fornecedor de água potável, 10 inspetores de quarteirão, 4 professores, 3 professoras e 3 subintendentes responsáveis pelos distritos do município⁴⁸. O número de funcionários ocupando os cargos aos quais foram convocados não é pouco, visto o pequeno intervalo de tempo nas contratações.

⁴⁷ CÔRREA, 2010, Op. cit., p. 123

⁴⁸ MUNICÍPIO DE ALEGRETE. Termo de Compromisso dos Funcionários da Intendência Municipal de Alegrete. 1908-1915. Arquivo Histórico de Alegrete Miguel Jacques Trindade – AHMAMJT.

É o caso, por exemplo, de Pedro José Bonfim, natural de Sergipe, branco, com 26 anos, trabalhou como praça ao longo de alguns anos⁴⁹, até assinar compromisso de trabalho na Intendência como ajudante de carcereiro⁵⁰. Ou Julia Pahim Maciel, mulher branca, de 24 anos, solteira e que trabalhava de suas agências⁵¹ até assumir compromisso com o poder local para ser professora, lecionando para o terceiro ano no interior do município⁵².

Isso demonstra que, possivelmente, as atividades mais braçais e que requeriam baixo nível de especialização da mão-de-obra eram realizados por sujeitos contratados sazonalmente, de acordo com a necessidade e disponibilidade de recursos financeiros nos cofres públicos, que pode ter sido o caso de André. Por outro lado, as atividades mais especializadas, como as citadas anteriormente, eram ocupadas por pessoas que eram aprovadas em seleções públicas ou mantinham boas relações sociais e políticas.

A partir dos dados extraídos da documentação, é possível perceber que tratava-se de trabalhadoras e trabalhadores especializados em grande medida dos setores da educação e segurança pública, além do secretário, do cobrador e do fornecedor de água potável, que também configura certo nível de trabalho especializado. Isso faz supor, que a Intendência parecia ser sim uma aglutinadora de oportunidades de trabalho no início do período republicano, mas seus contratos e convocações para trabalhos fixos – como os citados acima – estavam concentrados entre um grupo que era especializado, em grande medida branco e possuía algum nível de instrução⁵³ uma vez que todos termos de compromisso eram assinados por ambas as partes.

Em 1905 o Jornal *A Federação* anunciava a obra de reforma do prédio da Intendência Municipal de Alegrete, que se tornaria “um edifício compatível com os foros da cidade que goza”⁵⁴, amplo, moderno e elegante. Essas mudanças se constituíam como opção de trabalho no espaço urbano do município. No ano seguinte o mesmo jornal publicava uma série de novas reformas:

⁴⁹ Livro de registros de Entradas e saídas do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete (CEPAL). Rg 1662.

⁵⁰ MUNICÍPIO DE ALEGRETE. Termo de Compromisso dos Funcionários da Intendência Municipal de Alegrete. 1908-1925. Arquivo Histórico de Alegrete Miguel Jacques Trindade. 1914, p.36.

⁵¹ Livro de registros de Entradas e saídas do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete (CEPAL). Rg 2667.

⁵² MUNICÍPIO DE ALEGRETE. Termo de Compromisso dos Funcionários da Intendência Municipal de Alegrete. 1908-1925. Arquivo Histórico de Alegrete Miguel Jacques Trindade. 1912, p.20.

⁵³ De acordo com o recenseamento geral de 1890, em Alegrete, dos 16.250 habitantes, apenas 3.942 sabiam ler e escrever.

⁵⁴ Jornal *A Federação*, Porto Alegre, 04 de dezembro de 1905, p. 01. Hemeroteca Digital Brasileira.

Alegrete

Melhoramentos materiais

Da Gazeta de Alegrete transcrevemos as seguintes notícias, referentes a melhoramentos materiais no município de Alegrete sob a administração do nosso amigo Coronel Freitas Valle:

- O intendente, no corrente mês, vai mandar proceder aos reparos na estrada, além da Jararaca, em campos de Dona Manoela Marques. Ao que nos consta serão construídos diversos bueiros, com as derivações necessárias.
- Na estrada de baixo, que vai ao passo do Regalado, na Restinga, foi construída uma larga sarjeta empedrada, na estrada do corredor onde havia um profundo atoleiro.
- Está se procedendo aos reparos da estrada a margem esquerda da Restinga, no passo do Curtume. Este serviço está sendo feito por administração e por presos correcionais.
- Na rua 20 de setembro, no cruzamento da rua V. de Tamandaré, junto ao Ibirapuitã, onde se faz o trânsito feral das tropas e carretas, onde há um profundo córrego adjacente ao rio, o intendente vi mandar construir um bueiro duplo, estando quase completo o respectivo projeto, organizado pelo Dr. João Blesmann. Esta será uma obra que vem sanar um melhoramento há muito reclamado, por ser ali o trânsito obrigado das tropas e na época das chuvas era intransitável e até perigoso.
- Faz-se no dia 9 do corrente a medição das obras da ponte Júlio de Castilhos.
- Na praça 14 de julho, geralmente conhecida pelo nome de praça da cadeia, o coronel intendente está mandando construir, para serventia publica, uma fonte que é ali muito necessária. A escavação do poço, vai ser revestida de pedra, com bocal apropriado e terá 6 metros de profundidade⁵⁵.

É certo que os jornais *Gazeta de Alegrete* e *A Federação* endossavam o trabalho do intendente por serem alinhados politicamente. Mas não podemos, por conta disso, ignorar o fato de que se existiam obras públicas, estas empregavam mais trabalhadores que o normal do dia a dia, sendo estes geralmente de baixa especialização, para as atividades de calçamento, abertura de bueiros, plantação de árvores, limpeza, etc. A análise dos documentos e da bibliografia sugerem uma concentração das atividades laborais mais dinâmicas entre trabalhadores brancos e muitos imigrantes e estrangeiros, e os trabalhos menos especializados, pesados e perigosos entre os trabalhadores mais pobres, menos especializados e, provavelmente, em grande parte negros. Tornando evidente o resultado do processo de racialização do mercado de trabalho.

Uma das principais obras do início do século XX no município foi a finalização da estrada de ferro e a abertura do Porto dos Aguateiros. Dois locais que ajudariam o comércio a se desenvolver, pois proporcionaria um maior e melhor trânsito regional, e

⁵⁵ Jornal A Federação, Porto Alegre, 18 de novembro de 1906, p. 2. Hemeroteca Digital Brasileira.

abriria também novos postos de trabalho, mesmo que sazonais. No caso do Porto, a ocupação de *aguateiro* necessitou ser empreendida por mais braços, a fim de suprir a demanda colocada pela cidade. A partir daquele momento surgiam novas oportunidades para a região, que ajudava a expandir o comércio em ascensão. Mas além das obras de construção, o município ainda se reconstruía dos estragos causados pela Guerra Civil da década de 1890 – Federalista. Muito presente no território alegretense, o conflito gerou uma perda não apenas pessoal, mas material para a cidade.

O ambiente urbano não apenas se tornava uma opção mais contundente em relação ao trabalho, mas significava também uma opção de lazer, de encontros e desencontros, afetos e desafetos. Tudo isso proporcionado pelo potencial poder de invisibilidade causado pela movimentação da cidade. Assim, percebe-se que o espaço urbano se constituía enquanto opção de trabalho, em vista dos novos postos e ocupações laborais que surgiam. Mas também se colocava como um ambiente muitas vezes hostil para o exercício de liberdade de trabalhadoras e trabalhadores negros, que continuaram convivendo não apenas com o racismo, mas com o processo de racialização mais acentuado, que como resposta a liberdade, intensificou-se e se materializou em diversos ramos da vida daquelas pessoas, incluindo suas posições e ocupações no mercado de trabalho pós-abolição.

Isso, de forma alguma, exclui o mundo rural como possibilidades também de novas formas de convivência entre patrões e empregados, regadas não só por conflitos, mas também por negociações, mesmo para aqueles que permaneceram próximos ou nos mesmos lugares onde conviveram de forma direta ou indireta com o cotidiano da escravidão.

1.3 PROGRESSO PARA OS DE CIMA, ORDEM PARA OS DE BAIXO: TRABALHO E CONTROLE SOCIAL

Alegrete
14 de fevereiro:

Sabe a Gazeta que o promotor público e o delegado de polícia dispunham-se a percorrer os distritos do município, levando algumas praças de polícia, afim de perseguirem os vagabundos e malfeitores (...)⁵⁶

⁵⁶ Jornal A Federação. Porto Alegre, 04 de março de 1884, ed. 052, p. 02. Hemeroteca Digital Brasileira.

A matéria do principal jornal alegretense do período evidencia um feito não apenas daquele 14 de fevereiro de 1884, mas uma política de controle e repressão empregada pelas forças públicas veementemente a partir do final do século XIX. Antes da abolição da escravidão, sobretudo nas décadas de 1870 e 1880, quando a maioria da população negra já havia conquistado a liberdade, negras e negros eram abordados e até presos pela polícia por suspeita de ainda serem escravizados e andarem fugidos. É que as elites trabalhavam com a ideia de transformar os recém libertos em trabalhadores de qualquer ordem, que tivessem aversão a vadiagem, tida como o grande mal do período e do ordenamento capitalista introduzido no país. Isso teria que ser feito através da força e da repressão, pois no achismo das elites civis e governamentais, aqueles não estariam prontos pra vida civilizada em liberdade. Após a abolição, a população negra continuou convivendo com a instabilidade da liberdade, que agora não os levaria de volta ao cativeiro, mas os colocaria sob suspeição de qualquer possível crime por conta de suas cores e condições sociais. Era o racismo respondendo à liberdade.

Sidney Chalhoub explica que nos debates públicos e políticos da época, um dos principais temas debatidos eram os destinos de negras e negros recém libertos. Ao passo que a liberdade se tornava a realidade majoritária, o “problema que se colocava, então, é de que o liberto, dono de sua força de trabalho, torna-se um trabalhador, isto é, disponha-se a vender sua capacidade de trabalho ao capitalista empreendedor”⁵⁷.

Porém, nem todo trabalhador queria ou conseguia compor o novo mercado de trabalho. Isso aprofunda-se quando falamos em trabalhadores negros que recém se desvincularam de relações extremamente violentas e exploradoras. Nesse sentido, abria-se espaço para uma ampla camada de sujeitos que viviam na informalidade, mesmo que não deixassem de trabalhar, com objetivos de construir novas formas de sobreviver, passariam a ocupar o ambiente urbano, em busca de novas oportunidades e, no caso de negras e negros e seus descendentes, de experienciar a vida em liberdade em seus diferentes significados.

A abolição e a República que vem logo em seguida, trouxeram junto um maior aparato repressivo e “desconfiado”. Não que isso não ocorresse antes. É que agora, perante a lei, todos eram pessoas livres, independentemente da cor da pele. Era necessário

⁵⁷ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no rio de Janeiro na belle époque. Campinas: Editora UNICAMP, 2012, p. 65.

criar e reinventar práticas de controle social que colocasse (e fizesse com que permanecessem) os sujeitos pobres e, sobretudo, os negros, na base da pirâmide social. Instrumentos, mesmo que não diretamente amparados pelas leis, mas que na sutileza do cotidiano reprimisse e criminalizasse trabalhadoras e trabalhadores negros. Isso era geral, mas recaía principalmente sobre aqueles que não aceitavam ingressar na nova ordem moralizante que se instalava. Marcus Vinícius de Freitas Rosa é elucidativo nessa questão:

Na década de 1890, o combate à “vadiagem”, o medo da “crise” e da “desordem” em seus aspectos econômicos ou políticos, eram lidos como consequências temíveis da liberdade alcançada por todos os escravos; era por isso que, na lógica da suspeição e do controle social, “vadiagem”, “crise” e “desordem” estavam associadas às atitudes dos negros em geral. Entretanto, essa mesma leitura, possível a partir do ponto de vista das autoridades políticas, como governadores e chefes de polícia, naquele momento em que se voltaram preferencialmente para os negros como alvos principais, também indica preocupação com a formação de um mercado de trabalho livre cujos integrantes deveriam ser disciplinados e corrigidos, ou seja, obrigados ao trabalho. Consequência: havia homens e mulheres com os mais variados tons epidérmicos e nacionalidades metidos à força nas cadeias do Segundo Distrito por cometer desordens e viver na vadiagem⁵⁸.

O exercício pleno da liberdade, por vezes, era algo bastante perigoso para negras e negros. Atividades como dar uma festa, passear pelas ruas, usufruir livremente dos espaços públicos e, sobretudo, optar pelo não trabalho formal (aquele pensado pelas elites como o ideal: controlado e permanente), poderia ser visto como oposição a ordem, ao progresso e a civilidade de uma sociedade que via o trabalho como redentor de todas as infrações e negatividades sociais. Como pontuou Sandra Pesavento, o “trabalho honrado era capaz de apagar a memória da escravidão”⁵⁹.

Sendo assim, um dos maiores problemas das administrações públicas da época foram os consideráveis aumentos das desordens e perturbações, que ficaram conhecidas como *contravenções*. Via-se, assim, os pobres e negros como uma ameaça à ordem, eram desmoralizados, tendiam a vagabundagem e por isso era justificável que a repressão policial sobre eles fosse em maior proporção. Sidney Chalhoub explica que os “legisladores brasileiros utilizavam o termo ‘classes perigosas’ como sinônimo de

⁵⁸ ROSA, Marcus Vinicius Freitas da. **Além da invisibilidade**: história social do racismo em Porto Alegre durante o Pós-Abolição (1884-1918). Porto Alegre, RS: EST Editora, 2019, p. 116.

⁵⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O cotidiano da República**: elites e povo na virada do século. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 1992, p. 62.

‘classes pobres’, e isto significa que o fato de ser pobre torna o indivíduo automaticamente perigoso à sociedade”⁶⁰.

Este fenômeno não visava apenas negras e negros trabalhadores, mesmo que sobre estes recaíssem uma suspeição mais generalizada devido ao processo de racialização em curso e ao racismo institucionalizado. Trabalhadores brancos pobres, até mesmo os imigrantes e estrangeiros, não apenas presenciaram, mas também foram alvos das ações policiais, pois a lógica se traduzia em reprimir as classes trabalhadoras de forma geral.

Ao observarem o Estado de São Paulo no contexto de fim do século XIX e início do XX, tanto Boris Fausto⁶¹, quanto Karl Monsma⁶² mostraram que naquele momento, sobretudo, a partir dos anos iniciais do século XX, imigrantes passaram a ser considerados ofensores da ordem pelos poderes públicos e patrões no geral. De acordo com Fausto⁶³, ao passo que a correlação discriminatória entre população negra e criminalidade foi (e é) constante, em relação aos imigrantes foi conjuntural do momento de forte fluxo migratório, incluindo aqui repressão contra formas organizativas de lutas de trabalhadores trazidas ou herdadas de seus países de origem. Porém, mesmo compartilhando tais experiências, isso “jamais significou que certas diferenças entre subalternos deixaram de existir durante os anos subsequentes à Lei Áurea”⁶⁴. Isto por conta de um fator simples, mas determinante: a cor.

É preciso lembrar, que os sujeitos que aqui serão abordados configuram a maioria da população alegretense no período, pobres e negros. Desigualdade que é histórica na região, como demonstrou Farinatti⁶⁵, e que se acentuou a partir da década de 1870, com a valorização das terras e o processo de cercamento das propriedades, fazendo com que diversas famílias pobres perdessem seus lares e, conseqüentemente, suas formas de subsistência no meio rural, como apontou Garcia⁶⁶.

Dentro das informações coletadas através dos Relatórios da intendência do período, percebemos que um dos maiores gastos públicos das administrações era com a Guarda Municipal. No último capítulo veremos quem eram os trabalhadores que mantinham a ordem na cidade – ou ao menos tentavam – ainda que em muitos casos eles

⁶⁰ CHALHOUB, 2012, Op. cit., p. 76.

⁶¹ FAUSTO, 2014, Op.cit.

⁶² MONSMA, Karl. Vantagens de imigrantes e desvantagens de negros: Emprego, propriedade, estrutura familiar e alfabetização depois da abolição no oeste paulista. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 3, v. 53, pp. 509-543.

⁶³ FAUSTO, 2014, Op. cit., p. 76.

⁶⁴ ROSA, 2019, Op. cit., p. 117.

⁶⁵ FARINATTI, 2007, Op. cit.

⁶⁶ GARCIA, 2010, Op. cit.

mesmo fossem quem as fomentava. Além disso, veremos que o emprego nas forças da ordem pública foi uma opção não só de ascensão econômica, mas também social para os trabalhadores negros, que viam como uma saída aos empregos sazonais de baixa especialização, ocupado pela maioria de seus pares. Enfim, como um dos maiores gastos, esteve sempre nos debates políticos as melhorias que o serviço de segurança pública do município deveria receber, evidenciando uma preocupação e prioridade da administração com a seguridade da ordem social.

Em um trecho do Relatório de 1901, o Intendente relata que foi preciso ocupar mais da metade da verba destinada a “ordem pública e policiamento municipal”, pois os gastos com alimentação foram excedidos:

O número de prisões acima referido, tendo sido constituído geralmente por indivíduos pobres, fez com que as etapas que elevei a 600 reis diários, devido à alta dos gêneros alimentícios, elevasse também as despesas do semestre, excedendo a metade da verba destinada ao custeio daquele estabelecimento⁶⁷.

É interessante notar, que ao falar do perfil dos presos na cadeia, é sublinhado que a maioria das prisões efetuadas haviam sido de pessoas pobres. O que novamente aponta, que aos olhos da elite moralizante e regradora, o aparato repressivo vigente naquele período era justificável contra trabalhadoras e trabalhadores pobres e negros, em grande maioria, visto que estes eram imbuídos de vícios e formas de viver contrárias àquilo que tentava se impor como normalidade.

As ações da polícia, bem como da imprensa, que noticiava desde os nomes das pessoas que eram perseguidas e presas pela instituição, representam a normalidade experienciada por aquela sociedade frente à precariedade da vida das trabalhadoras e trabalhadores negros, como demonstra a matéria do jornal *Gazeta de Alegrete*, de 1890:

Refere-se a *Gazeta de Alegrete*, Rio Grande do Sul, de 2º do mês passado:

O delegado de polícia Sr. Lucio Krug, que desde que assumiu o cargo não tem dado tréguas aos malandrins, teve a boa lembrança de reunir umas quantas vagabundas que por aí existem em um cortiço e fê-las passear em bando pelas ruas, ao rufar de tambor, apregoadas para quem quisesse aluga-las. Espetáculo novo nesta cidade, o bando percorreu as

⁶⁷ MUNICÍPIO DE ALEGRETE. Relatório apresentado pelo Intendente Frederico Ortiz ao Conselho Municipal. 1901. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete – CEPAL, p. 06. Grifos nossos. Atualizamos a grafia desta e das próximas citações de documentos da época para melhor compreensão das e dos leitores.

ruas, provocando a cada passo hilaridade nas pessoas que, atraídas pelo som da caixa, somavam às portas e janelas⁶⁸.

Percebe-se que o tom da reportagem publicada é quase que um manifesto de parabenização ao delegado Lucio Krug, que aparentemente cumpria um trabalho essencial e amplamente apoiado pela sociedade: o de reprimir pessoas pobres. Mesmo que não explicita a cor das mulheres violentadas, é bem possível que estas fossem não brancas, que algumas fossem libertas ou descendentes de escravizadas, pelo teor e conteúdo exposto no material, de serem representadas enquanto “vagabundas” que poderiam ser “alugadas” em praça pública, em plena luz do dia. O mesmo jornal que publicou a matéria, nos anos de 1880 foi fundado com intuito e a missão de promover a abolição no município. Seria irônico se não fosse o próprio fundador do jornal e sua família, escravistas até os últimos suspiros da instituição⁶⁹.

Casos como o exposto na matéria não eram raros, visto que as autoridades trabalhavam nesse sentido. Priscila Almaleh e Paulo Moreira⁷⁰ investigaram a trajetória de Ana Fausta Marçal, mulher negra que vivia em Porto Alegre, na última década do século XIX, trabalhando com agenciamento de mulheres e prostituição no centro da capital. Ela foi denunciada, julgada e presa. Almaleh e Moreira perceberam que os “jornais, entre as denúncias e mexericos, também investiam em imagens que beiravam o ridículo e o mais desbragado preconceito”. Isso ocorria, sobretudo, quando envolvia mulheres, pobres e negras, como é o caso dos jornais que mencionavam Fausta e aquele sobre as ações que causaram *hilaridade* na sociedade de Alegrete.

O feito do delegado alegretense, que desde que assumiu o cargo não dava trégua “aos malandrins”, ao que parece, também representava um ato simbólico. O objetivo era

⁶⁸ Jornal Libertador. Fortaleza, 05 de maio de 1890, edição 103, p. 3. Hemeroteca Digital Brasileira. Esta notícia foi utilizada como fonte histórica anteriormente por Márcio Sônego, o qual fazemos uso aqui por conversar com o tema em discussão. Ver mais em: SÔNEGO, Márcio Jesus Ferreira. **Uma introdução à história dos trabalhadores negros no Clube União Operária de Alegrete**. Porto Alegre: Gráfica e Editora RJR, 2022.

⁶⁹ O Jornal *Gazeta de Alegrete* foi fundado em 01 de outubro de 1882 por Luiz de Freitas Valle, que de acordo com Sônego: “Além de ser fundador do Jornal *Gazeta de Alegrete*, Luiz de Freitas Valle, filiado ao partido conservador, exerceu o mandato de vereador em Alegrete, sendo presidente da Câmara, período de janeiro de 1883 a janeiro de 1887. (...) Luiz de Freitas Valle se mudou para a cidade do Rio de Janeiro, na qual presidiu a Associação Comercial do Rio de Janeiro e a Federação das Associações Comerciais do Brasil, em 1912. Acabou falecendo no dia 22 de julho de 1919, com 64 anos de idade” (SÔNEGO, 2022). Além disso, fundou o Clube Emancipador de Alegrete e recebeu do Imperador D. Pedro II a comenda Imperial Ordem da Rosa e o título de Barão do Ibirocaý.

⁷⁰ ALMALEH, Priscilla; MOREIRA, Paulo. 'Lava e engoma para fora e recebe homens' Racismo, Sexualidade e o Protagonismo de Uma Mulher Negra no Pós-Abolição (A Preta Ana Fausta Marçal, Poa, RS). **Revista História em Reflexão** - Revista Eletrônica, v. 15, p. 93-113, 2021. Pág. 103.

não apenas reprimir os mais pobres e sujeitos negros e seus descendentes, mas lembrar aquelas pessoas, a partir do aparato repressivo, os lugares sociais que deveriam ser ocupados (ou reocupados) por elas, de subalternidade, enquadrados na hierarquia social e racial. Mas isso não foi, definitivamente, aceito sem resistência e ação dos indivíduos.

Não eram inexistentes as denúncias em órgãos da imprensa, de sujeitos que reclamavam da violência empreendida pelas autoridades policiais. Em novembro de 1884, a *Gazeta de Alegrete* publicava o seguinte:

O cidadão Manoel David queixou-se à autoridade policial por haver sido vítima de espancamento por parte da polícia rural do 9º quartelão comandada por Domingues Ramires. Espancaram-no e depois invadiram-lhe a casa, cometendo todas as tropelias⁷¹.

Não conseguimos detectar maiores informações sobre Manoel David em outros documentos, para poder lançar maiores hipóteses sobre o porquê de seu espancamento pela polícia rural. Porém, é provável que envolvesse conflitos interpessoais, visto que as polícias rurais agiam mais no sentido de proteger os interesses e a propriedade dos grandes estancieiros e produtores rurais, que em geral era quem os bancava financeiramente, do que a ordem pública propriamente. Inclusive o Intendente do município, João Benício da Silva, comemorou a extinção de tal “corporação”, em seu relatório de 1897. De acordo com ele, esta nunca trabalhava “com imparcialidade e servindo a todo povo”⁷².

O problema da ordem nem sempre era causado apenas por civis. Muitas vezes os conflitos e as desordens eram encabeçados pelos próprios agentes responsáveis por reprimir tais atos. Sendo a maioria da população pobre, quem era incorporado nas forças militares, de polícia e guarda municipal, sobretudo as de baixo escalão, também eram trabalhadores pobres, que viam nestas profissões uma saída ao desemprego e ao baixo prestígio social – especialmente entre os negros⁷³. Mesmo ganhando pouco, o uso da farda – que muitas vezes era paga com o próprio ordenado – simbolicamente representava respeito e um certo nível de ascensão, como veremos com maior atenção no último capítulo deste trabalho. Não foi raro ao longo da pesquisa, encontrar sujeitos que

⁷¹ Jornal A Federação. Porto Alegre, 12 de novembro de 1884, ed. 261, p. 02. Hemeroteca Digital Brasileira.

⁷² MUNICÍPIO DE ALEGRETE. Relatório apresentado pelo Intendente João Benício da Silva ao Conselho Municipal. 1897. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete – CEPAL, p. 09.

⁷³ FLORES, Giane. Sob a farda da polícia: controle social, trabalho, cor e prestígio (Porto Alegre, fins do século XIX). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2018.

trabalhavam em alguma das forças de segurança pública envolvidos em conflitos. Às vezes, entre eles mesmos, como demonstra a matéria abaixo:

Na 5ª feira, 13 do corrente, nos subúrbios da cidade, na casa de uma *horizontal* de nome Izabel, deu-se sério conflito entre praças do 30º batalhão da infantaria e um moço paisano, que andavam de farra, e um cabo do destacamento que estacionava nesta cidade. Do conflito, motivado pela posse de Izabel, resultou a morte de um sargento do referido batalhão, que veio a falecer na madrugada do dia seguinte, em consequência de um tiro que lhe disparara o cabo⁷⁴.

Os termos utilizados no jornal induzem o leitor a pensar que a casa da referida Izabel (*horizontal*) fosse um local de prostituição. O que de fato poderia ser. Mas é válido chamar atenção novamente para o tom moralizador desempenhado pela sociedade, polícia e imprensa no período, onde o preconceito de cor, de classe e de gênero estava fortemente presente e, no caso das mulheres, marcava suas autonomias relacionais. A imprensa, com suas “coberturas” de acontecimentos como este, muitas vezes, contribuía para a desigualdade e o preconceito contra mulheres mais livres sexualmente. Na matéria em questão, por exemplo, o pequeno trecho que narra o conflito cita o nome de Izabel duas vezes, enquanto os nomes dos homens envolvidos e responsáveis pela desavença não aparece em nenhum momento, pois são referenciados a partir de suas ocupações profissionais. De qualquer maneira, o que interessa aqui, é o envolvimento de trabalhadores das forças públicas em conflitos.

Em julho de 1899⁷⁵, mesmo mês do ocorrido na casa de Izabel, na venda de Julião Fernandes, um conflito entre três sujeitos resultou na morte de um e na prisão de outro, sendo o destino do terceiro desconhecido por nós. O autor do conflito e da morte de Franklin Brum foi o cabo José Lino dos Santos, que de acordo com o jornal, foi “o mesmo que deu origem aos acontecimentos que ocasionaram a formatura e alarde do 30º batalhão, à noite e com armas”. Não identificamos outras informações de José, tão logo os motivos que teriam lhe motivado a assassinar Franklin e agredir Felício Dorneles. O último deu entrada no hospital Santa Casa⁷⁶ da cidade no dia 19 daquele mês, descrito como preto, jornalista, casado, natural deste estado e com 36 anos, falecendo dois dias depois por conta de um *ferimento cortante*.

⁷⁴ Jornal A Federação. Porto Alegre, 27 de julho de 1899, ed. 170, p. 01. Hemeroteca Digital Brasileira.

⁷⁵ Jornal A Federação. Porto Alegre, 02 de agosto de 1899, ed. 175 p. 01. Hemeroteca Digital Brasileira.

⁷⁶ Livro de registros de Entradas e saídas do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete (CEPAL). Registro 1892.

“Sexta-feira a tarde efetuou-se o sepultamento do infeliz Franklin Brum, artista, casado e bom cidadão. Ao seu enterramento compareceu a sociedade Beneficente Alegretense, que conduziu o cadáver a mão até o cemitério”. O jornal, fazendo questão de evidenciar a ocupação laboral de Franklin, evidencia o porquê de ele ser digno de receber tratamento enquanto um *cidadão*. E além disso, percebemos que Franklin era um trabalhador pobre, pois era sócio da *beneficência*, que em suas cláusulas deixava claro que atuava no sentido de “prestar toda a sorte de socorro aos sócios enfermos, **sem recursos**” e “fazer enterro dos sócios que falecerem”⁷⁷.

Mas afinal, quem estava sendo preso em Alegrete naquele período? Por quais motivos? De que forma agia efetivamente a polícia municipal? É o que podemos observar a partir da análise e do cruzamento das fontes. Como dito, os documentos da Cadeia por nós localizados compreendem apenas quatro anos, o que acreditamos serem os primeiros registros da instituição em novo endereço. Pois, como vimos, esta passou a dividir terreno com a Intendência Municipal e o prédio do Quartel da Polícia, no início de 1901⁷⁸. Era quase que um complexo da lei instalado bem no centro do município. Era dali que partiam os agentes públicos responsáveis pela vigilância e patrulhamento no perímetro urbano e também do rural, com as subintendências e subdelegados, que trabalhavam pelos distritos do interior.

De acordo com o demonstrativo por nós acessado, entre janeiro de 1901 e dezembro de 1904, 798 sujeitos passaram pelo xadrez municipal de Alegrete. Destes, 691 eram homens e 105 eram mulheres (em dois casos não foi possível confirmar esta informação). Os motivos pelos quais aquelas pessoas foram presas podem ser observados a seguir:

⁷⁷ ARAUJO FILHO, Op. cit., p. 175. Grifos nossos.

⁷⁸ ARAUJO FILHO, Op. cit., p. 175.

Tabela 1 - Crimes e contravenções (Alegrete, 1901-1904)

Crime ou Contravenção	Nº
Desordem	390
Furto	204
Ferimento	42
Peão	23
Morte	21
Embriaguez	18
Vagabundagem	14
Recrutado	13
Loucura	12
Outros	61
Total	798

Fonte: Demonstrativo dos Presos na Cadeia de Alegrete. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete (CEPAL).

Como o esperado e em acordo com a historiografia do tema, *desordem* ocupou, de longe, as primeiras linhas do movimento policial da cidade. E isso não era atoa, visto que se trabalhava nesse sentido, de reprimir tudo aquilo que não combinasse com a ordem e o progresso das cidades, o que geralmente era defino pelas elites políticas e econômicas. Alguns sujeitos eram conhecidos da guarda, considerando que rotineiramente eram presos. Vale ressaltar que estas prisões, sobretudo as que envolviam o motivo *desordem*, eram correccionais, ou seja, o sujeito era detido como forma de controle e correção e solto logo em seguida, o que geralmente durava de 24 a 48 horas. O padrão das detenções, de ter a *desordem* em primeiro plano, se repetia por diversos locais do país, inclusive nas grandes cidades, como Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro⁷⁹, todas imersas no processo de controle social sobre trabalhadoras e trabalhadores.

No contexto de São Paulo, por exemplo, no início do período republicano, Boris Fausto⁸⁰ percebeu que havia uma discrepância entre o número de prisões efetuadas e o de pessoas processadas no âmbito judicial. De acordo com o autor, isso se deve ao fato de que a maioria das prisões eram correccionais, realizadas no sentido de controlar principalmente a grande massa de trabalhadores. Entre as principais motivações das prisões analisadas por Fausto, estavam a *desordem*, a *vadiagem* e a *embriaguez*.

⁷⁹MAUCH, Claudia. **Dizendo-se autoridade:** polícia e policiais em Porto Alegre (1896- 1929). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 284, 2011. FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano:** a criminalidade na cidade de São Paulo (1880-1924). São Paulo: EdUsp, 2014. SILVA, Thiago Campos da. **A cor da cidade: raça, controle social e reformas no Rio de Janeiro (1890-1906).** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022. P. 208.

⁸⁰ FAUSTO, 2014, Op. cit., p. 43.

Bruna Krob analisou as prisões de libertos e libertandos na cadeia de Porto Alegre, a pesquisadora se debruçou sobre as experiências daqueles trabalhadores escravizados, libertados pelas alforrias em massa do ano de 1884, que em sua maioria, determinavam um tempo de prestação de serviços até que a liberdade se efetivasse anos depois. Krob percebeu o seguinte:

O resultado de nossa pesquisa foram dezenas de prisões e solturas ocorridas principalmente por motivos correccionais, frequentemente por infração de contratos de trabalho por parte de libertandos, por vadiagem, embriaguez e desordem, etc. Os tipos de infração cometidas demonstram a repressão sobre a população pobre e de cor da cidade, na qual estavam inseridos a grande maioria de escravos e de egressos do cativo e que, no contexto da emancipação de escravos no Rio Grande do Sul, deslindam o papel da polícia e da Cadeia Civil sobre aqueles indivíduos.⁸¹

No caso de Alegrete, o que sucede as desordens na motivação das prisões são os *furtos*. Dentro dessa categoria, entravam desde os pequenos roubos no centro da cidade, até os furtos de animais nos campos, historicamente um dos principais negócios do crime na fronteira. De acordo com Marcelo Bahlis, os roubos de gado nos primeiros anos republicanos eram produzidos, em maioria, por trabalhadores pobres para a própria sobrevivência, seja para consumo ou para a venda. Dentro dos casos por ele analisados, referentes a Alegrete e seu município vizinho Uruguaiana, quase metade dos 75 casos que geraram um processo crime por roubo de gado, eram praticados por apenas uma pessoa, que roubava apenas um animal⁸².

No dia 28 de setembro de 1904⁸³, Octavio Fernando Lopes, de 19 anos, foi preso por contrabando. Ao que parece, a prisão de Octavio durou mais tempo que o normal, visto que a data de saída não consta no demonstrativo, como era padrão em quase maioria dos registros. Algenor Querubim da Silva⁸⁴, solteiro, com 18 anos de idade foi um pouco menos ambicioso – ou mais necessitado – e furtou apenas algumas galinhas, tendo que passar a noite do dia 18 para 19 de novembro de 1904 no xadrez. João Pedro Rodrigues⁸⁵,

⁸¹ KROB, Bruna Emerim. Emancipação de escravos e controle sobre trabalhadores libertos: os registros policiais da Cadeia Civil de Porto Alegre (1884 – 1888). *Aedus*: Revista do Corpo Discente do PPG-História da UFRGS, vol. 7, nº 17, p. 144-168, 2015, p. 156.

⁸² BAHLLIS, 2019, Op. Cit., p. 80.

⁸³ Demonstrativo dos presos na Cadeia de Alegrete (1901-1904). Arquivo Histórico de Alegrete Miguel Jacques Trindade, p. 41.

⁸⁴ Demonstrativo dos presos na Cadeia de Alegrete (1901-1904). Arquivo Histórico de Alegrete Miguel Jacques Trindade, p. 48.

⁸⁵ Demonstrativo dos presos na Cadeia de Alegrete (1901-1904). Arquivo Histórico de Alegrete Miguel Jacques Trindade, p. 41.

também solteiro, com 19 anos, foi preso em abril daquele mesmo ano por “furtar uma moça” no centro da cidade.

Ao cruzar alguns nomes envolvidos nos processos criminais analisados por Bahlis, identificamos alguns sujeitos na documentação aqui trabalhada⁸⁶. Em 1905, Aníbal Alves da Luz vendeu três vacas para o charqueador Paulo Henrique de Carvalho que, ao analisar os certificados, comprou os animais sem demora. Tempos depois, verificados pela polícia, percebeu-se que os documentos eram falsos e as vacas na realidade haviam sido roubadas por Aníbal dos campos de Antônio Souza Leal. Identificamos o ingresso de Aníbal da Luz seis anos antes do roubo na Santa Casa⁸⁷ de Alegrete, na instituição, foi descrito com 44 anos de idade, solteiro, natural deste estado, jornaleiro e de cor parda.

Outro caso neste sentido é o de Francisco Godoy da Silva⁸⁸, descrito em seu ingresso na Santa Casa, no ano de 1901, como solteiro, oriental, com 46 anos, jornaleiro e indiático. Na madrugada do dia 19 de janeiro de 1890, no interior do município de Alegrete, Francisco auxiliou seu cunhado, Ladislau Antônio Figueiró, em um roubo de gado dos campos de Antônio Dias Braga. Na manhã do dia seguinte, a polícia encontrou na casa dos denunciados couro e carne fresca, os prendendo em flagrante. De acordo com o depoimento de Ladislau, o roubo teria sido efetuado pelo motivo de que seu filho chorava de fome a quatro dias, e tendo o seu patrão não lhe servido de um pedaço de carne para o consumo de sua família, se viu obrigado a praticar o furto.

Os dois casos comentados acima expõem parte do cotidiano de trabalhadores não brancos e pobres na região de Alegrete no início do período republicano. Ambos, ao ingressar na Santa Casa foram qualificados ou se qualificaram enquanto trabalhadores de jornadas, ou seja, eram aqueles que se ocupavam de labores sazonais e, ao que tudo indica, em determinados momentos optaram (ou foram levados pelo contexto de precariedade) pela ilegalidade para prover meios de subsistência para si e para os seus, como é possível perceber no depoimento do cunhado de Francisco.

Matheus Batalha Bom, analisou questões envolvendo crime, trabalho e sobrevivência em Jaguarão/RS, na região sul do Estado, ao longo dos últimos anos do

⁸⁶ BAH LIS, 2019, Op. Cit., p. 106.

⁸⁷ Livro de registros de Entradas e saídas do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete (CEPAL). Registro 1656.

⁸⁸ Livro de registros de Entradas e saídas do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete (CEPAL). Registro 2159.

século XIX⁸⁹. No desenrolar da pesquisa, Bom percebeu que em algumas situações o crime poderia de fato significar uma opção dentro do mundo do trabalho, em vista da precariedade e da falta real de oportunidades laborais para indivíduos mais pobres. Concordamos com a afirmativa de Bom, visto que na documentação aqui analisada se detectaram, em maioria, trabalhadoras e trabalhadores imersos em um mercado sazonal do trabalho. Além dos registros policiais anotarem alto índice de furtos ao longo do período analisado. Isso nos leva a crer que, em alguns casos, a prática do ilícito poderia se desenvolver paralelamente a outras formas de trabalho ocasional e precário. Algo que foi observado por Bom no processo envolvendo o marinheiro negro Rafael, que foi acusado e condenado por assaltar um trabalhador no centro da cidade, roubando-o algumas moedas e voltando ao seu trabalho nas embarcações no Porto de Jaguarão. De acordo com o autor:

É nesse sentido que se defende nesta tese que determinados crimes também eram uma forma de trabalho. Podia ser o meio principal, alternativo, ou complementar de ganhar a vida. Os indivíduos que praticavam roubos, furtos, saques, entre outros, não mudavam drasticamente suas vidas, se tornando membros da elite, ou pertencentes a um grupo de maior hierarquia. Embora os crimes fossem tipificados, registrados na forma lei, e compreendidos pela sociedade como algo errado a se fazer, uma vez que ao praticarem os crimes sabiam que corriam o risco de serem presos, os crimes, principalmente aqueles baseados na apropriação de bens e valores, podem ser vistos naquele contexto como uma parte do mundo do trabalho. Sim, os indivíduos tinham a escolha de não praticar crimes, mas as oportunidades eram pequenas para os que queriam melhorar suas condições materiais. E, com poucas margens de ascensão social, vivências na precariedade, poucos níveis de mobilidade na hierarquia do mundo do trabalho, não eram poucos, portanto, que decidiam se arriscar na aventura do ilícito⁹⁰.

Um caso neste sentido foi identificado em meio a documentação aqui analisada. Em outubro de 1900, Oswaldo Salla foi acusado de roubar alta quantia de dinheiro de uma gaveta da casa de Manoel Rodrigues de Almeida, onde trabalhava em uma obra como pedreiro ao lado de seu pai, Santhiago Salla e outros trabalhadores operários e carpinteiros⁹¹. Além de Oswaldo, sua mãe, Thereza Salla foi indiciada e presa por acobertar o crime do filho. No percurso do processo, é possível perceber que com o valor

⁸⁹ BOM, Matheus Batalha. **Liberdades Racializadas: gênero, trabalho e crime na fronteira meridional (Jaguarão, 1870-1905)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2022. P. 312.

⁹⁰ BOM, 2022, Op. cit., p. 189.

⁹¹ Processo-crime, n. 3562. 1900. Alegrete. APERS.

roubado, Oswaldo comprou diversos objetos de uso pessoal e para a família no comércio da cidade, como roupas novas para o seu pai e um jogo de novas cadeiras para a sala de estar de sua casa, além de alimentos e um revólver. Ao ser descoberto, Oswaldo confessou ser autor do roubo, mesmo sem explicar suas motivações. Além deste fato, no relatório do delegado de polícia do município anexado ao processo é relatado que Oswaldo havia praticado outros diversos furtos ao longo daquele último ano, tendo furtado dinheiro, arma e objetos pessoais de três pessoas diferentes para quem prestava seus serviços de pedreiro.

Não é possível mensurar o que motivou de fato Oswaldo a realizar tais furtos, e a sua mãe o acobertar. Seria a vontade de acessar bens materiais inalcançáveis com seus rendimentos de pedreiro e os de seu pai? A mãe Thereza também almejava tais itens – como o jogo de cadeiras e os alimentos – que nem questionou o filho da procedência do dinheiro usado nas compras? É possível que assim como o marinheiro de Jaguarão/RS, Oswaldo praticasse tais furtos para complementar sua renda de pedreiro, dado que ao trabalhar em obras residenciais, acessava o mundo dos mais endinheirados, e fazendo uso da proximidade com tais pertences de seus patrões, aproveitava para diversificar seus rendimentos.

O objetivo não é justificar crimes ou associar trabalhadores pobres e negros a criminalidade. É, na verdade, exemplificar parte do complexo mundo do trabalho vivenciado por aqueles sujeitos, que analisados apenas a partir de qualificações presentes nas fontes, não permite mensurar tais contextos e realidades. É também evidenciar um outro lado do mundo do trabalho, outras lutas pela sobrevivência e outras experiências que não apenas aquelas empreendidas por trabalhadores organizados e empregados formalmente. É a realidade de experiências diversas e complexas de indivíduos do passado.

Voltando ao demonstrativo, em menores proporções seguem os presos por ferimentos, peão, morte, recrutados e por loucura. Nosso objetivo também não é mapear a origem dos crimes e das contravenções, nem fazer um histórico e uma revisão destes comportamentos e ações, mas sim perceber em que sentido caminhava o movimento repressivo naquele período. De qualquer forma, alguns apontamentos, mesmo que iniciais, são necessários.

O caso das pessoas presas por “peão”, por exemplo, é algo bastante intrigante, visto que não encontramos na bibliografia algo parecido para o período analisado. Pois o termo é utilizado, tanto no senso comum, quanto nas produções bibliográficas para se referir ao trabalhador do campo, responsável pelo manejo animal e da propriedade rural.

Entre o mês de setembro de 1902 e julho de 1903, Antônio José dos Santos⁹² foi preso quatro vezes. Descrito como de nacionalidade brasileira, solteiro e com 49 anos de idade, os motivos que os levaram para o xadrez variaram entre *desordem* e *peão*. Caso bem parecido com o do italiano Eduardo Cristóvão, de 25 anos, preso no dia 06 (solto no dia 9) e no dia 16 (solto no dia 17) de janeiro de 1902⁹³. Primeiro por *desordem* e depois por *peão*. Assim como Hipólito Bandeira⁹⁴, brasileiro, solteiro e com 55 anos de idade, que foi preso em fevereiro de 1902 por *peão* e, em outubro daquele mesmo ano, por *desordem*.

Dentro de uma sociedade majoritariamente rural como é o caso de Alegrete, é possível que alguns termos extrapolassem o sentido que eles têm hoje. Sendo assim, a hipótese aqui trabalhada é de que *peão*, além de trabalhador do campo, também poderia ser aquele que produz *desordem* ou alguma contravenção dentro do mesmo mundo rural, como pode ter sido o caso do Antônio, do Eduardo e do Hipólito, que em pequenos intervalos de tempo, variavam os motivos de suas prisões entre *peão* e *desordem*. O que no sentido prático, poderia significar contravenções bem próximas. Por outro lado, é plausível pensar que o movimento policial poderia agir de acordo com as vontades dos grandes estancieiros e prendesse trabalhadores rurais que descumprissem acordos de trabalho com seus patrões, sendo registrados na documentação apenas como “*peão*”, mesmo sem envolverem-se ou causarem algum tipo de *desordem* ou contravenção de qualquer ordem. Em um tempo não distante do aqui analisado, a existência da polícia rural atuava exatamente neste sentido, como já mencionado, algo que pode ter permanecido após o fim da escravidão e o início da República como prática social conhecida e aceita por grande parte da sociedade detentora de poderes políticos e econômicos da região.

De acordo com os dados extraídos do demonstrativo, ainda foi possível perceber outras questões sobre o perfil das pessoas presas. No quadro das naturalidades dos prisioneiros, 745 foram descritos como brasileiros, 31 oriundos de países vizinhos da América do Sul e 18 provenientes de países da Europa. Chama atenção, mesmo não sendo surpresa, o número de orientais presentes nos registros. Certamente a proximidade com a

⁹² Demonstrativo dos presos na Cadeia de Alegrete (1901-1904). Arquivo Histórico de Alegrete Miguel Jacques Trindade, p. 23-33.

⁹³ Demonstrativo dos presos na Cadeia de Alegrete (1901-1904). Arquivo Histórico de Alegrete Miguel Jacques Trindade, p.15.

⁹⁴ Demonstrativo dos presos na Cadeia de Alegrete (1901-1904). Arquivo Histórico de Alegrete Miguel Jacques Trindade, p. 16-24.

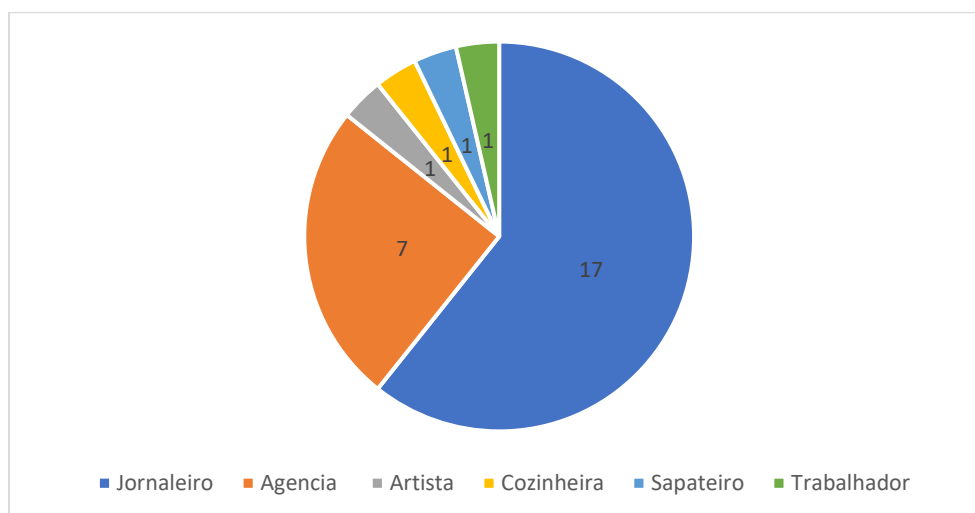
fronteira explica estas presenças. Pois, como vimos na introdução, aquele era um espaço de *soberanias justapostas*, onde os sujeitos *manejavam* a ideia de fronteira de acordo com suas necessidades e aspirações⁹⁵.

No que tange aos estados civis dos presos, o que os dados apresentam é que 618 foram designados como solteiros, 157 casados e 16 viúvos. No próximo capítulo, abordaremos com maior profundidade a questão dos laços matrimoniais formais ou não entre os sujeitos pobres. Cabe adiantar, que entre as camadas mais empobrecidas, o casamento tido como formal não era a única opção de formalização das relações afetivas, visto que outras formas, como amasiamento, eram encaradas com seriedade e durabilidade pela maioria da população pobre. Porém, no momento dos registros formais, como é o caso da Cadeia, não fossem legitimadas pelas instituições competentes. Ou seja, dentro do grande número de solteiros, certamente haviam diversas formas e arranjos de relações e composição de famílias.

Como anunciado no início deste capítulo, é crucial o cruzamento de fontes para maior e melhor compreensão do objeto analisado. Nesse sentido, como não foi possível, por conta da ausência na fonte, identificar as cores e as ocupações dos presos no demonstrativo, este foi cruzado com as informações coletadas nos registros hospitalares. Dos quase 800 nomes presentes nos registros da Cadeia, identificamos 30 sujeitos nos registros do hospital. Assim, complementando as informações de tais indivíduos, com categorias como as suas cores e ocupações. Focaremos nestas duas.

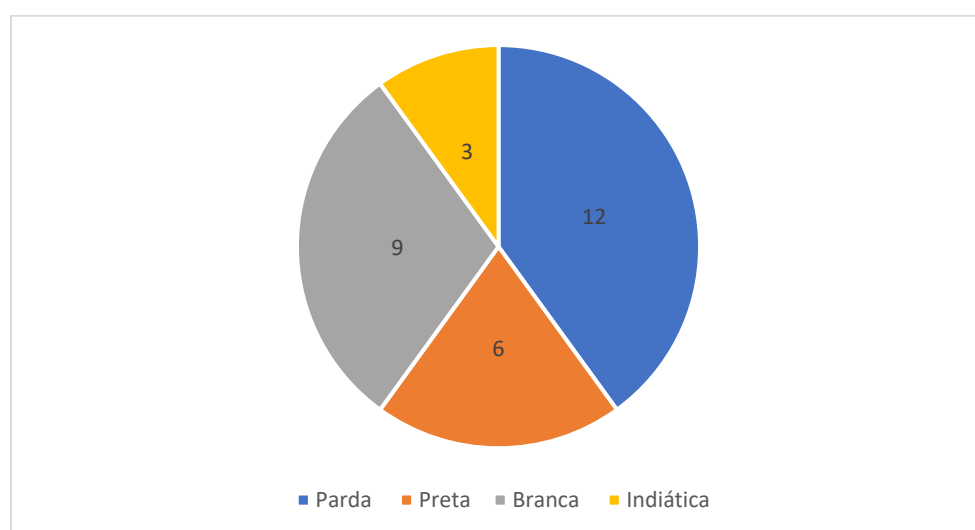
⁹⁵ FARINATTI, Luís Augusto Ebling; THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: HEINZ, Flavio M. (org.). **Experiências nacionais, temas transversais**: subsídios para uma história comparada da América Latina. São Leopoldo: Editora Oikos, 2014.

Gráfico 4 - Ocupações de presos (as) na Cadeia Municipal (Alegrete, 1901-1904)



Fonte: Demonstrativo dos Presos da Cadeia Municipal de Alegrete. Livro de Registros dos enfermos da Santa Casa de Caridade de Alegrete. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete.

Gráfico 5 - Cores de trabalhadores (as) presos (as) na Cadeia Municipal (Alegrete, 1901-1904)



Fonte: Demonstrativo dos Presos da Cadeia Municipal de Alegrete. Livro de Registros dos enfermos da Santa Casa de Caridade de Alegrete. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete.

Mesmo que com poucos casos representados, o que encontramos nos dados a partir do cruzamento é um padrão que se repete na sociedade em geral, como observamos nos dados do censo e veremos adiante com os registros do hospital. Muitas pessoas não brancas trabalhando por jornadas, de forma sazonal, naquilo que estivesse disponível. No

que tange aos dados em si, *jornaleiros* e *agencias* formam a maioria das ocupações desenvolvidas pelos sujeitos identificados.

Em relação as cores designadas, percebe-se uma maioria descrita como parda, seguida pelos brancos, pretos e indiatícos. Porém, se agruparmos as designações, o resultado é que das 30 pessoas presas aqui observadas, 21 eram não brancas e apenas 9 eram brancas – mesmo sendo metade da população –, sendo que 18 tratavam-se de sujeitos negros. Ou seja, temos aqui uma maioria de trabalhadores negros sob a mira da repressão, a partir do conjunto de fontes analisadas.

Em janeiro de 1902, Lauro Mathias de Almeida, jornaleiro, com 35 anos, solteiro, designado como preto⁹⁶, foi preso por desordem⁹⁷. Pelo mesmo motivo, o artista José Antônio da Silva, pardo⁹⁸, de 29 anos foi detido⁹⁹. Mas nem só por desordem eram presos os trabalhadores. Deixar o trabalho sem maiores explicações também era caso de polícia. Vergilencio da Cruz, de apenas 12 anos de idade, foi preso por “arribar do patrão” em 1904, permanecendo oito dias em detenção¹⁰⁰. Não localizamos documentos que comprovem, mas é possível que nesse caso se trate de algum contrato de trabalho ou tutoria, onde o patrão foi amparado pelas forças do Estado, visto que se efetivou a prisão de uma criança por mais de uma semana. Provavelmente após soltura, o pequeno Vergilencio acabou voltando ao trabalho. Este caso remete também as formas de tratamento empreendidas por senhores com seus escravizados, que acionavam a polícia ou mesmo forças particulares para encontrarem escravizados fugidos, e os trazerem de volta ao local de trabalho forçado. Algo semelhante ao caso de José João Fortes, solteiro, com 22 anos, foi preso em novembro de 1902 por ordem do presidente do Estado, por motivo de deserção¹⁰¹. É provável que José estivesse a serviço de alguma força de segurança pública ou do exército, e que por motivos por nós desconhecidos, tenha fugido pelas terras da fronteira.

⁹⁶ Livro de registros de Entradas e saídas do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete (CEPAL). Registro 3501.

⁹⁷ Demonstrativo dos presos na Cadeia de Alegrete (1901-1904). Arquivo Histórico de Alegrete Miguel Jacques Trindade, p.15.

⁹⁸ Livro de registros de Entradas e saídas do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete (CEPAL). Registro 2568.

⁹⁹ Demonstrativo dos presos na Cadeia de Alegrete (1901-1904). Arquivo Histórico de Alegrete Miguel Jacques Trindade, p.14.

¹⁰⁰ Demonstrativo dos presos na Cadeia de Alegrete (1901-1904). Arquivo Histórico de Alegrete Miguel Jacques Trindade, p. 40.

¹⁰¹ Demonstrativo dos presos na Cadeia de Alegrete (1901-1904). Arquivo Histórico de Alegrete Miguel Jacques Trindade, p. 25.

Sujeitos como os citados acima conviveram com uma sociedade imersa em um processo de racialização. Trabalhar no mundo da incerteza não parecia a coisa mais segura a se encarar, visto que a sazonalidade gerava suspeição e os tornava o foco do controle e enquadramento nas novas normas do trabalho. Porém, viver na sazonalidade também poderia significar não aceitar antigos laços de dependência e de trabalho, experienciados em tempos passados, direta ou indiretamente ligados ao cotidiano escravista. É pensar que naquele momento existia aquilo que Sandra Pesavento chamou de *uma outra República*¹⁰², aglomerando não apenas indivíduos que viviam opostos a nova ordem, mas experiências de vida diversas e significados de liberdade e cidadania que não eram um plágio direto das formas de vida das elites e dos brancos, mas sim formas próprias, baseadas em seus cotidianos e na interpretação social do mundo em que viviam.

O objetivo deste subcapítulo é o levantamento de tais dados não é ligar a criminalidade e as contravenções diretamente aos trabalhadores pobres e negros. Muito menos observar estes sujeitos apenas a partir do aparato repressivo. É, na verdade, o contrário disso. Percebemos que havia um movimento policial ativo na cidade, que, mesmo que poucos, os investimentos públicos eram prioritariamente destinados a esta pasta, e que muitos presos eram trabalhadoras e trabalhadores que, de alguma forma, estavam percorrendo o caminho inverso da ordem capitalista moralizante, que se colocava desde as últimas décadas do século XIX na sociedade brasileira como um todo. Em Alegrete não foi muito diferente, mesmo com suas peculiaridades de região fronteira e interiorana. Dentro das ações a favor da ordem e do progresso, certamente os corpos não brancos figuraram em maior número nas pequenas celas do xadrez municipal, como foi possível observar a partir de uma amostra dos dados identificados, provenientes do cruzamento das fontes e da apropriação da bibliografia pertinente ao tema.

Resumidamente, percebemos que o aparato repressivo, representado pela ação policial, estava diretamente ligado ao enquadramento dos mais pobres na versão de bons trabalhadores, conforme aquilo que as elites políticas e econômicas determinavam enquanto tal. Somado a isso, para negras e negros trabalhadores, o fato de ter que sobreviver e resistir as novas formas de hierarquias sociais, recaía a maior repressão, sobretudo quando não possuíam ocupações fixas.

¹⁰² PESAVENTO, 1992, Op. cit.

Nesse sentido, observaremos, nas próximas páginas, onde negras e negros estavam se ocupando, quais suas estratégias, bem como suas experiências de vida e trabalho, marcadas por resistências, conflitos e solidariedades em uma sociedade hierarquicamente constituída a partir da racialização e do racismo.

2. PERFIL DAS TRABALHADORAS E TRABALHADORES NEGROS NO PÓS-ABOLIÇÃO

2.1 QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS II: POR DENTRO DO HOSPITAL

Iniciava o mês de fevereiro de 1901. Uma briga envolvendo dois homens e uma mulher em uma fazenda no segundo distrito de Alegrete, resultou no ingresso dos três indivíduos no Hospital da Santa Casa de Caridade (HSCCA) daquele município. No momento da baixa hospitalar, foram anotadas as seguintes informações sobre cada um deles: nome, data de entrada, idade, nacionalidade, estado civil, profissão, cor, data de saída, moléstia (doença), dias de tratamento e algumas observações. Para esta pesquisa, tivemos acesso não só às informações dos três sujeitos envolvidos no conflito citado, mas de diversas pessoas que passaram pelo hospital entre os anos de 1890 e 1910, através do *Livro de entradas e saídas dos enfermos* daquela instituição.

O hospital de Alegrete foi criado em 1872 e iniciou suas atividades em 1876. Daiane Rossi¹⁰³, ao pesquisar sobre a interiorização da assistência à saúde no Rio Grande do Sul, afirma que a instalação de hospitais na região fronteira do Estado, como Alegrete, Jaguarão e Bagé, esteve estreitamente ligada ao fato de que estes municípios assumiram importante lugar econômico e militar no contexto do século XIX, e por isso receberam enfermarias e hospitais ainda no período imperial. Diferente de outros municípios, que fundaram tais instituições apenas no início do século XX, como Santa Maria, Livramento e São Borja, por exemplo.

Os hospitais, ao longo da história, passaram por mudanças e transformações nas suas estruturas físicas e administrativas. De local de assistência e amparo à pobreza, as instituições cederam lugar ao tratamento de doenças, ao uso de medicações e à centralidade na figura e trabalho do médico. Michel Foucault explica que os hospitais, desde o período medieval, atuavam enquanto instituições de assistência e controle dos pobres e da pobreza. O autor assinala que:

¹⁰³ ROSSI, Daiane Silveira. **Assistência à saúde e à pobreza no interior do sul do Brasil (1903-1913)**. Tese (Doutorado em História) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, p. 272, 2019.

Antes do século XVIII, o hospital era essencialmente uma instituição de assistência aos pobres. Instituição de assistência, como também de separação e exclusão. O pobre como pobre tem necessidade de assistência e, como doente, portador de doença e de possível contágio, é perigoso. Por essas razões, o hospital deve estar presente tanto para recolhê-lo, quanto para proteger os outros do perigo que ele encarna. O personagem ideal do hospital, até o século XVIII, não é o doente que é preciso curar, mas o pobre que está morrendo. É alguém que deve ser assistido material e espiritualmente, alguém a quem se deve os últimos cuidados e o último sacramento. Essa é a função essencial do hospital¹⁰⁴.

Uma das mudanças apontadas por Foucault, é a preocupação em produzir registros sobre todos indivíduos que buscassem ajuda nas instituições hospitalares. O autor, analisando o caso europeu do final do século XVIII, aponta para o fato de que passa a ocorrer uma “organização de um sistema de registro permanente e, na medida do possível, exaustivo, do que acontece”¹⁰⁵. Pois os hospitais se transformavam também em local de aprendizado, onde médicos observavam e também colocavam seus saberes em prática e, para isso, era essencial o registro de tudo e de todos envolvidos no cotidiano da instituição, sobretudo, os doentes.

Os hospitais de caridade, no Brasil, herdaram os modelos das antigas misericórdias de Lisboa. Eram locais que atendiam ao público pobre das cidades, geridos por ordens religiosas e leigos, onde a figura do médico ainda ficava em segundo plano¹⁰⁶. O estatuto da Santa Casa de Caridade de Alegrete¹⁰⁷ diz o seguinte sobre sua fundação e seu funcionamento:

CAPÍTULO I

Da Irmandade e seus fins

Art. 1 - A Irmandade da Santa Casa de Caridade de Alegrete, fundada em 1872, como confraria religiosa, sob a proteção de Santa Rosa de Viterbo, é uma sociedade beneficente e caritativa destinada a socorrer os indigentes enfermos, que careçam de assistência médica, sem distinção de nacionalidade, credos políticos ou religiosos.

Art. 2 - O seu principal objetivo é manter um hospital e criar serviços médicos especiais, que melhor possam atender os doentes, conforme facultarem as suas rendas, subvenções oficiais e os auxílios particulares.

¹⁰⁴ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 9º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019. p. 174.

¹⁰⁵ FOUCAULT, Michel, 2019, Op. Cit., p.187.

¹⁰⁶ Para maior explicação sobre essa discussão, consultar: KORNDÖRFER, Ana Paula; BRUM, Cristiano Henrique de; ROSSI, Daiane Silveira; FLECK, Eliane Cristina Deckmann; e QUEVEDO, Éverton dos Reis (Orgs.) **História da assistência à saúde e à pobreza**: olhares sobre suas instituições e seus atores. São Leopoldo: Oikos, p. 19-41, 2017.

¹⁰⁷ HOSPITAL SANTA CASA DE CARIDADE DE ALEGRETE. Estatuto. 1940. Centro de documentação e pesquisa histórica de Alegrete – CEPAL.

Art 3 - Não serão admitidos no hospital os indivíduos portadores de enfermidades crônicas, nervosas ou contagiosas.

Art. 4 - As pessoas cuja situação financeira permitir indenizar as despesas com o seu tratamento, se recolherão a quartos particulares com diária previamente fixada.

Art. 5 - Serão também recolhidos a enfermarias especiais, gozando das regalias asseguradas pelo regulamento interno do hospital, todos os que indenizarem em parte suas despesas, a critério da Mesa Administrativa¹⁰⁸.

O estatuto do HSCCA deixa claro seu objetivo: atender e assistir aos mais pobres. Além disso, o hospital poderia atender aqueles que pudessem subvencionar total ou parte dos gastos gerados por sua estadia na instituição. Estes, receberiam tratamento diferenciado dos demais, com quartos separados e provavelmente serviço médico e alimentício diferente daqueles que não pagavam nada pelo serviço prestado.

Beatriz Teixeira Weber, afirma que a Santa Casa de Porto Alegre “designava instalações especiais aos seus benfeitores, melhores que as do restante dos pacientes. Também as irmãs de caridade que atuavam na Santa Casa dedicavam atenção especial a essas pessoas e aos demais membros declaradamente católicos”¹⁰⁹. Sendo assim, o hospital fundou-se com a ideia de caridade e ajuda aos mais necessitados, mas até mesmo lá dentro, a hierarquia proporcionada pela desigualdade social operava.

Outro ponto levantado pelo estatuto é a não admissão de doentes portadores de enfermidades contagiosas ou permanentes, o que há de ter se alterado ao longo do funcionamento do hospital, pois como veremos adiante, doenças contagiosas, como *tuberculose* e *sífilis* fizeram parte do cotidiano não só do hospital de Alegrete, mas em todas as instituições de saúde do Estado.

Ao longo do estatuto são descritos critérios para se tornar sócio da instituição, os chamados “irmãos”. Os irmãos eram aqueles que após o pagamento de uma joia, deveriam pagar mensalidades para a instituição. Era com esses valores que a Santa Casa sobrevivia, visto que não era uma instituição pública, ou seja, ela não era ainda totalmente subvencionada pelo governo. Os irmãos eram quem votavam nas assembleias e faziam parte das candidaturas aos cargos administrativos do hospital. Como contrapartida, a Santa Casa oferecia aos seus contribuintes e suas famílias atendimentos diferenciados,

¹⁰⁸ Ortografia atualizada para promover uma leitura mais fluida.

¹⁰⁹ WEBER, Beatriz Teixeira. **As Artes de curar**: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense – 1889-1928. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1997. p. 189.

subvenções em serviços fúnebres e auxílio na velhice, caso o irmão se tornasse um pobre desvalido, recebendo casa, roupa e alimentação até seus últimos dias de vida.

No Relatório da Santa Casa apresentado pelo provedor a assembleia geral, em 1907, consta que o hospital já contava com mais de 290 sócios, sendo que 15 teriam¹¹⁰ sido excluídos por falta de pagamento. Além das mensalidades dos sócios, a instituição usufruía de doações diversas, como dinheiro, casas, terrenos e animais. No relatório daquele ano, existem informações acerca dos empregados da instituição, que dispunha de uma irmã administradora, três médicos, duas enfermeiras, dois ajudantes e uma cozinheira.

No que tange ao tratamento dentro da instituição, os documentos analisados não descrevem muito. Nesse sentido, Weber elucida um pouco da questão:

Ao longo do século XIX, o cuidado com os doentes é descrito como o recolhimento dos necessitados, assistindo-os material e espiritualmente, além de oferecer os últimos cuidados e sacramentos ao pobre que estava morrendo. A noção de doença era marcada pela visão hipocrática, caracterizada por um desequilíbrio entre os 'humores' do corpo. O tratamento reduzia-se a purgas, banhos, fumigações e controle alimentar. A função primordial do hospital, nesse contexto, não era a terapêutica, mas a assistência. Marcada como uma instituição de assistência ainda em 1905, quinze por cento dos enfermos recolhidos seriam velhos, portadores de moléstias crônicas, pessoas muito fracas e alguns sem residência estável. A provedoria considerava que não poderiam atirá-los à mendicância das ruas, para serem encontrados caídos na via pública poucos dias depois e novamente recolhidos¹¹¹.

Como o hospital era mais uma instituição de caráter assistencial e religioso, a figura do médico ainda não era tão reconhecidamente importante, como pontuado acima. No contexto de Porto Alegre, Beatriz Weber relata que a presença médica mais recorrente e cotidiana no hospital só foi ocorrer no final do século XIX, com a instalação da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, em 1898, quando estudantes passaram a encontrar na Santa Casa, o local ideal para colocar seus saberes em prática. Essas mudanças aconteceram lentamente, colocando em choque percepções de médicos, leigos e religiosos sobre qual era o papel fundamental da instituição hospitalar ao longo do final

¹¹⁰ SOBRINHO, Jacob Luiz Laydner. Relatório da Santa Casa de Caridade apresentado à Assembleia Geral em 01 de janeiro de 1907. Livraria e Bazar O Coqueiro, Alegrete, 1907.

¹¹¹ WEBER, Beatriz, 1997, Op. cit., p. 204.

do século XIX e início do século XX¹¹². Ao mesmo tempo, aqui no Rio Grande do Sul, no início do século XX, ocorria a instalação de diversos hospitais no interior do Estado, como apontou Daiane Rossi. A autora relata que no período curto de dez anos, foram fundados nove hospitais em pequenas cidades interioranas do Estado, trabalhando com a hipótese de que “essa ampliação das instituições de saúde e assistência foram incentivadas através de subvenções geridas pelos políticos do PRR para o interior do Rio Grande do Sul em função de relações pessoais que tinham com os líderes locais”¹¹³.

A autora observa que a criação desses hospitais pelo interior, com fomento de setores do PRR, acompanhou o crescimento demográfico das cidades onde as instituições foram instaladas. Nesse sentido, a fundação de um hospital, passava ser um instrumento utilizado para gerenciar os problemas promovidos pelos pobres e pela pobreza nas zonas urbanas das cidades republicanas. Isso, é claro, na visão das elites políticas e econômicas envolvidas nestas fundações.

Nesses hospitais, a prática de documentar por escrito informações sobre as pessoas diariamente atendidas já era de praxe. Com isso, em diversas regiões do país, vem sendo produzidas pesquisas que utilizam como fontes estas documentações deixadas pelas instituições de assistência/saúde.

Em estudo sobre a presença, atuação e cotidiano dos policiais negros em Porto Alegre, no final do século XIX, Giane Flores utilizou os registros da Santa Casa daquele município. A autora ressalta que o uso daquela documentação se deu pois “ela foi uma das únicas que manteve de forma regular a referência de cor dos indivíduos neste período pós-abolição”¹¹⁴, resolvendo, em partes, um dos problemas de pesquisa colocados por Cláudia Mauch anteriormente, que foi a dificuldade de encontrar a cor dos policiais em sua pesquisa. Flores, conseguiu explorar de forma bastante abrangente, para além da inserção daqueles homens nas corporações da capital, a vida e o cotidiano dos policiais negros, cruzando as informações da documentação hospitalar, com processos criminais e jornais da época.

Lorena Gil, em sua tese de doutorado sobre tuberculose e questões de saúde na região sul do Estado, mais especificamente em Pelotas na Primeira República, também observou o hospital e os sujeitos atendidos na instituição daquele município através dos

¹¹² Ver: WITTER, Nikelen Acosta. **Males e epidemias: sofrendores, governantes e curadores no sul do Brasil** (Rio Grande do Sul, século XIX). Tese (Doutorado em história) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.

¹¹³ ROSSI, Daiane, 2017, Op. cit., p. 81.

¹¹⁴ FLORES, Giane, 2018, Op. cit., p. 17.

registros disponíveis. A autora percebeu que os sujeitos que mais foram afetados pelo “mal do século” - forma como a doença era vista naquele momento - foram homens, brasileiros, jornaleiros, pretos e pardos e com idades entre 21 e 35 anos¹¹⁵.

Em Santa Maria, região central do Rio Grande do Sul, onde o Hospital de Caridade foi fundado em 1903, os registros foram utilizados para pesquisas sobre infância, gênero e raça. Em sua dissertação de mestrado, Gabriela Rotilli dos Santos¹¹⁶, concentrou-se em observar o perfil das mulheres pobres do município, analisando questões como sexo, cor, idade, profissão e os motivos que levavam as mulheres a procura do hospital, nas duas primeiras décadas republicanas. Fazendo uso da mesma documentação, Felipe Farret Brunhauser¹¹⁷ investigou as crianças que passaram pelo hospital santa-mariense, problematizando a infância na República e percebendo quais as diferenças de raça e gênero na questão do trabalho daqueles menores.

Estas e outras pesquisas nos ajudaram a estabelecer o método para utilizar tais registros, da mesma forma que ajudaram a pensar os problemas e perguntas que deveriam ser colocados durante o uso desta documentação, como por exemplo: Quem preenchia os documentos no momento da baixa hospitalar? Havia um padrão? Quem eram as pessoas que buscavam atendimento na Santa Casa? O racismo e as teorias raciais daquele período influenciaram de alguma maneira o registro das informações dos pacientes?

Como dito, as informações presentes no Livro de registros do Hospital de Alegrete são diversas e acompanham um longo espaço de tempo. Nele, as informações, durante o intervalo de tempo analisado, são escritas à mão. Acreditamos que sim, o Livro era preenchido por funcionários da Santa Casa, que no momento do ingresso dos doentes, faziam uma espécie de pequena entrevista com aqueles sujeitos, perguntando nome, nacionalidade, profissão, idade e outras informações pessoais.

Giane Flores também trabalhou com a ideia de preenchimento dos registros por parte dos funcionários do Hospital. Para fundamentar sua hipótese, a autora argumenta que ao longo dos registros, diversas informações estão em branco, o que não aconteceria

¹¹⁵ GIL, Lorena Almeida. **Um mal do século**: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS), 1890-1930. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 317, 2004.

¹¹⁶ SANTOS, Gabriela Rotilli dos. **Desabusadas e levadas ao diabo**: mulheres pobres no ambiente urbano de Santa Maria no início do século XX (1903-1918). Dissertação (Mestrado em História – Universidade Federal de Santa Maria, p. 185, Santa Maria, 2021.

¹¹⁷ BRUNHAUSER, Felipe Farret. **Menores populares na Primeira República (Santa Maria, 1917 – 1921)**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, p. 83, 2018.

se os próprios pacientes preenchessem essas informações. Nesse sentido, revela o seguinte:

Um exemplo se encontra no livro número 7 de matrícula geral dos enfermos, onde um paciente internado no dia 16 de dezembro de 1889, é retratado apenas como um homem mudo, e não há nenhuma informação a seu respeito, como nome, filiação, profissão, estado civil. Porém, sua cor é registrada como preta e sua idade estimada em 50 anos. Dessa forma, acredito que devido ao fato de o paciente não poder se comunicar, sua idade e cor foram atribuídas por funcionários da Santa Casa¹¹⁸.

Outro fator que deve ser levado em consideração, era o alto número de pessoas não alfabetizadas no contexto do início da República, sobretudo a população mais empobrecida economicamente, que constituíam a maioria dos atendidos no hospital. Além disso, é a mesma letra ao longo de muitas e muitas páginas, seguindo um padrão na forma de escrever e registrar aquelas informações. Assim, acreditamos que as mudanças na letra significam a troca de funcionários responsáveis por redigir os dados dos indivíduos atendidos, e a cada troca, novas percepções sobre os pacientes eram colocadas à frente da escrita daquela documentação.

O público majoritário dentro da Santa Casa era de trabalhadores pobres, isso é percebido através dos altos números de ocupações informais e sazonais, como *jornaleiros* e *agencias*, presentes nos registros. Só que naquela época o Hospital não era, e em alguns contextos atuais ainda não é, o primeiro local procurado pelas pessoas quando necessitam de ajuda em relação a saúde. E isso se dava - e se dá - por uma série de razões: falta de confiança nos médicos, desconhecimento da gravidade de certas enfermidades, desconfiança com tratamentos ou procedimentos medicamentosos, etc. Além disso, as pessoas ainda estavam mais acostumadas com tratamentos e cuidados mais próximos de suas realidades cotidianas, com benzedeiras, parteiras e curandeiras, do que com médicos no trato da saúde. Por outro lado, a visita do médico em casa, e não o contrário, simbolizava também diferença e prestígio social.

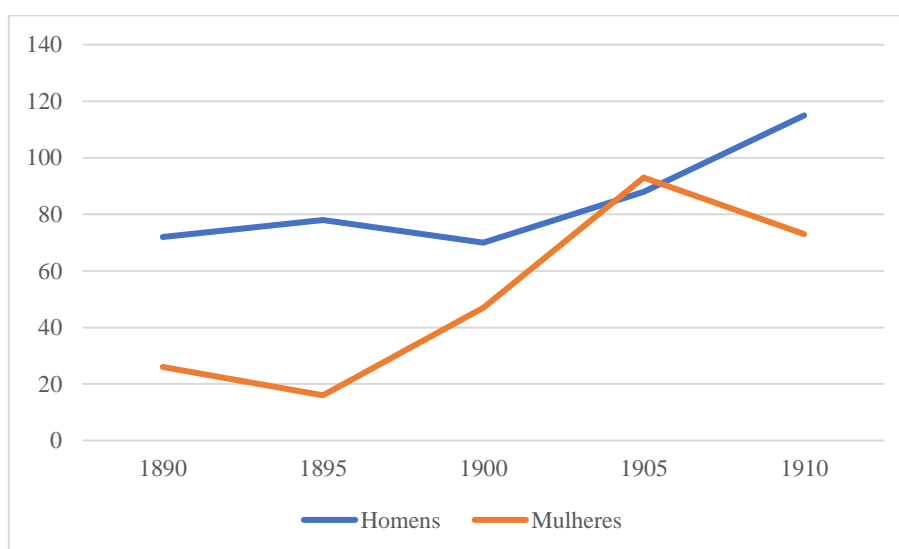
Beatriz Weber aborda essa questão a partir da Santa Casa de Porto Alegre. A autora afirma que até o final do século XIX ia-se ao hospital apenas para morrer, visto que as instituições não tinham espaços físicos e conhecimentos apurados para o tratamento de variadas doenças. Assim, quem tinha melhores condições financeiras, era tratado em casa, pelo médico da família e, quem não tinha condições, tratava-se de forma

¹¹⁸ FLORES, Giane, 2018, Op. cit., p. 50.

alternativa ou ia ao hospital. “A ida ao hospital significava adentrar a ante-sala da morte, daí a grande resistência da população em recorrer a ele”¹¹⁹. Entretanto, a autora observa que cresceram os atendimentos da Santa Casa da capital no final do século XIX e início do XX, o que os Provedores comemoravam em seus relatórios como um aumento de “confiança” no trabalho da instituição de saúde. Isso indica que se havia aumentado a “confiança”, o que reinou antes disso foi a desconfiança com os tratamentos médicos colocados em prática dentro da Santa Casa.

Abaixo, o gráfico mostra os atendimentos no HSCCA ao longo do período analisado:

Gráfico 6 - Frequência de homens e mulheres no HSCCA (Alegrete, 1890-1910)



Fonte: Livro de registros de entradas e saídas dos enfermos do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete, 1890-1910. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete – CEPAL

Mesmo que a população ainda não tivesse total confiança nos médicos e nos hospitais; que ainda procurassem pouco aquelas instituições e quando iam era beirando a morte, os casos de pessoas *curadas e melhoradas* de suas enfermidades é muito superior ao de pessoas que faleceram dentro do hospital, fato que possivelmente impulsionava a dita confiança celebrada pelos provedores de Porto Alegre, o que também deve ter acontecido no contexto de Alegrete. Como aponta o gráfico acima, os atendimentos no HSCCA cresceram timidamente no geral, mas o perfil de quem passava pelo hospital se alterou, pois a presença das mulheres, ao longo dos anos, passou a ser maior.

¹¹⁹ WEBER, Beatriz, 1997, Op.cit., p. 211.

Como mencionado, uma das principais categorias existentes nesta fonte é a descrição de cor dos sujeitos, sendo inclusive, uma das designações que menos é deixada sem preenchimento pelos responsáveis por registrar tais informações ao longo das duas décadas investigadas pela nossa pesquisa. Designações como *branca, parda, preta, india, indiatica e china* foram encontradas ao longo das páginas que compreendem tal documentação. Iremos abordar os significados, os silêncios e os não silêncios das cores na história e na documentação ao longo deste capítulo. Contudo, é necessário que se reflita desde agora o seguinte: Porque uma instituição de saúde, fundada e atuante na assistência aos mais pobres anotava e/ou designava as cores dos sujeitos atendidos, mesmo após a abolição da escravidão? Justo em um momento onde, de acordo com alguns estudos, a cor já não era elemento presente nas documentações do período? O que cor tem a ver com doença, ou melhor, o que doença tem a ver com cor no Brasil da Primeira República?

Nessa direção, Nísia Lima e Gilberto Hochman afirmam que entre “os médicos higienistas, mesmo após o advento da bacteriologia, o debate sobre a influência do clima na nosologia¹²⁰ brasileira continuou intenso”¹²¹. Os autores explicam que naquela época, de acordo com os discursos médicos, acreditava-se que “moinhos de vento” eram responsáveis pelas doenças, debilidades e fragilidades do homem. Um destes moinhos era o clima quente e úmido do Brasil, e:

O segundo moinho de vento – a raça – foi tema de muitos textos de fundamentação higienista. Torna-se necessário discernir duas questões a ele relacionadas: o papel de determinações de natureza racial, ou étnica, na transmissão e desenvolvimento de doenças, e aquela que vem recebendo mais atenção por parte dos estudiosos do pensamento social brasileiro – a importância do debate sobre inferioridade racial nos projetos para constituir a nacionalidade. O estabelecimento de padrões imunológicos distintos pelos grupos humanos, levando em conta diferenças de natureza étnica, é tema da maior relevância e atualidade, sendo objeto de estudos nas áreas da medicina e de genética de populações. Desse debate não surgiram explicações fundamentadas necessariamente em preconceitos raciais, mas, num contexto em que a ideia da inferioridade racial das populações indígena e negra encontrava-se legitimada pela ciência da época, pode-se compreender a impossibilidade de dissociá-lo de suas fortes implicações políticas e ideológicas¹²².

¹²⁰ Nosologia: área da medicina responsável pelo estudo e classificação de doenças.

¹²¹ HOCMAN, Gilberto. LIMA, Nísia Trindade. Pouca saúde e muita saúva: Sanitarismo, interpretações do país e ciências sociais. In: HOCMAN, Gilberto (Org.) **Cuidar, controlar, curar: ensaios sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. p. 319.

¹²² HOCMAN, Gilberto. LIMA, Nísia Trindade, Op. cit., p. 320.

Certamente os modelos e teorias científicas eram interpretados e enviesados, tanto na formulação quanto na aplicação. Assim, doença e raça estavam interligadas. De acordo com o pensamento cinético da época, negras e negros eram mais propícios a contraírem certas doenças¹²³.

Em sua tese de doutorado, Daniel Oliveira buscou compreender a relação entre raça e medicina no mesmo contexto temporal aqui trabalhado, observando a capital gaúcha. O autor percebeu que a segunda metade do século XIX foi marcada pelo surgimento e gradativo aumento de estudos e pesquisas na área da antropologia social, que tinham foco na medição do corpo humano e diversos métodos de classificação com base na raça, por exemplo. Para Oliveira, estas ideias e estudos foram utilizados para:

explicar e/ou justificar a escravidão sobre povos africanos e seus descendentes, assim como, a posição socioeconômica fragilizada desses e de outros povos não europeus em estados estrangeiros comandados por brancos (inclusive no continente africano), como se fosse uma consequência dos estatutos naturais de dominação. Estas teorias eram utilizadas, inclusive, para explicar o atraso das regiões de procedência desses povos (tendo como parâmetro a Europa industrializada e capitalista)¹²⁴.

Isso tudo teve impacto direto no tratamento e pesquisa médica brasileira, que basearia as pesquisas em supostas diferenciações que tomavam por base questões culturais, sociais e, principalmente, fenotípicas. Dentro disso, é válido lembrar que na virada do século XIX para o século XX, os hospitais passaram a ser, para além de locais de assistência e prática médica, lugares de aprendizado. Beatriz Weber, por exemplo, apontou que a Faculdade de Medicina de Porto Alegre passou a funcionar na capital na última década do século XIX, sendo a Santa Casa o local onde os estudantes colocavam em prática seus conhecimentos. Em Santa Maria, Gabriela Rotilli dos Santos também demonstrou algo nesse sentido. A pesquisadora encontrou uma reportagem no jornal *O Estado*, de 14 de maio de 1904, onde o diretor do Hospital de Caridade relatava a

¹²³ LAGUARDIA, Josué. O uso da variável “raça” na pesquisa em saúde. *Physis*, 2004, Jul; 14(2): 197-234.

¹²⁴ OLIVEIRA, Daniel. “Os facultativos são obrigados a declarar [...] cor, [...] moléstia”: mortalidade, atuação médica e pensamento racial em Porto Alegre, na segunda metade do século XIX. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. p. 233.

importância do hospital enquanto um local de observação e aperfeiçoamento do conhecimento científico dos médicos. A autora explica que:

Dado ao explícito caráter do HCSM de laboratório social, seria imprudente nos furtarmos de cogitar as consequências do uso dos dados para a produção e reprodução de conhecimentos e narrativas médicas, em termos de concepções da saúde da população, principalmente quando determinadas patologias também refletiam a racialização do meio social, quando associavam doenças como sífilis e tuberculose às pessoas negras e pardas¹²⁵.

Se raça e doença estavam interligadas e os hospitais eram locais também de análises, estudos e observações, torna-se compreensível o registro das “cores” de todos os sujeitos que passam pela instituição hospitalar de Alegrete ao longo do período estudado. Inclusive, passemos agora a análise mais precisa *por dentro* do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete.

Em um edifício sólido e confortavelmente adequado aos seus fins, isolado num dos pontos mais altos da cidade, gozando de excelentes condições higiênicas, de ar e de luz, que recebe diretamente por todos os lados, além da vista panorâmica, sempre alegre e verdejante, que dali aprecia-se para os lados de sul e leste, de onde serpejam por entre colinas e vargedos, o caudaloso Ibirapuitã e seu afluente Caverá¹²⁶.

O trecho acima citado é a descrição do HSCCA feita por Luiz Araújo Filho, em seu livro *O Município de Alegrete*, publicado pela primeira vez em 1908, onde o autor procurou abordar Alegrete em seus diferentes aspectos. A ideia de ser um edifício em um dos pontos mais altos da cidade e que fosse contemplado por ar e luz é coerente com o pensamento médico da época, que ligava aglomerados de edificações e pessoas, como os centros das cidades, a disseminação de doenças contagiosas, como tuberculose, por exemplo. Sendo assim, geralmente, os hospitais eram construídos quase que fora do

¹²⁵ SANTOS, Gabriele Rottili dos, 2021, Op. cit., p. 86.

¹²⁶ FILHO, Luiz Araújo, 2007, Op. cit., p. 159.

perímetro “urbano” das cidades, distante dos riscos de infecções vindos das ruas e das pessoas.

A partir da descrição de Araújo Filho, é possível saber que o prédio da instituição contava com uma Capela de Santa Rosa de Viterbo, padroeira do estabelecimento, uma sala de operações cirúrgicas, a sala de secretaria e, separados por um amplo corredor, estavam as salas destinadas aos internamentos dos doentes, uma para os homens e outra para as mulheres¹²⁷. Além disso, nos fundos era possível acessar uma outra parte do complexo predial da instituição, segundo o autor:

No contrafeito da direita, estão a cozinha, o quarto de banho e, mais adiante, o alojamento do pessoal a cargo de quem está na direção da casa. O contrafeito da esquerda constitui a seção especial onde são tratados os tuberculosos, mandada construir pela administração de 1906¹²⁸.

Ao longo do período analisado, entre os anos de 1890 e 1910, passaram pela instituição de saúde alegretense 3.085 pessoas, 2.018 homens e 1.061 mulheres, sendo que em 6 casos o sexo não foi identificado. Isso acontece pelo fato de que o sexo não é uma categoria existente na fonte e sim designada por nós. Algo que foi feito com base nos nomes e nos artigos definidos observados na escrita do restante das designações - como nacionalidade, profissão e estado civil.

Para esta pesquisa foi montado um banco de dados no *Excel*, onde foram transcritas todas as informações presentes na fonte, além de categorias como sexo, ano, média de idade e nossas informações, introduzidas por nós. Estas categorias são as mesmas ao longo do período analisado, mesmo que em alguns casos elas não sejam preenchidas pelos escrivães do HSCCA. Com elas, foi possível montar as tabelas que serão utilizadas ao longo deste capítulo e que trazem importantes informações sobre a realidade daquele período, muito além do hospital, mas da vida das pessoas, de suas ocupações, nacionalidades, idades, cores, etc.

Para isso, temos na verdade dois bancos de dados. O primeiro, com todas as informações coletadas da fonte referente aos anos pesquisados. O segundo é um pouco modificado. Uma vez que o hospital é um local de atendimento relacionado, sobretudo, à saúde, foram encontrados diversos registros referentes ao mesmo sujeito, isso porque ao longo dos anos, determinadas pessoas voltavam ao hospital procurando ajuda para outros

¹²⁷ FILHO, Luiz Araújo, 2007, Op. cit., p. 163.

¹²⁸ FILHO, Luiz Araújo, 2007, Op. cit., p. 165.

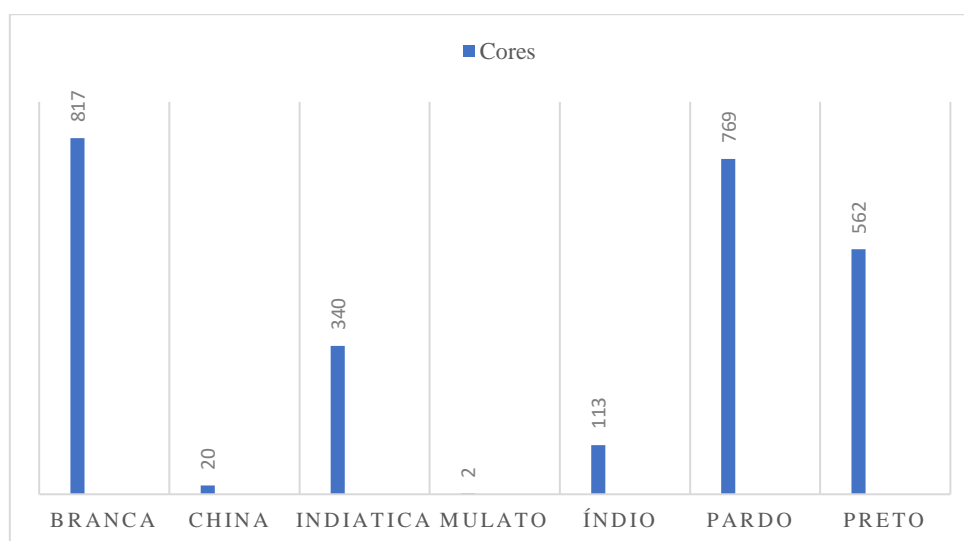
problemas. Isso acabou gerando registros duplos, triplos, ou mais da mesma pessoa, com as mesmas informações, apenas alterando o motivo da baixa hospitalar.

Como nosso objetivo é abordar, sobretudo, as cores e as profissões, não seria útil trabalhar com o número integral de registros, pois duplicaríamos a mesma pessoa, por exemplo. Dessa forma, os registros foram colocados em ordem alfabética, a partir do nome dos sujeitos, a fim de localizar as repetições, que após identificação, foram excluídas. Portanto, de um total de 3.085 entradas e saídas, 422 representavam registros repetidos e conseqüentemente foram excluídos. Nesse sentido, restaram 2.623 registros para serem analisados. Então temos o banco de dados 1, que serve para compreender o total de pessoas atendidas pelo hospital ao longo dos anos, além de auxiliar na reflexão sobre as mudanças nas categorias/designações. E o banco de dados 2, que foi utilizado para quase todas as questões levantadas pela pesquisa e as que serão abordadas no decurso do capítulo.

2.2 QUEM TRABALHA? COR, NACIONALIDADE E ESTADO CIVIL

Identificamos sete tipos de designações de cor nos registros das trabalhadoras e trabalhadores que passaram pelo HSCCA entre os anos pesquisados. As variações nas designações de cores encontradas aqui são relativamente parecidas com as encontradas por Gabriela Rotilli dos Santos em pesquisa sobre Santa Maria/RS e as encontradas por Giane Caroline Flores, em relação a Porto Alegre/RS. Abaixo podemos visualizar as diferentes atribuições de cores designadas aos trabalhadores e trabalhadoras que passaram pela instituição:

Gráfico 7 - Cores das trabalhadoras e trabalhadores presentes no HSCCA (1890-1910)



Fonte: Livro de registros de entradas e saídas dos enfermos do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete, 1890-1910. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete – CEPAL¹²⁹.

Como já comentamos, os hospitais nessa época atendiam especialmente pessoas pobres. Porém, a partir do gráfico acima podemos observar que dentro da categoria “pobre”, existiam fortes diferenças raciais. E isso se percebe através das seguintes proporções: brancos (31,1%), china (0,8%), índios e indiativos (17,3%), mulato (0,1%), pardos (29,3), e pretos (21,4%). Temos assim, contundentes indícios de que mesmo atendendo a população mais pobre, a instituição assistia uma presença muito superior de trabalhadoras e trabalhadores não brancos. Pois, ao fazer o exercício de somar as categorias de cores não branca, chegamos à conclusão de que dos 2.623 registros referentes ao período pesquisado, 1.806 são sujeitos não brancos, o que representa 68,9% do total. Ou seja, estamos falando de um universo majoritariamente negro do mundo do trabalho alegretense do pós-Abolição. Além disso, se confirma o fato de termos um privilegiado conjunto de fontes para observar os sujeitos focos desta pesquisa. Mas o que significava ser branco, preto ou pardo naquele contexto?

Após a abolição da escravidão, perante a lei não existiam mais distintivos entre sujeitos brancos e negros. Ou seja, não havendo mais escravidão, todos eram livres. O problema é que na realidade este processo foi – e ainda é – muito diferente do que o escrito nas poucas linhas que compreendem a Lei Áurea. Após 13 maio de 1888, o debate

¹²⁹ Para este gráfico, levou-se em consideração o total de 2.623 registros, pois foram excluídos aqueles que não possuíam o registro da cor e os ilegíveis.

entorno de raça foi um dos instrumentos colocados em prática para reafirmar a hierarquização na sociedade brasileira. Como pontuou Rebeca Scott¹³⁰, a questão do significado de raça se abriu muito mais do que se fechou no período pós-emancipação em sociedades que foram escravistas, como é o caso brasileiro. Sendo assim, as designações de cores diziam muito mais sobre o contexto e uma determinada conjuntura que cada sujeito estava inserido, do que propriamente o tom epidérmico de cada indivíduo.

Ao analisar alguns casos de trabalhadores brancos escravizados no Brasil do oitocentista, Marcus Rosa¹³¹ abriu um importante debate acerca da representação do ser branco no Brasil. Percebendo que nos casos de escravização de pessoas brancas – que configura minoria – a sociedade se comovia, além de observar que a cor branca sempre possuía significados positivos. Algo que é comum até os nossos dias. Lia Vainer Shucman, em sua pesquisa de doutorado na área de psicologia social, buscou compreender de que forma a branquitude foi adaptada e constituída por sujeitos brancos paulistanos. A pesquisa da autora foi embasada em entrevistas coletadas na contemporaneidade, mas nos explicam muito sobre o passado, visto que as concepções do *ser branco* e tudo que isso implica, foram construídas ao longo do tempo. A autora demonstrou que ser branco no Brasil vai além da descendência genética ou feição física, quer dizer, ser branco no Brasil está mais associado as posições que os sujeitos ocupam na sociedade. De acordo com a autora, as entrevistas geraram duas “vertentes” de pensamento em relação ao *ser branco* no Brasil pelos próprios entrevistados. Estas percepções colocam em campos opostos as culturas europeias e africanas. A primeira associada ao trabalho, progresso e civilidade e, a segunda, a flexibilidade, divertimento e música¹³².

Mas em nossas fontes, como evidenciado no Gráfico 07, a imensa maioria dos sujeitos não eram brancos. Segundo Hebe Mattos¹³³, conforme avançava o século XIX e o fim da escravidão tornava-se uma realidade, a liberdade deixou de ser única e exclusivamente branca. Sendo assim, designações como pretos e pardos poderiam indicar

¹³⁰ COOPER, Frederick; HOLT, Thomas Cleveland; SCOTT, Rebecca Jarvis. **Além da Escravidão: Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

¹³¹ ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. Escravos brancos no Brasil oitocentista: tráfico interno, distinções raciais e significados de ser branco durante a escravidão. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 64, p. 51–94, 2021.

¹³² SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”:** raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese de Doutorado em Psicologia. USP, São Paulo, 2012. p. 74.

¹³³ MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio:** o significado da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

proximidades e distanciamentos daquela condição. Assim, a autora relata que na documentação do início do século XIX, o termo pardo era utilizado geralmente entre aqueles sujeitos que nasciam livres ou aqueles que nasciam sem trazer as marcas de ascendência africana. A partir da leitura de Mattos, podemos interpretar que ao longo do século XIX, a designação da cor parda era dada aqueles que mais se aproximavam dos brancos, seja no tom epidérmico, ou na condição jurídica, a liberdade. Assim, “o termo pardo também pode ser tomado como indicativo de um lugar social e não um simples resultado da miscigenação”¹³⁴.

No que se refere ao período pós-Abolição, Rodrigo Weimer pesquisou os significados atribuídos as classificações de cor a partir de uma família descendente de trabalhadores escravizados no Rio Grande do Sul. O autor explica que o termo “negro” para os mais velhos remetia ao passado escravista, a condições de trabalho degradantes e a falta de acesso a direitos. Ou seja, não só ao passado escravista a designação “negro” aludia, mas também aos problemas colocados pela liberdade, como, por exemplo, a precarização do trabalho¹³⁵. E certamente estes significados diferem de acordo com os sujeitos e os contextos geográficos e temporais investigados.

Como vimos no capítulo anterior, a região do município de Alegrete era povoada por grande número de indígenas, que foi diminuindo no decurso do século XIX, mas que nunca deixou de existir. Assim, em relação as designações “índio” e “indiática” nas fontes, muito possivelmente abarcasse aqueles sujeitos de “cores e traços caracterizados como indígenas”¹³⁶, conforme pontuou Priscila Almaleh, que estudou gênero e raça a partir de registros hospitalares. De qualquer forma, é difícil dimensionar as diferenças entre um sujeito descrito como pardo e outro descrito como índio/indiático.

Uma questão que é interessante de se analisar e corrobora com o que as autoras e autores citados acima afirmam, em relação aos significados sociais das designações raciais, é o caso daquelas poucas pessoas descritas como “china”. Pois os vinte casos de com estas designações são de trabalhadoras. Não existindo, ao longo do período

¹³⁴ FONSECA, Marcus V. Apontamentos para uma problematização das formas de classificação racial dos negros no século XIX. **Revista de Educação Pública** (UFMT), v. 18, p. 201-221, 2009. p. 215.

¹³⁵ O autor ainda aborda a utilização do termo “negro” ao longo da segunda metade do século XX, quando este passa a ser utilizado como forma de positivação a partir das ressignificações das próprias famílias e do movimento negro como um todo. Ver mais em: WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Ser “moreno”, ser “negro”: memórias de experiências de racialização no litoral norte do Rio Grande do Sul no século XX. **Estudos Históricos**. (Rio J.) [online]. 2013, vol. 26, n. 52, pp. 409-428.

¹³⁶ ALMALEH, Priscila. Estudo de gênero no período pós-emancipação a partir dos Registros de Matrícula da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1889-1895). **HISTÓRIA UNICAP**, v. 3, p. 294, 2016. p. 305.

pesquisado, nenhum homem com tal designação. Nesse sentido, Almaleh explica o seguinte:

A denominação “china”, também pode ser dirigida a mulheres que aderem à prostituição como ofício, ou são vistas como meretrizes por seus comportamentos sexuais e afetivos independentes. Não posso afirmar se essas mulheres eram prostitutas ou não, pois a fonte não me permite, mas vale pensar em algumas possibilidades que podemos atribuir¹³⁷.

Desse modo, as diversas relações sociais existentes ao longo da história do Brasil, resultaram em classificações raciais que informavam mais sobre posições sociais do que origens raciais, e isso levou em consideração, desde o período colonial, o branco como modelo e referência¹³⁸. Conseqüentemente, essas relações geraram duas grandes questões para a pesquisa em história: uma delas é que existe uma grande variação nas designações de cor, mesmo após a abolição da escravidão. E a outra é que, em alguns casos, o mesmo sujeito, em distintos momentos da sua vida é classificado por diferentes categorias raciais na documentação histórica.

Voltando as nossas fontes, temos alguns casos que exemplificam o que foi colocado acima, de mudanças na designação de cor de um mesmo sujeito, mesmo que configurem casos isolados e não descredenciam a potencialidade da pesquisa. Pelo contrário, demonstram a complexidade da investigação a partir de um conjunto de documentos também bastante complexo.

Era início do forte verão alegreteense, quando Nazario da Cunha baixou o hospital, por conta de um *reumatismo*, no dia 29 de dezembro de 1892¹³⁹. Com 62 anos de idade, foi descrito como brasileiro, solteiro, jornaleiro e de cor preta. Após quase um mês de internação, Nazario deu alta “a pedido”. Levando em consideração aquele contexto, onde a credibilidade da instituição, da figura e do trabalho do médico ganhavam forma, trabalhadoras e trabalhadores, sobretudo aqueles que desenvolviam atividades não

¹³⁷ Idem.

¹³⁸ A partir das entrevistas colhidas por Lia Vainer Shucman (2012) é possível observar que a cor branca é referência ainda hoje, ou seja, quanto mais branco ou próximo deste, melhor. Isso simboliza poder e superioridade: “De acordo com os entrevistados, existe algo intrínseco na cultura dos brancos que faz com que eles tenham atitudes intelectuais e morais superiores (...) Evidencia-se uma hierarquia em que no topo estão os homens brancos e que vai descendo para as mulheres brancas, homens negros e mulheres negras” (2012, p.74;88). Ver mais em: SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese de Doutorado em Psicologia. USP, São Paulo, 2012.

¹³⁹ Livro de registros de entradas e saídas dos enfermos do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete, 1890-1910. Rg 1007.

especializadas, de forma sazonal, como é o caso dos jornalheiros, pediam para ter alta, para que pudessem voltar ao trabalho ou a busca deste. Este, inclusive, pode ter sido o caso de Nazario. Contudo, para a infelicidade do sujeito, em menos de duas semanas após sua alta, Nazario voltou ao hospital, onde novamente foram anotadas suas informações, que são as mesmas descritas anteriormente, porém agora seu problema de saúde era *cistite* e sua cor foi descrita como parda.

Caso parecido é o de Manoel dos Santos que baixou o hospital com *tifo* em 08 de fevereiro de 1894, com 24 anos, descrito como brasileiro, solteiro, militar e de cor branca¹⁴⁰. No dia 20 daquele mês, Manoel seguiu para Uruguaiana, possivelmente para prosseguir com o tratamento iniciado no HSCCA. Nas observações da internação do Manoel conta que este era *Cabo da 6ª Brigada*. O intrigante é que quando Manoel volta a ser internado, em março de 1897, agora com 26 anos de idade, é descrito como jornalheiro e preto¹⁴¹.

Mas Manoel deixou de ser militar em tão pouco tempo? Veremos com mais atenção no próximo capítulo, que o emprego nas forças policiais e militares se configurou como opção para trabalhadores negros no pós-abolição, e que em muitos casos era exercido de forma sazonal, muitas vezes como porta de entrada para outros serviços, o que pode ter ocorrido com Manoel. E ainda, ao longo do fichamento, identificamos o ingresso repentino de diversos militares no hospital ente os anos de 1893 e 1895, que coincidentemente correspondem ao período da Guerra Civil Federalista, onde diversos trabalhadores pobres foram recrutados para os exércitos.

O que estamos querendo dizer é o seguinte: Manoel, em meio a Federalista estava militar e necessitou de amparo médico, onde foi descrito como branco. Passado algum tempo do fim do conflito, Manoel foi dispensado do serviço militar provisório, voltou a ser jornalheiro e, necessitando novamente de atendimento no hospital, foi descrito enquanto preto. Isso nos faz supor que a condição social do indivíduo, em alguns casos influenciava naquilo que ia para o papel no momento do registro. Nesse sentido, concordamos com Priscila Almaleh, quando a autora afirma que: “os dados ali constantes eram preenchidos pelos próprios funcionários da instituição, baseados no conhecimento que tinham dos doentes que ali chegavam, da sua percepção visual”¹⁴². Assim, o respeito

¹⁴⁰ Livro de registros de entradas e saídas dos enfermos do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete, 1890-1910. Rg 1153.

¹⁴¹ Livro de registros de entradas e saídas dos enfermos do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete, 1890-1910. Rg 2879.

¹⁴² ALMALEH, Priscila, 2016, Op. cit., p. 305.

e prestígio em relação a um militar fez com que, possivelmente, Manoel fosse embranquecido. Ao passo que enquanto jornalista, um trabalhador comum, precarizado, Manoel voltasse a ser racialmente identificado enquanto um homem negro.

Enfim, como já comentado, casos como estes configuram exceção, mas nos servem para problematizar e efetuar a crítica a fonte utilizada. Veremos agora, a distribuição por sexo e cor entre as trabalhadoras e os trabalhadores que passaram pelo hospital:

Tabela 2 - Sexo e cor das trabalhadoras e trabalhadores presentes no HSCCA (1890-1910)

Cor	Sexo				Total	%
	F	%	M	%		
Branca	196	7,5	617	23,6	813	31,1%
China	20	0,8	0	0,0	20	0,8%
Indiática	129	4,9	211	8,1	340	13,0%
Índio	24	0,9	89	3,4	113	4,3%
Mulato	1	0,0	1	0,0	2	0,1%
Parda	286	10,9	482	18,4	768	29,3%
Preta	234	8,9	327	12,5	561	21,4%
Total	890	34,0	1727	66,0	2617	100,0%

Fonte: Livro de registros de entradas e saídas dos enfermos do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete, 1890-1910. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete – CEPAL¹⁴³.

Um dos principais pontos levantados pelos números da tabela acima é a discrepância entre as presenças de homens em relação as mulheres no hospital. Como vimos no gráfico 06, a presença feminina aumentou no HSCCA ao longo do período analisado, mas isso não quer dizer que os números seriam superiores aos dos homens, pois elas estão longe de configurar ao menos a metade da amostra. E se voltarmos aos dados dos censos demográficos, expostos no primeiro capítulo deste trabalho, veremos que a discrepância é ainda mais contundente. Isso porque os dados do censo de 1900, mostram que as mulheres eram pouco mais da metade da população recenseada em

¹⁴³ Para esta tabela, levou-se em consideração 2.617 registros pois foram excluídos, além dos que não possuíam registros de cores, aqueles os quais o sexo do sujeito não foi possível ser identificado.

Alegrete. Lembremos: em 1900 o município tinha 18.449 habitantes, sendo 9.120 homens e 9.329 mulheres. Ou seja, em 1900 as mulheres eram 51% da população geral do município, enquanto no hospital, representavam 34% do total dos atendimentos entre os anos pesquisados.

Estas diferenças nos números não querem dizer que as mulheres adoeciam menos ou que os homens eram mais suscetíveis a determinadas enfermidades. A explicação está mais ligada a cultura de tratamento e cuidado com a saúde, que esteve atrelada a alternativas mais próximas dos cotidianos das pessoas, sobretudo em uma região rural, como é o caso de Alegrete. Isso estava mudando, de forma lenta, gradual e heterogênea entre o final do século XIX e início do século XX. Mas, como os números mostram, as mulheres ainda configuravam a menor presença dentro do espaço hospitalar.

Vale lembrar que no período em questão, os hospitais ainda eram lugares precários, tanto no que tange ao poder e estrutura econômica, quanto ao saber médico e as formas de cura e suavização das enfermidades, que em muitos casos envolviam tratamentos dolorosos. Inclusive o hospital ainda não trabalhava com a ideia de cura total. Sobre isso, Lorena Gil explica que houveram mudanças nas próprias nomenclaturas utilizadas para a alta de cada paciente, que a partir do final do século XIX adotou-se o “melhorado”, visto que ainda não se tinha conhecimentos e instrumentos suficientes para a cura de certas enfermidades, como era o caso da tuberculose¹⁴⁴.

Então o hospital ainda era um campo estranho a se adentrar, sobretudo para as mulheres. Algumas autoras nos explicam que fatores como corpo médico masculino e branco, a falta de conhecimento sobre o corpo e a saúde das mulheres, alinhado a ideia de que mulher estava reservada ao mundo privado, ao trabalho doméstico e ao cuidado com os filhos, ajudam a pensar a baixa presença feminina em relação a masculina nos registros hospitalares¹⁴⁵. Além disso, conforme Beatriz Weber, o saber médico acompanhou outras práticas de socorro e amparo que muitas vezes eram escolhidas pelas pessoas pobres ao invés do hospital, como é o caso das parteiras, que em muitos casos auxiliavam muito além do trabalho de parto, gerando uma espécie de rede de socorro mútuo entre as pessoas, suas vizinhanças e seus conhecidos. Algo que inclusive ainda é

¹⁴⁴ GIL, Lorena. 2004, Op. cit., p. 133.

¹⁴⁵ SANTOS, Gabriela Rotilli dos. 2021, Op. cit. ALMALEH, Priscilla. Ser Mulher: **Cotidianos, Representações e Interseccionalidades da Mulher Popular (1889-1900)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2018.

comum nos dias atuais, sobretudo em locais mais interioranos, onde a relação entre as pessoas se mantém com certa proximidade.

Voltando as cores apresentadas na Tabela 02, o que percebemos é que entre as trabalhadoras, o número de brancas é alto, mas não supera o de trabalhadoras negras, que ocupa mais da metade da amostra. Assim como, no caso dos trabalhadores, que eram em maioria negros. Mais uma vez, confirma-se a ideia de que a fonte utilizada se mostra importante e eficiente para análise das experiências de vida e trabalho de negras e negros no pós-abolição. Mas não eram apenas trabalhadores nacionais, em maioria negros, que acessavam a dita instituição. A historiografia já mostrou que os ditos trabalhadores nacionais, desde os anos finais da escravidão, conviviam, no próprio local de trabalho, com trabalhadores brancos pobres, e as vezes, imigrantes e/ou estrangeiros¹⁴⁶. A partir da tabela abaixo, é possível observar as nacionalidades daqueles sujeitos que ingressaram no hospital entre os anos pesquisados:

¹⁴⁶ MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**: o significado da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. ANDREWS, George. **Negros e Brancos em São Paulo** (1888-1980). Bauru: EDUSC, 1998. CHALHOUN, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no rio de Janeiro na belle époque. Campinas: Editora UNICAMP, 2012. ROSA, Marcus Vinicius Freitas da. **Além da invisibilidade**: história social do racismo em Porto Alegre durante o Pós-Abolição (1884-1918). Porto Alegre, RS: EST Editora, 2019.

Tabela 3 - Nacionalidade das trabalhadoras e trabalhadores presentes no HSCCA (1890-1910)

Nacionalidade	Quantidade
Africana	27
Alemã	29
Argentina	19
Austríaca	15
Belga	9
Brasileira	2.199
Chilena	1
Espanhola	37
Francês	22
Inglesa	3
Italiana	74
Oriental	90
Outros Estados	98
Paraguaia	11
Portuguesa	19
Suíça	1
Total	2.654

Fonte: Livro de registros de entradas e saídas dos enfermos do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete, 1890-1910. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete – CEPAL

A partir da Tabela 03, é possível dimensionar a diversidade de nacionalidades presente nos registros sobre as trabalhadoras e trabalhadores que passaram pelo HSCCA. Embora a imensa maioria seja de brasileiros, que somados aos de outros estados configuram 86,6% do total dos registros, é necessário atentar as consideráveis presenças de outras nacionalidades. Anderson Côrrea em sua pesquisa sobre movimento operário e a presença de imigrantes e estrangeiros em Alegrete explica que:

Há uma significativa presença de imigrantes na economia das cidades, no período que compreende 1889 e 1930, tanto na Europa, quanto na América e no Brasil. Em Alegrete, este fenômeno também acontece. A presença de imigrantes em Alegrete estava acima da média geral do

Brasil e do Rio Grande do Sul, porém estava abaixo dos índices de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande¹⁴⁷.

O autor buscou analisar a presença dos sujeitos com indícios, sobretudo, de descendência alemã e italiana em Alegrete, percebendo que estes eram muito presentes no mundo de trabalho urbano do município. Mas em nossas fontes, como é possível perceber através da tabela 02, existem outras nacionalidades presentes na documentação. De acordo com os registros, além dos brasileiros, 3,4% são orientais, 1,4% espanhóis, 2,8% italianos, 1,1% alemães e 1,0% africanos. O restante divide-se em baixas ocorrências entre as outras nacionalidades encontradas, que podem ser observadas através da tabela em questão.

A localização de Alegrete é algo que deve ser levada em consideração para pensar as nacionalidades ou naturalidades dos indivíduos, já que em muitos casos, haviam sujeitos descritos como “deste estado”, que englobamos dentro dos brasileiros, além daqueles que eram de outros Estados do país, que somam 3,7% do total. Sendo assim, certamente o fato do município se localizar no interior e na fronteira entre Brasil, Argentina e Uruguai levou muitos sujeitos a se movimentarem tendo Alegrete como destino. Isso pode ter acontecido com homens de outros Estados, que para Alegrete foram por conta do serviço militar, como veremos no próximo capítulo, uma vez que a região é historicamente marcada por conflitos e guerras.

Outro ponto é que ao longo do século XIX, diversos escravizados, como forma de resistência e luta pela liberdade, manejaram a fronteira, pegando rumo aos países vizinhos em busca do *solo livre*¹⁴⁸. Além disso, Luís Augusto Farinatti comenta que no século XIX:

Do outro lado da fronteira, no norte uruguaio, muitos brasileiros estancieiros possuíam terras, gado, relações comerciais políticas e familiares, tornando aquele um espaço fronteiriço bastante integrado e pleno de intercâmbios sociais e econômicos¹⁴⁹.

¹⁴⁷ CORRÊA, Anderson, 2010, Op. cit., p. 125.

¹⁴⁸ Sobre solo livre e fronteira manejada, ver: THOMPSON FLORES, Mariana; FARINATTI, L.A. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: F. HEINZ (org.), **Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina**. São Leopoldo, Oikos, p. 145-177, 2009. CARATTI, Jonatas. **O solo da liberdade: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos de processo abolicionista uruguaio (1842-1862)**. São Leopoldo, Oikos/Editora UNISINOS, p. 454, 2013.

¹⁴⁹ FARINATTI, Luís Augusto Ebling. “Nos rodeios, nas roças e em tudo o mais: trabalhadores escravos na Campanha Rio-grandense, (1831-1870). In: II ENCONTRO NACIONAL: ESCRAVIDÃO E

Isso não foi diferente no pós-abolição, onde trabalhadores buscavam opções de vida e trabalho em diferentes regiões, incluindo fora do Brasil, no caso dos fronteiriços. Guinter Leipnitz, por exemplo, observou a partir das profissões das testemunhas de processos criminais analisados em sua tese de doutorado, onde a maioria eram jornalheiros, que “em grande medida jovens e com menor acesso ao casamento (importante indicador de relações familiares, ainda que não o único), e intimamente associados à mobilidade”¹⁵⁰, pois muitos destes seriam oriundos das Repúblicas platinas.

No caso desta pesquisa, os registros que mais chamaram atenção, são aqueles onde as pessoas são descritas como africanas. E esta designação consta na nacionalidade dos sujeitos, não no preenchimento da categoria cor, como era de costume na escrita de documentos do século XIX, enquanto a escravidão ainda estava vigente. Quase meio século após o fim do tráfico transatlântico de africanos escravizados, ainda existiam sujeitos sendo designados ou se declarando como africanos em Alegrete, no interior do Brasil. Aqui é válido retomar os dados do recenseamento de 1872, que indicava ter em Alegrete 239 indivíduos africanos, dos quais apenas 30 haviam conquistado a liberdade naquele momento.

É certo que com poucos casos, não podemos fazer generalizações ou propor maiores questões. Mas algo que fica nítido é que a escravidão esteve presente de forma contundente em todas as áreas do país e que certamente a maioria daquelas pessoas descritas como africanas, conviveram diretamente com o cotidiano do trabalho escravizado. Para acessar outras evidências sobre isso, fomos verificar as suas idades. Assim, percebemos que das 27 pessoas de nacionalidade africana, 24 delas possuíam mais de 60 anos de idade, sendo que destas, 7 tinham mais de 90 anos no momento de ingresso no hospital. Isto significa que estamos falando de pessoas que nasceram no início do século XIX. Pessoas como Gaspar Sá Brito, que procurou o hospital em janeiro de 1900. Gaspar foi descrito como um homem preto, solteiro, sem profissão declarada e com 100 anos de idade no momento do registro. O motivo de sua internação, que o deixou mais de dois meses baixado na Santa Casa, era *marasmo renal*¹⁵¹. Assim como a africana Benedita

LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 2005, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre, p. 1-18. p. 3.

¹⁵⁰ LEIPNITZ, Guinter Tlajja, 2016, Op. Cit., p. 88.

¹⁵¹ Livro de registros de entradas e saídas dos enfermos do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete. Rg 1959.

de Freitas, com 80 anos de idade em 1893, quando baixou o hospital. Benedita, de acordo com o registro, era uma mulher preta, solteira e trabalhava por jornadas¹⁵².

Os dados apresentados demonstram que, mesmo em meio a maioria de trabalhadoras e trabalhadores pobres que o hospital atendia, existia uma parcela significativa de imigrantes e/ou descendentes que conviviam diariamente com negras e negros trabalhadores no mundo do trabalho alegretense. Ainda, nos informam que a classe trabalhadora do município é formada majoritariamente por trabalhadores nacionais e, em maioria, negros.

Vimos até o momento que o perfil que mais passou pelo hospital ao longo dos anos analisados foi o trabalhador homem, brasileiro e negro. Mas mesmo assim, percebemos um considerável número de mulheres, que em sua maioria também são trabalhadoras negras. Além de perceber as naturalidades e nacionalidades destas pessoas, que apontaram para existência de estrangeiros e imigrantes no mercado de trabalho alegretense e que evidenciou a existência de trabalhadoras e trabalhadores africanos ainda vivos no final do século XIX, com idades avançadas e desenvolvendo alguma atividade ocupacional.

A seguir, veremos os estados civis daquelas pessoas, que estão descritos em apenas três categorias: casado, solteiro e viúvo. Mas, vale lembrar que as relações entre as pessoas se encaminhavam e se desenvolviam para além destas categorias, sobretudo entre os mais pobres. Consideramos para a construção da tabela abaixo o estado civil de pessoas com 14 ou mais anos de idade. Isso ocorreu por conta do fato de encontrarmos a primeira designação “casado” em um menino desta idade, sendo a partir de então, que tal designação passou a ser presente.

Tabela 4 - Estado Civil das trabalhadoras e trabalhadores presentes no HSCCA (1890-1910)

Estado Civil	Quantidade	%
Casado	390	15,4
Solteiro	1.956	77,7
Viúvo	173	6,8
Total	2.527	100

¹⁵² Livro de registros de entradas e saídas dos enfermos do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete. Rg 1014.

Fonte: Livro de registros de entradas e saídas dos enfermos do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete, 1890-1910. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete - CEPAL¹⁵³

A análise da documentação demonstrou um alto índice de solteiros em meio aos sujeitos que acessavam o HSCCA. Estes preenchem 77,7% dos registros contra os 22,2% de casados e viúvos, se contabilizados juntos. Mas o que seria considerado no momento do registro do estado civil? Novamente, o preenchimento levava em consideração o que o sujeito dizia ou suas condições físicas e sociais antecediam a sua fala?

Os números encontrados por nós são semelhantes aos que Gabriela Rotilli dos Santos encontrou para Santa Maria, em sua pesquisa sobre as mulheres pobres nas primeiras décadas do século XX. Santos percebeu que 66,69% das mulheres pobres no Hospital de Caridade de Santa Maria eram solteiras, 22,28% eram casadas e 8,66% eram viúvas, em um total de 1.813 registros. Entre os trabalhadores analisados pela autora, os índices alteram: 74,2% eram solteiros, contra 17,3% casados e 6,2% viúvos¹⁵⁴. Já Giane Flores, observou que entre os policiais que passaram pela Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, 87,51% eram solteiros, seguidos por 9,96% casados e 0,81% viúvos¹⁵⁵. Isso demonstra que, mesmo em regiões distintas, os dados referentes aos estados civis da população pobre eram semelhantes.

Isso, porque naquele período, entre o final do século XIX e início do século XX a instituição casamento, formalizado no papel e na igreja, ainda era um luxo para poucos, pois exigia um gasto econômico e burocrático muito alto. Porém, de forma alguma, isso quer dizer que não existiam relações afetivas e duradouras entre aquelas pessoas que não possuíam tais condições. Sidney Chalhoub explica que:

Os teóricos da patologia social deram uma contribuição importante ao constatarem que os padrões de comportamento amoroso praticados pela classe trabalhadora não se ajustavam àqueles propalados pela classe dominante. A constatação é essencial na medida em que sugere limites claros à possível eficácia dos mecanismos de controle e repressão sexual ativados pelos detentores do poder e do capital na conjuntura específica da transição para a ordem burguesa na cidade do Rio de Janeiro¹⁵⁶.

¹⁵³ Foram excluídos, além dos casos de menores de 14 anos, aqueles onde o estado civil estava em branco e/ou ilegível.

¹⁵⁴ SANTOS, Gabriela Rotilli dos. 2021, Op. cit., p. 101.

¹⁵⁵ FLORES, Giane Caroline. 2018, Op. cit.

¹⁵⁶ CHALHOUB, Sidney, 2012, Op. cit., 173.

O autor demonstra que a tentativa de dominação que se colocava no período ia muito além do local de trabalho daqueles sujeitos, mas tentava-se intervir nos modos de viver da população pobre, “pois, afinal, um indivíduo integrado à sociedade se define ainda por certos padrões de conduta amorosa, familiar e social”¹⁵⁷.

Ainda sobre os estados civis, Santos levanta uma questão muito importante sobre esta categoria em documentos hospitalares. A autora nos faz pensar o seguinte:

Há que se levar em conta que os registros do hospital captam o momento em que, diante da vivência de uma enfermidade, essas pessoas ocupam a instituição buscando assistência, neste momento, e apenas neste, os dados são coletados. Uniões posteriores, ou ainda as desfeitas anteriormente aos registros podem não ter sido computadas, o que prova que o quadro aqui apresentado expressa o estado civil do dia em que o registro foi elaborado¹⁵⁸.

Assim, nos deparamos com uma teia de relações e nomenclaturas que não eram compatíveis com as ideias burguesas de formatos de relações e de famílias daquele momento, como por exemplo, a prática do amasiamento¹⁵⁹. Nesse sentido, é preciso pensar que ao longo dos registros no HSCCA, trabalhadoras e trabalhadores negras e negros mantiveram variadas relações afetivas e familiares, onde muitas eram duradouras, mas que não preenchiam os requisitos mínimos que tentavam ser impostos pela sociedade regradora, pela moral cristã – que se reproduzia dentro do hospital – e pelo próprio Estado. Isso, não impediu aqueles sujeitos de formarem tais laços, viverem suas relações, construir suas redes de apoio e formarem suas próprias famílias, que em muitos casos, ia além do núcleo pais, mães e filhos.

O leitor ou leitora deve lembrar do informe que foi dado no início deste capítulo acerca de um conflito entre dois trabalhadores e uma trabalhadora no início de fevereiro de 1901, no interior de Alegrete. Pois bem, no próximo capítulo entraremos com maior atenção neste caso, para compreender, inclusive, a teia das designações de estados civis e as relações tecidas entre aqueles indivíduos. Por enquanto, vejamos qual as diferenças entre os estados civis das e dos trabalhadores de diferentes classificações raciais.

Entre as mulheres, 12,5% são casadas, 76,7% solteiras e 10,8% são viúvas. Enquanto os homens são 16,2% casados, 78,4% solteiros e 4,5% viúvos. Ao dividir

¹⁵⁷ CHALHOUB, Sidney, 2012, Op. cit., 171.

¹⁵⁸ SANTOS, Gabriela Rotilli dos. 2021, Op. cit., p. 102.

¹⁵⁹ AREND, Sílvia Maria Fávero. **Casar ou amasiar?** a família popular em fins do século XIX. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

novamente e olhar para cada categoria racial separadamente (e não apenas entre brancos e não brancos), no que tange aos casados, temos os seguintes resultados: o grupo racial que mais aparece casando são as pessoas brancas, seguidas pelas índias/indiáticas, depois pardas e, por último, independente se mulher ou homem, as pretas. Nesse sentido, a ordem inverte quando olhamos para aquelas pessoas com estado civil designado solteiro, pois pretos e pardos são quem concentram maior número, seguidos de índios/indiáticos, e por fim, os brancos. Entre as pessoas viúvas, a diferença entre os gêneros aparece com maior nitidez. As mulheres, de todos os grupos raciais, concentram níveis de viuvez acima dos homens de todos os grupos também. Por exemplo, as mulheres brancas são 12,5% viúvas, ao passo que os homens brancos são 5,4%; as mulheres pretas são 12,4% viúvas, enquanto os homens pretos são apenas 3,1%. Um estudo mais profundo sobre os níveis de mortalidade e diferença entre os gêneros naquela região poderia lançar algumas explicações para isso¹⁶⁰.

Assim sendo, mesmo observando um alto nível de solteirice nos registros do HSCCA, ao olharmos para os números entre cada grupo classificado, percebe-se uma diferença racial dentro das categorias raciais entre aquelas 2.557 pessoas com mais de 14 anos de idade com estados civis anotados. Resumindo: O grupo de homens e mulheres brancas aparecem com números superiores entre aqueles com designio de casados, enquanto os não brancos (seguindo a ordem índio/indiático, pardo e preto) concentram, entre si, os menores números daquela categoria e os maiores entre os solteiros. Ainda, vale ressaltar que o grupo que concentra o menor número de casados, é o de mulheres pretas.

Nesse sentido, percebemos um certo desnível na questão do estado civil, que mesmo com altos números de aparente solteirice, se diferencia se olhado para cada grupo racial separadamente. Mas, como dito anteriormente, não podemos ler estes números e interpretá-los como ausência de relações e laços afetivos entre as trabalhadoras e trabalhadores não brancos, como se isso fosse realidade apenas entre os brancos. O reconhecimento delas sim passava por uma leitura racial da sociedade e das instituições que julgavam o que era e o que não era casamento e família.

¹⁶⁰ Todos os cálculos transformados em texto neste parágrafo levaram em consideração os 2.557 registros de estados civis elencados na tabela 04. Além disso, para as devidas representações entre os diferentes grupos raciais, levou-se em consideração o cálculo em relação a cada grupo, e não sobre o total. Assim foi possível perceber, entre os grupos, quais eram as representações de cada estado civil.

2.3 ONDE TRABALHAR? OCUPAÇÕES DE NEGRAS E NEGROS NO PÓS-ABOLIÇÃO

Em pesquisa sobre o fim da escravidão em São Paulo, George Andrews¹⁶¹ demonstrou que havia uma preocupação por parte das elites agrárias em relação a uma suposta crise de mão-de-obra que poderia acontecer após a abolição da escravidão. Esse medo, aponta Andrews, era mais no sentido de que com a abolição, negras e negros teriam o poder de escolha e de negociação, não mais mediado pelo poder dos senhores sobre eles. E, em muitos casos, esse poder de barganha foi interpretado pelas elites políticas e econômicas como inclinação a vadiagem. Que nada mais era do que o exercício de liberdade daqueles sujeitos. O autor aponta que o que aconteceu no contexto de São Paulo, foi uma série de negociações, nem sempre conflituosas, mas marcada pelo protagonismo de trabalhadores ex-escravizados¹⁶².

Walter Fraga Filho acompanhou a trajetória de escravos e libertos nos engenhos de açúcar do Recôncavo Baiano e expõe que:

No curso dos anos que se seguiram a abolição, os libertos buscaram ampliar as atividades independentes da grande lavoura de cana, cultivar gêneros de subsistência nas roças e vender o excedente nas feiras locais, diminuir o ritmo de trabalho, negociar melhor remuneração, enfim, forjar condições de vida que os distanciassem do passado de escravidão¹⁶³.

Ou seja, testar os limites da liberdade foi uma das formas de ex-escravizados e seus descendentes manejar a nova condição de vida. Aqui no Rio Grande do Sul, Sandra Pesavento explicou que muitos trabalhadores e trabalhadoras seguiram nos locais onde foram escravizados, desenvolvendo atividades de todos os tipos. Além daqueles que seguiram para os centros urbanos para desempenhar serviços irregulares, de biscates, em trabalhos eventuais¹⁶⁴. Nesse sentido, Rodrigo Weimer também é elucidativo, quando aponta para uma série de complexas e variadas formas de decidir ou não pela permanência

¹⁶¹ ANDREWS, George. **Negros e Brancos em São Paulo** (1888-1980). Bauru: EDUSC, 1998.

¹⁶² ANDREWS, George, 1998. Op. cit., p. 89.

¹⁶³ FRAGA, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2014. p. 237.

¹⁶⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A emergência dos subalternos**: trabalho livre e ordem burguesa. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS: FAPERGS, 1989. p.80.

junto aos antigos senhores, pois “a construção da vida no pós-abolição envolveu enfrentamento, acomodação e arranjo das mais diversas naturezas”¹⁶⁵.

Ao longo de muito tempo, a historiografia tradicional negou a existência de escravidão ao sul do Brasil. Sobretudo em áreas de produção pecuária, onde, segundo as visões destas pesquisas, o trabalho nos campos era majoritariamente desenvolvido por trabalhadores livres mestiços, em geral, de brancos e indígenas, sem vínculos familiares permanentes¹⁶⁶. Essa visão passou a ser superada desde o início do século XXI na produção do conhecimento histórico e hoje já se sabe o quanto a escravidão esteve disseminada no tecido social do Estado e da região fronteira, mais conhecida como campanha, onde fica Alegrete, como aponta Luís Augusto Farinatti:

Nas últimas décadas, porém, surgiram estudos assentados sobre larga base empírica, que têm demonstrado a importância do trabalho escravo em diversas regiões de criação de gado no Brasil colonial e oitocentista. No caso do Rio Grande do Sul, as obras mais recentes começam a reconhecer que o trabalho escravo nas estâncias era importante no próprio costeio do gado (nesse caso, ao lado e peões livres) e não apenas em atividades acessórias, como os trabalhos em construções, serviços domésticos e da agricultura interna a essas unidades produtivas¹⁶⁷.

O autor buscou investigar o trabalho escravizado através dos inventários *post mortem* sobre pequenos, médios e grandes proprietários de campo e gado na região de Alegrete, ao longo do século XIX. Percebeu, assim, que trabalhadores escravizados desenvolviam diversas funções dentro das propriedades em todo o período analisado. Além do trabalho diretamente ligado trato com animais, como campeiros, roceiros, havia aqueles envolvidos na agricultura e outros que desenvolviam serviços no âmbito doméstico, enquanto cozinheiros e alfaiates. E ainda, os que desempenhavam atividades um pouco mais especializadas, que demandavam tempo de aprendizado e desenvolvimento de prática, como os pedreiros e carpinteiros.

Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, a historiografia que se refere a região por nós estudada avançou também no sentido de prestar atenção sobre estes trabalhadores no decorrer do século XIX, ao passo que o fim da escravidão tornava-se

¹⁶⁵ WEIMER, Rodrigo, 2007, Op. cit., p. 99.

¹⁶⁶ Para uma revisão, ver: XAVIER, Regina Célia Lima. A escravidão no Brasil Meridional e os desafios historiográficos. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antonio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos Cunha. **RS Negro**: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EdiPucRS, 2010. p. 15-32. FARINATTI, Luís Augusto, 2010, Op. cit.,

¹⁶⁷ FARINATTI, Luís Augusto, 2005, Op. cit., p. 02.

realidade, tanto a partir das leis abolicionistas, quanto da realidade cotidiana, de conquistas de liberdade por parte de negras e negros a todo o momento¹⁶⁸.

De qualquer forma, as pesquisas ainda não se debruçaram na investigação do trabalho desenvolvido por estes sujeitos no pós-abolição, como já foi feito para outras regiões do Estado e do país. Sendo assim, perguntamos: E depois da abolição? Houve mobilidade entre os campos e a urbe? Quais foram as ocupações das e dos trabalhadores negros em Alegrete?

Em nossa pesquisa, não é possível afirmar quantitativamente quais trabalhadoras e trabalhadores negros aqui analisados foram escravizados. Mesmo que no próximo capítulo façamos o exercício de investigar certos personagens, a fim de perceber suas vidas para além dos dados numéricos. Mas para o total de indivíduos, isso se torna impossível. É por isso que, além de analisar as ocupações de negras e negros, olharemos também para uma categoria muito importante presente na fonte e que, até o presente momento, não foi analisada: as idades: A partir da idade dos sujeitos negros que ingressaram no HSCCA poderemos dimensionar quais suas relações com o cotidiano da escravidão, mesmo não sabendo se isso se deu de forma direta ou indireta. Ainda, também é possível refletir sobre as inserções no mundo do trabalho, acerca do momento da vida daqueles indivíduos em que isso se dava.

Outro ponto que vale ressaltar é que, ao selecionar apenas as profissões descritas na fonte, tivemos o número total de 49 diferentes designações desenvolvidas pelos sujeitos brancos e não brancos. Este número mudou, quando retiramos os brancos da análise, diminuindo a variação para 35 designações. Número que diminuiu ainda mais quando deixados apenas as trabalhadoras e trabalhadores pretos e pardos, totalizando 31 tipos de designação nas profissões. Isso revela que há um movimento racializado nas ocupações dos sujeitos naquele período, mesmo que não enormemente expressivas. Mas é impossível não considerar o decréscimo de 14 designações de profissão quando deixados apenas trabalhadoras e trabalhadores negros na análise. Demonstra também, que entre os brancos, mesmo que pobres, a dinamização no mundo do trabalho ainda é significativamente mais alargada do que entre as negras e negros.

¹⁶⁸ SÔNEGO, Marcio Jesus, 2022, Op. cit., MATHEUS, Marcelo Santos, 2010, Op. cit.

2.3.1 Para além do trabalho doméstico (?): as trabalhadoras negras

No Brasil, como já mencionamos, a historiografia do trabalho passou por uma renovação nas últimas décadas do século XX, quando incorporou novas perguntas, relacionadas a outros sujeitos que não apenas o trabalhador homem, organizado e fabril da primeira República. Entretanto, mesmo com os diversos avanços das últimas décadas, ainda faltam muitos estudos acerca do papel das mulheres e suas atuações nos mundos do trabalho.

Em relação a produção de pesquisa sobre nosso local de estudos¹⁶⁹, isso é bem perceptível. Os estudos que olharam para as questões de trabalho após a abolição – e mesmo antes –, não focaram nas mulheres. Isso aconteceu, inclusive, com nossa pesquisa anterior¹⁷⁰ que mesmo tendo raça enquanto recorte e objeto de pesquisa, não analisou, ou mesmo refletiu, sobre as mulheres negras compondo a força de trabalho no pós-abolição em Alegrete.

Isso se torna extremamente problemático, sobretudo quando estamos falando de trabalhadoras e trabalhadores negros. Pois as mulheres negras sempre estiveram trabalhando, como nos ensinou Beatriz Nascimento¹⁷¹, em muitos casos lado a lado com os trabalhadores negros, desde os tempos da escravidão, como explicou Ângela Davis¹⁷². Mulheres que no Brasil, país com uma sociedade extremamente racializada, onde após a abolição novas formas de hierarquização foram incorporadas, em muitos casos foram as únicas provedoras do lar, a partir do seu trabalho, enquanto o homem negro estava na disputa de mão de obra com o trabalhador branco pobre ou imigrante.

Ao longo do século XIX, a divisão sexual do trabalho se constituiu impulsionada pelo capitalismo industrial que naquele momento avançava. Construía-se, nesse sentido, a idealização de uma feminilidade, reservando espaços privados para as mulheres e os públicos para os homens, como explica Michele Perrot:

O século XIX acentua a racionalidade harmoniosa dessa divisão sexual. Cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase predeterminados, até em seus detalhes. Paralelamente, existe um discurso dos ofícios que faz a linguagem do trabalho uma das mais sexuadas possíveis. “Ao homem, a madeira e os

¹⁶⁹ CORRÊA, Anderson, 2010, Op. cit. BAHLLIS, Marcelo, 2019, Op. cit.

¹⁷⁰ PEDROSO, Guilherme Vargas. **Trabalhadores Negros ao Sul do Brasil: Alegrete/RS (1900-1905)**. 2021. 78.p. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Maria, 2021.

¹⁷¹ NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2021.

¹⁷² DAVIS, ÂNGELA. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

metais. À mulher, a família e os tecidos”, declarava um delegado operário da exposição mundial de 1867¹⁷³.

Mas essa configuração seria possível, na realidade do cotidiano, em sociedades que experienciaram o sistema escravista ao longo de muitos séculos? Ângela Davis ao falar sobre as mulheres negras nos Estados Unidos entre a escravidão e liberdade, explica que essa clivagem entre economia doméstica e economia pública não se configurava dentro dos grupos negros. Pois desde os tempos da escravidão as trabalhadoras escravizadas trabalharam fora de casa, resistindo aos maus tratos e as péssimas condições de trabalho escravo, além de dividirem as tarefas domésticas quase que igualmente com seus companheiros negros. Além disso, Davis avança o século XX e percebe o quanto o movimento sufragista estadunidense foi excludente com as presenças e as pautas das mulheres negras, evidenciando o quanto raça, é uma importante categoria de análise.

Beatriz Nascimento, em texto publicado, originalmente, em 1976, já apontava para o que a historiografia tempos depois atentaria, que era a importância de levar em conta as questões englobando classe, raça e gênero na temática do trabalho. Em relação as mulheres negras no Brasil, a autora explica que:

A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas, e que permaneça como trabalhadora nas áreas rurais. Podemos acrescentar, no entanto, ao que expusemos acima, que essas sobrevivências ou esses resíduos do escravagismo se superpõem os mecanismos atuais de privilégios por parte do grupo dominante. Mecanismos essencialmente ideológicos e que, ao se debruçarem sobre as condições objetivas da sociedade, têm efeitos discriminatórios¹⁷⁴.

Nesta pesquisa não possuímos dados empíricos suficientes para determinar quais foram as ocupações das mulheres negras – que conviveram com a escravidão de forma mais direta – após a abolição. Mas, compreendemos que os problemas colocados após 13 de maio de 1888, na realidade de negras e negros, não configuraram apenas heranças da escravidão, pois, como vimos anteriormente, houve um processo de reestruturação de

¹⁷³ PERROT, Michele. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiro**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2020. p. 187.

¹⁷⁴ NASCIMENTO, Beatriz. 2021, Op. Cit., p. 57.

determinadas formas de hierarquizar a sociedade com base na cor dos sujeitos. Problemas que foram construídos e reconstruídos depois da abolição da escravidão com a finalidade de barrar a cidadania, a existência e a resistência de trabalhadoras e trabalhadores negros e que, inclusive, se colocam até os dias atuais. Sendo assim, as experiências das trabalhadoras negras foram muito além desta questão e ainda permanecem tímidas nas temáticas das pesquisas historiográficas.

A seguir, analisaremos as ocupações das trabalhadoras negras em Alegrete, a fim de tentar compreender onde estas mulheres estavam inseridas e o que isso informa sobre o problema do pós-abolição naquela região. Como dito, suas ocupações não estavam concentradas em maior número na abrangente classificação dos “serviços domésticos”, mas em outras categorias tão abrangentes quanto, mas que informam outras atividades laborais *para além do serviço doméstico*.

Tabela 5 - Ocupações das trabalhadoras negras (1890 – 1910)

Ocupação	Quantidade	%
–	4	0,8
Agencia	200	39,8
Agricultora	1	0,2
Artista	2	0,4
Costureira	1	0,2
Cozinheira	15	3,0
Criada	16	3,2
Engomadeira	3	0,6
Indigente	1	0,2
Jornaleira	213	42,3
Lavadeira	33	6,6
Mendigo	1	0,2
Menor	1	0,2
Nenhuma	1	0,2
Padeira	1	0,2
Parteira	2	0,4
Sem profissão	4	0,8

Trabalhadora	4	0,8
Total	503	100,0

Fonte: Livro de registros de entradas e saídas dos enfermos do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete, 1890-1910. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete - CEPAL

Se levarmos em conta que, a designação “jornaleiro” descrevia, basicamente, aquela pessoa que se ocupava por jornadas, ou seja, de trabalho não fixo, desenvolvido de forma sazonal e, em muitos casos, desempenhando diferentes atividades, que em maioria necessitavam de baixa especialização. E se, a categoria “agencia” é a designação recebida por sujeitos que vivem de suas agencias, ou seja, agenciavam o próprio tempo de trabalho e desenvolviam atividades ocupacionais de acordo com este. Veremos, através da tabela 04 que entre as mulheres negras, a maioria se ocupava de atividades como estas, pois 42,3% são *jornaleiras* e 39,8% são *agencias*. Estas duas categorias, ao mesmo tempo, abrem e fecham o sentido do trabalho. Visto que abrem possibilidades do sujeito ser designado por uma só categoria, mesmo desempenhando diferentes funções. E fecham, justamente por não dar conta das diferentes atividades desempenhadas pelos sujeitos. Assim, por trás destas categorias, possivelmente, existiam diversas formas de trabalho desempenhadas. Mas uma coisa é certa, estes serviços eram de baixa qualificação e reconhecimento, mesmo que importantíssimos para o cotidiano da sociedade e das cidades em movimento, como aquelas apontadas no capítulo anterior, por exemplo.

Somadas as duas categorias representam 82,1% do total das trabalhadoras. Isso demonstra que o trabalho desenvolvido por aquelas mulheres ia além do serviço doméstico. Pois, dentro destas designações, estavam presentes meios de vida que englobavam atividades ocupacionais, inclusive, nos campos, principal local de trabalho da região naquele período. Veremos no próximo capítulo o caso da jornaleira indiática Maximiana Francisca de Paula que desempenhava serviços no campo, junto com outros homens negros, no manejo animal. Caso parecido com o da *parteira* Fortunata do Campos Vargas, de 45 anos de idade, acusada de ocasionar a morte de uma mulher no momento do parto¹⁷⁵. Não encontramos registros de Fortunata no hospital para identificarmos sua cor, mas ao longo do processo crime, ao ser interrogada sobre sua profissão, respondia ser *jornaleira*. Demonstrando assim, a diversidade e a coexistência de atividades desempenhada pelas mulheres, que em muitos casos, extrapolavam o âmbito doméstico.

¹⁷⁵ Processo-crime, n. 3530. 1901. Alegrete. APERS.

Ser parteira, por exemplo, naquele contexto era uma ocupação desenvolvida por diversas mulheres, que em alguns casos, eram contratadas por Santas Casas, mantinham casas de parto nos centros das cidades ou apenas desempenhavam a função concomitantemente com outros meios de prover a vida, entre a vizinhança e suas conhecidas.

Além daquelas que trabalhavam por jornadas ou de suas agências, 6,6% eram lavadeiras, 3,2% criadas e 3,0% cozinheiras. Como se pode ver, estes trabalhos eram mais voltados ao lar, o que juntos somam 12,8% do total analisado. Essas mulheres além de desenvolverem trabalhos domésticos em suas casas, lavavam, cozinham e atendiam casas alheias no centro e nos campos da cidade, enfim a “dupla jornada”¹⁷⁶. Outras designações englobam baixa incidência de trabalhadoras, como artista, costureira, padeira, parteira e trabalhadora.

Em seu estudo sobre as mulheres pobres no ambiente urbano de Santa Maria/RS, Gabriela Rotilli dos Santos percebeu que grande maioria das mulheres que ingressavam no hospital daquela cidade, desempenhavam ocupação voltada aos *serviços domésticos*, compondo 68,2% dos 1.813 registros de mulheres analisados pela autora, seguidas pelas *cozinheiras, criadas e lavadeiras*¹⁷⁷.

Taina Aparecida Silva Santos pesquisou as trabalhadoras negras de Campinas/SP nos últimos anos de vigência da escravidão. Ao utilizar os dados das enfermas da Santa Casa daquele município, a autora se deparou com a ausência descritiva da cor em maioria dos registros, pois apenas 16% dos mais de mil nomes, possuíam suas cores anotadas, algo muito diferente do que encontramos nos documentos da Santa Casa de Alegrete, por exemplo. Porém, mesmo que com a ausência mencionada, a autora levantou dados importantes para pensar a composição do mercado de trabalho daquela região, pontuando que havia padrões raciais para determinadas ocupações. Taina percebeu que por lá, a maioria dos registros das mulheres negras tinham em suas ocupações os serviços voltados ao lar, como “serviços da casa”, que compunha 42% do total e aquelas com ocupações descritas como “lavadeira” e “trabalhadora”, compondo 13%. Santos concluiu que:

De forma geral, os indícios apresentados revelam tendências raciais na distribuição de mulheres entre as ocupações. A análise preliminar do registro de matrícula dos enfermos da Santa Casa revela a existência de um número considerável de mulheres brancas atuantes no trabalho ligado às tarefas domésticas. O que nos faz refletir sobre quais seriam os elementos que permitiram

¹⁷⁶ NASCIMENTO, Beatriz, 2021, Op. cit., 234.

¹⁷⁷ SANTOS, Gabriela Rotilli dos, 2021, Op. cit., p. 109.

a naturalização desse tipo de trabalho como uma profissão atrelada, apenas, às experiências de mulheres negras. A presença de mulheres brancas nesse ramo também nos faz pensar sobre o que teria levado à sobrerrepresentação das mulheres de cor nessas profissões. Haja vista que ao longo dos últimos anos do século XIX as mulheres brancas passaram a ter certo tipo de preferência para atividades relacionadas aos cuidados mais íntimos e ligados ao corpo. A análise da documentação também não deixa dúvidas sobre a presença notável de mulheres negras no ofício de lavadeira. Elemento importante para compreender a estigmatização do ofício no século XIX e também o avanço de um processo de racialização que passaria a organizar a sociedade a partir da falência dos sistemas de distinção social baseados no escravismo¹⁷⁸.

Voltando ao cenário por nós observado, é interessante notar, que o alto índice de mulheres trabalhando como *jornaleiras* e *agencias*, além daquelas que foram descritas como desenvolvendo serviços mais ligados ao amplo leque do trabalho doméstico, seja em sua casa ou em casas de terceiros, a mobilidade destas mulheres era uma realidade. As mulheres negras ocupavam a cidade, as ruas e os campos desenvolvendo seus trabalhos e se conectando socialmente com outras mulheres e homens. Isso levava muitas delas a se envolverem em acidentes, ou até mesmo conflitos na hora do trabalho, que os levavam até o hospital ou a outros locais de cura e melhora. Demonstrando que o ideal de feminilidade daquele período não se configurava efetivamente entre as trabalhadoras pobres e negras, que em muitos casos eram as únicas provedoras de seus meios familiares. Vejamos exemplos.

Era 12 de outubro de 1889, pelas 11 horas da manhã, quando Maria Marcolina, de 15 anos de idade e cor parda chegou à casa de Geraldina Custódia Alves, maior de 20 anos e solteira, ambas trabalhadoras dos *serviços domésticos*. Geraldina era inquilina residente nos fundos da *sotéia* da Dona Aphonsia Saint Pastour, localizada na Praça Pedro II, região central do município de Alegrete. Junto a ela, outras trabalhadoras dividiam o lar. Naquele turno, além das duas mencionadas, ainda estavam presentes na casa Maria Eulalia dos Santos, lavadeira de 18 anos; José Antônio Alvares, argentino, marceneiro e com 54 anos; além do irmão de Geraldina que conversava e tomava mate na cozinha da casa com Sophia Nunes Brum, de 54 anos, casada e parteira, que era mãe de uma das trabalhadoras que dividia casa com Geraldina, estando como visita de sua filha naquela

¹⁷⁸ SANTOS, Taina Aparecida Silva. **Nem sempre escravas:** trabalhadoras negras em Campinas e região (1876-1882). Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021. p. 58.

ocasião. Ao que tudo indica, a residência que aqui é retratada era como um *cortiço*, modelo de residência muito comum no contexto de finais do século XIX e início do XX, ficando nos centros das cidades e abrigando pessoas pobres, negras, livres e libertas. De acordo com Marcelo Matheus, em 1886 a Câmara dos Vereadores de Alegrete demonstrava sua preocupação com tais residências:

escreveram ao presidente da província relatando que havia na “cidade alguns prédios divididos de lances que os proprietários **alugam a mais de um indivíduo**, sendo de preferência os **indivíduos libertos com condição de serviços, mulheres de reputação duvidosa**”¹⁷⁹, assim, “esta Câmara consulta Vossa Excelência [para saber] se tais proprietários estão sujeitos ao imposto provincial que incidia sobre cortiços”¹⁸⁰.

A dúvida dos vereadores, como explica Matheus, era sobre se aquelas pessoas residentes em tais habitações deveriam pagar o imposto que recaía sobre os cortiços. Alegavam, nesse sentido, que ali residiam pessoas de má qualidade física e moral, visto que chamam atenção para os libertos e trabalhadoras. Ao que tudo indica a *sotéia* da Dona Aphonsina era uma habitação locada a diversas trabalhadoras e trabalhadores que, como foi possível perceber através dos relatos no processo, dividiam o mesmo espaço residencial. Voltando ao processo que envolvia as pessoas que coabitavam em tal residência, ao final da visita, quando Marcolina ia se despedir, ocorreu o seguinte:

Depois, dando por finda a sua visita despediu-se e quando, então, Geraldina, sua amiga, confiante, lhe estendeu a mão a apertar, a denunciada, de surpresa, traindo a confiança em si posta, cravou-lhe uma faca, que trazia oculta e fora previamente preparada, no seletor espaço intercostal esquerdo, produzindo o ferimento penetrante descrito no auto do corpo de delito¹⁸¹.

Primeiro, fica evidente a teatralização que o escrivão fazia do ocorrido, algo comum em muitos processos, julgando que a ré havia “traído” a confiança de sua amiga, e premeditado o crime previamente. Além disso, nas primeiras linhas do processo, quando se descreve a quem a Promotoria Pública denunciaria, consta antes do nome de Marcolina, o termo “parda”. Demonstrando o caráter classificatório racial em prática no período. Ainda que aqui estejamos falando dos últimos tempos do Império, isso aconteceu, e

¹⁷⁹ Grifos nossos.

¹⁸⁰ MATHEUS, Marcelo Santos, 2012, Op. cit., p. 270.

¹⁸¹ Processo-crime, n. 3479. 1889. APERS.

muito, ao longo de todo período republicano, como demonstrado anteriormente.

De acordo com os depoimentos das testemunhas no processo, no momento que Geraldina foi golpeada pela faca de Marcolina, a vítima gritou pedindo socorro, enquanto a acusada fugia pela porta dos fundos, quebrando e descartando a arma do crime no terreno que ficava ao lado da *sotéia*. Naquele momento, passava em frente à casa o Promotor e um agente da segurança pública, os quais foram chamados por Sophia, que indicou ali ter acontecido um crime.

Logo no primeiro depoimento testemunhal, o do advogado e promotor Dr. José Gonçalves Marques, de 40 anos, já surge uma informação de extrema relevância para compreensão do fato: a de que havia na relação de ambas trabalhadoras com um *praça* o motivo inicial de tal crime. Conhecido como “Cavaco”, sabe-se que o *praça* era amasiado com Maria Marcolina. O nome dele passa a ser presente nos próximos depoimentos. Uns mencionavam ter ouvido falar da relação dele com a rixa das trabalhadoras, outros afirmavam nada saberem ou ter ouvido falar.

No depoimento de Emygdio da Silva, o Cavaco, é que as coisas se tornaram mais nítidas. Com 24 anos de idade, natural de Natal/RN, o *praça* do 18º Batalhão de Infantaria afirmou que vivia com Marcolina fazia uns dois anos, mas que no dia anterior do ocorrido, por conta de desavenças com a ré, pediu que esta fosse embora para a casa de sua mãe. Sendo que na mesma noite, Cavaco afirmou ter ido “pernoitar” com Geraldina. O depoimento do *praça* confirma alguns relatos colocados nos depoimentos anteriores ao dele. O argentino José, por exemplo, disse que presenciou a chegada de Marcolina e que a mesma indagou a Geraldina “como ela ia de amores com o cavaquinho”. Ainda, Cavaco informou que a tempos Geraldina provocava Marcolina, indo certa vez até a casa do casal, proferir palavras e uma “bofetada” naquela. Aqui é possível perceber a importância das relações empreendidas por tais sujeitos e que na documentação figurou como solteirice.

Da justiça ao hospital, encontramos o registro de Geraldina Alves na instituição naquele mesmo dia. Assim, foi possível descobrir que esta também era uma trabalhadora não branca, descrita no hospital como *índia*¹⁸². No ano seguinte, observamos uma segunda entrada de Geraldina na instituição de saúde, agora por motivo de *sífilis*¹⁸³, descrita como *parda*. Aqui, observa-se aquilo que foi colocado no segundo capítulo,

¹⁸² Livro de registros de Entradas e saídas do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete (CEPAL). Registro 665.

¹⁸³ Livro de registros de Entradas e saídas do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete (CEPAL). Registro 751.

acerca da mudança de cor de um mesmo sujeito ao ingressar no hospital. Além disso, no registro de sua ocupação, estava descrito, em ambas internações, que ela era *agencia*, mostrando que o termo indicava aquelas ocupações sazonais – no processo vimos que era trabalhadora dos *serviços domésticos* –, empreendidas por sujeitos sem especialização, algo muito próximo daquelas pessoas designadas como *jornaleiras*, questão defendida neste capítulo.

Maria Marcolina foi condenada em fevereiro de 1890 a seis meses e quinze dias de reclusão na cadeia civil de Alegrete. Dois anos depois, ela ingressou no HSCCA, descrita como preta – mais uma variação de cor, de parda para preta – e *jornaleira*.

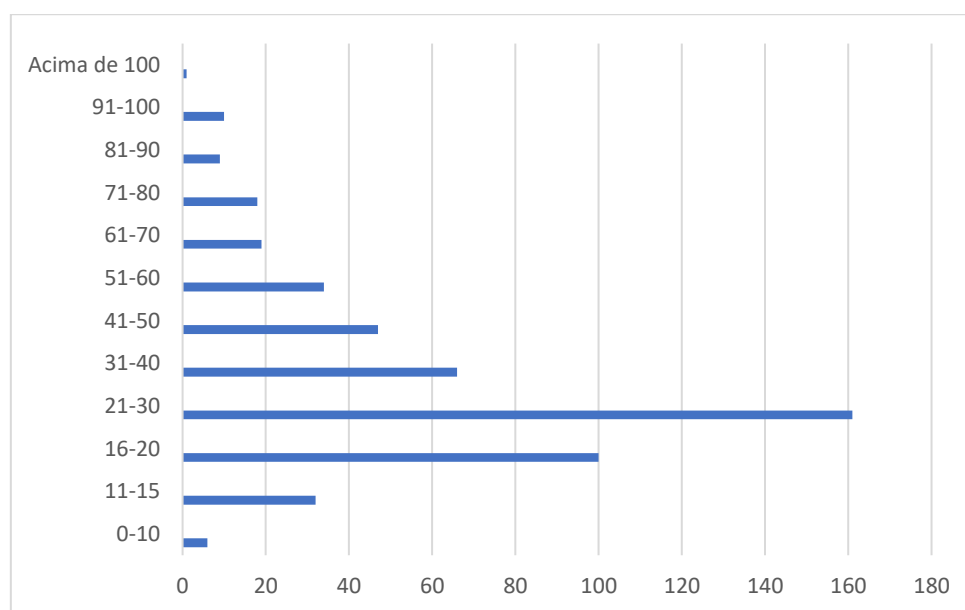
A breve história de um conflito entre duas trabalhadoras no centro do município demonstra a forma pela qual a cidade era ocupada por tais mulheres. O caso da rixa entre as trabalhadoras ainda evidencia a relevância das relações amorosas para trabalhadoras pobres e negras, que mesmo sendo vistas e anotadas como solteirice, estavam imersas em relações duradouras, mesmo que em alguns casos rodeada de problemas, como foi o caso de Marcolina com o seu (e de Geraldina) Cavaquinho.

As trabalhadoras negras empreendiam diversas formas de subverterem a ordem que tentava as colocar na base da pirâmide social no cotidiano do trabalho e das vivências para além deste. Seja para manter seus ganhos com suas ocupações, para manter seus filhos por perto, ou para manter ativos seus relacionamentos¹⁸⁴.

A inserção da população negra no mundo do trabalho, desde os tempos da escravidão, acontecia muito cedo na vida daquelas pessoas. Muitas mulheres negras, trabalhavam em casas de famílias brancas desde a infância, desenvolvendo todos tipos de serviços. Muitas destas que aqui estão sendo analisadas conviveram direta ou indiretamente com a escravidão, e no pós-abolição estavam desenvolvendo formas de resistência e outros meios de vida. Assim, veremos a seguir as idades das trabalhadoras negras.

¹⁸⁴ DAMASCENO, Karine Teixeira. Labuta, sociabilidade, solidariedade e conflito: mulheres pobres, trabalhadoras e negras em Feira de Santana, 1890-1920. **Revista Mundos do Trabalho**, n. 16, v. 8, Florianópolis, 2016.

Gráfico 8 - Idades das trabalhadoras negras (Alegrete, 1890-1910)



Fonte: Livro de registros de entradas e saídas dos enfermos do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete, 1890-1910. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete - CEPAL¹⁸⁵.

Entre as pouco mais de 500 mulheres pretas e pardas analisadas no gráfico acima, é possível perceber que grande parte delas possuíam idades entre os 16 e 40 anos. Mas, sobretudo, entre os 21 e 30 anos, que somaram 30,9% do total, seguidos por 19,2% (entre 16 e 20 anos) e 12,7% (31 e 40 anos). Além disso, temos que considerar que 10,9% tinham mais de 60 anos de idade, configurando um número considerável de mulheres negras trabalhadoras, mesmo em idade avançada, pois a maioria destas, declarou profissão no momento do registro. É de se considerar também, o fato de que 6,1% eram meninas, jovens que em maioria já estavam no mundo do trabalho, desenvolvendo atividades desde cedo em diversos ramos ocupacionais.

Othylia Soares era uma destas jovens negras que já desenvolvia atividades ocupacional desde cedo. Em agosto de 1907 ingressou no HSCCA com 11 anos de idade, descrita como solteira, preta e ocupada como *agricultora*¹⁸⁶. Enquanto Maria Margarida Moreira foi a mulher negra com maior idade que passou pelo HSCCA ao longo dos anos analisados, em 1903 tinha 105 anos de idade, viúva, parda e designada como *agencia*¹⁸⁷.

¹⁸⁵ Não estão computadas no gráfico as seguintes informações: 15 registros “não identificados” e 3 “sem registro”.

¹⁸⁶ Livro de registros de Entradas e saídas do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete (CEPAL). Registro 3042.

¹⁸⁷ Livro de registros de Entradas e saídas do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete (CEPAL). Registro 3773.

A maioria das mulheres, de acordo com a média de idades do gráfico 08, nasceu a partir da década de 1870, momento em que a escravidão já perdia forças, mas ainda persistia, mantendo diversas pessoas em cativeiro. Nesse período as elites alegretenses acompanhavam o resto da província na tentativa de manter a mão de obra escravizada, concedendo liberdades em massa, através de alforrias, que em maioria, eram condicionais. Assim, muitas destas trabalhadoras nasceram no período em que a escravidão ainda era uma realidade. Estamos falando de uma geração de trabalhadoras que foram escravizadas ou filhas e netas de mulheres e homens escravizados.

Além disso, existe um significativo número de mulheres com idades acima dos 60 anos (10,9%). Muitas delas, inclusive, foram designadas como africanas. É o caso da africana Mara Isabel Souza¹⁸⁸, *jornaleira*, que ingressou no hospital em agosto de 1892, com 80 anos de idade por conta de uma *lesão orgânica*, causa que ocasionou a sua morte um mês depois.

Como vimos no primeiro capítulo, a precariedade da liberdade no pós-abolição afetava estas mulheres, sobretudo aquelas mais velhas, que não tinham mais condições físicas adequadas para seguir trabalhando. Maria Rosa, ainda trabalhava por jornadas nos seus 80 anos de idade, quando em 11 de agosto de 1900 teve que buscar o hospital para ser socorrida dos males que a embriaguez o havia causado. Maria foi liberada dois dias depois por estar curada. Anos antes, em março de 1897, passou pelo hospital Maria Luiza¹⁸⁹, com 82 anos de idade, designada como africana, preta e solteira. O campo a ser descrito o motivo da internação de Maria, foi preenchido com “morimbunda”. Provavelmente estava passando por uma série de problemas de saúde, muito possivelmente proporcionados pela vida precária que levava, sendo o hospital, que naquele momento atuava também no sentido de amparo a pobreza em forma de asilo para os mais necessitados, foi o último lugar que Maria procurou ou foi direcionada, pois faleceu após um dia de internação.

As trabalhadoras negras desenvolveram diversas atividades ocupacionais no pós-abolição, onde ao mesmo tempo resistiam a lógica moralista e violenta que tentava se impor e as jogar para a base da pirâmide social. Mas e os trabalhadores homens? Havia

¹⁸⁸ Livro de registros de entradas e saídas dos enfermos do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete, 1890-1910. Rg 2029.

¹⁸⁹ Livro de registros de entradas e saídas dos enfermos do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete, 1890-1910. Rg 1498.

outras possibilidades de vida e trabalho? Se ocupavam de diferentes atividades das mulheres?

2.3.2 Vivendo de jornadas: os trabalhadores negros

No decurso das novas abordagens da história social do trabalho, Robério Souza Santos¹⁹⁰ ofereceu excelente contribuição com sua pesquisa de mestrado sobre os trabalhadores ferroviários na Bahia do pós-abolição. O autor constatou a forte presença negra compondo aquela força de trabalho, demonstrando o encontro entre experiência negra e classe ferroviária. Santos também nos mostra que, mesmo em um local onde a imigração europeia não fora uma realidade tão contundente quanto no sul e sudeste do país, a nova ordem do trabalho tentava se colocar. Regramento dos trabalhadores, inserção de negros nas ocupações com baixos níveis de especialização e com os piores salários fizeram parte da realidade dos trabalhadores negros baianos no pós-abolição. Santos explica que:

Com apenas duas décadas de emancipação e, portanto, fim do trabalho escravo, num contexto em que não se registravam, no Brasil, leis que regulassem as relações entre patrões e empregados no espaço de produção, a reivindicação por direitos passava, também, pela luta contra a exploração sobre a força de trabalho.

Um setor do operariado baiano, de nacionalidade brasileira, que em suas experiências grevistas, não fez ecoar, explicitamente, nenhuma corrente do anarco-sindicalismo conforme a historiografia tradicional tanto exaltou como requisito para a organização operária no período republicano. Nem por isso, aqueles trabalhadores deixaram de lutar por melhores condições de trabalho, de combater a subalternidade ou mesmo de afirmar uma ideia de liberdade, de dignidade e direitos distintos dos patrões (SANTOS, 2007, p. 131).

Assim, Santos também contribui para pensar e produzir uma história do trabalho que leve em conta outros trabalhadores, que não apenas o perfil branco, organizado, fabril e masculino, sujeitos referenciais e quase que únicos dos estudos anteriores sobre movimento operário após a abolição da escravidão. Pesquisas que tinham escravidão, trabalho escravizado e mundo rural enquanto oposição à industrialização, o operariado e

¹⁹⁰ SOUZA, Robério S. **Experiências de trabalhadores nos caminhos de ferro da Bahia: trabalho, solidariedade e conflitos (1892-1909)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2007.

a urbanização. As novas pesquisas perceberam uma outra realidade, mais diversa e bem mais complexa. Pois, como Flávio Gomes e Antônio Luigi Negro explicam, haviam outros trabalhadores a serem investigados e abordados em suas especificidades, mesmo que estes não afirmassem fazer parte de uma classe operária¹⁹¹.

Ainda, é válido reiterar que aqui estamos abordando trabalhadoras e trabalhadores em um ambiente muito diferente do das grandes cidades e regiões do Brasil depois da abolição. Estamos falando em um ambiente muito mais rural do que urbano, que concentrou mais postos de trabalho nas lidas rurais e que agregou mais trabalhadores nacionais, brancos e não brancos, do que imigrantes.

Vejamos as ocupações desenvolvidas pelos trabalhadores negros em Alegrete dentro do período analisado. De pronto, destacamos uma diferença entre as ocupações desenvolvidas pelas mulheres, analisadas anteriormente. Mesmo que exista uma paridade no que tange ao trabalho por jornadas e agências, pois os números evidenciam uma forte proximidade entre os homens e as mulheres, existem outras ocupações desempenhadas pelos homens que não aparecem entre as mulheres. Isso também ocorre, quando pensamos no campo de possibilidades presente dentro daquelas categorias que mais aparecem e o que aquilo pode representar (*jornaleiros e agências*).

¹⁹¹ NEGRO, Antônio Luigi; GOMES, Flavio. Além das senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 217-240, 2006.

Tabela 6 - Ocupações dos trabalhadores negros (Alegrete, 1890 – 1910)

Ocupação	Quantidade	%
–	1	0,1
Agencia	205	26,6
Agricultor	7	0,9
Alfaiate	2	0,3
Artista	50	6,5
Barbeiro	2	0,3
Brigada Militar	1	0,1
Carpinteiro	7	0,9
Comércio	2	0,3
Cozinheiro	2	0,3
Criado	3	0,4
Criador	1	0,1
Fogueteiro	1	0,1
Guarda Municipal	3	0,4
Ilegível	1	0,1
Indigente	5	0,6
Jornaleiro	334	43,3
Lavadeiro	1	0,1
Militar	19	2,5
Músico	1	0,1
Não disse	1	0,1
Nenhuma	1	0,1
Ordem	13	1,7
Ourives	1	0,1
Padeiro	1	0,1
Pedreiro	1	0,1
Pintor	2	0,3
Plantador	2	0,3
Praça	91	11,8

Sapateiro	3	0,4
Sem profissão	3	0,4
Soldado	3	0,4
Telegrafista	1	0,1
Trabalhador	1	0,1
Total Geral	772	100

Fonte: Livro de registros de entradas e saídas dos enfermos do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete, 1890-1910. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete – CEPAL.

De acordo com a Tabela 09, percebemos que 43,3% e 26,6% dos trabalhadores negros são jornaleiros e *agencias*, consecutivamente. Juntas, representam 69,9% do total analisado. Ou seja, entre os homens, a maioria está ocupado em serviços sazonais, de baixa qualificação, algo que, como vimos, também acontece entre as mulheres, com 82,1% destas desenvolvendo tais atividades. A diferença está, provavelmente naquilo que estas categorias englobam. No caso das mulheres, elas definiam além dos trabalhos nos campos e na lida, os serviços domésticos. É provável que, entre os homens, as atividades desempenhadas pelos descritos como *jornaleiros* estivessem mais relacionadas ao trabalho rural, com agricultura e animais, além do trabalho em obras em âmbitos públicos e privados, como em residências ou em obras da própria Intendência Municipal, como vimos no primeiro capítulo.

No caso de Santa Maria, Gabriela Rotilli dos Santos percebeu que as ocupações mais desenvolvidas pelos trabalhadores negros também eram de *jornaleiro* – mesmo que em número inferior ao de Alegrete – seguidos por *trabalhador*, *agricultor* e *operário*¹⁹². Diferente dos registros de Alegrete, que apontam para baixas incidências destas últimas ocupações. Mas como dito, os agricultores, trabalhadores e operários negros poderiam estar sendo descritos como *jornaleiros* ou *agencias* nas fontes aqui observadas.

No município vizinho, Uruguaiana, Leipnitz observou as profissões dos depoentes em processos criminais entre 1884 e 1920. Novamente, a ocupação mais presente é a de *jornaleiro* que ocupa 25% das fontes analisadas pelo autor, seguidas pelas voltadas ao comércio, policiais e militares e criadores. Outra vez, o perfil altera deste que estamos traçando em Alegrete, pois a expressividade de *jornaleiros* e *agencias* é muito superior. Aqui nos parece um certo padrão dos municípios fronteiriços, onde as atividades

¹⁹² SANTOS, Gabriela Rotilli dos, 2021, Op. cit., p. 106.

ocupacionais que mais aparecem são as de *jornaleiro*, de trabalhadores militares e da polícia, que como vimos no gráfico 09 também eram contundentes em Alegrete. Porém, não são encontrados trabalhadores do comércio com representatividade nas fontes analisadas. Sobre o alto número de jornaleiros, Leipnitz relata que:

É certo que, embora nem todos os jornaleiros desempenhassem atividades agrárias e não-agrárias simultaneamente, é bem possível que ao longo da sua trajetória de vida experimentassem transitar de um tipo para o outro. E isto especialmente em conjunturas econômicas específicas, que abriam a oportunidade de empregar-se em uma atividade nova, como na década de 1880 com a construção da estrada de ferro que ligaria Uruguaiana a Porto Alegre¹⁹³.

Em Alegrete, este padrão também era uma realidade, como vimos no capítulo anterior. Muitos destes indivíduos poderiam estar trabalhando na ferrovia, que nesse período era finalizada e inaugurada em Alegrete. Pois, como demonstrou Santos¹⁹⁴, as empresas responsáveis pelas linhas de ferro na Bahia contratavam trabalhadores por jornadas, que em maioria eram negros, para desenvolverem trabalhos pesados, sazonais e mal remunerados. No entanto, nos registros de entradas do HSCCA não foram encontrados indícios de trabalho na Estrada de Ferro no período analisado. Porém, ao observar alguns registros de anos posteriores, percebemos que existiam alguns casos como o de Alexandre Santos, que deu entrada no hospital em 11 de janeiro de 1919, com 24 anos de idade, solteiro, pardo e *jornaleiro*; porém, nas observações do ingresso de Alexandre, constava “estrada de ferro”¹⁹⁵.

Para além das abrangentes categorias, identificamos que 11,8% dos trabalhadores eram praças, 6,5% artistas e 2,5% militares. Sobre os trabalhadores negros inseridos nas corporações militares, guardas municipais e brigada ocuparemos uma seção específica no próximo capítulo. Isto porque, como já foi mencionado, o trabalho enquanto militar ou na força policial foi uma opção para homens negros no pós-abolição, como bem pontuou Giane Flores ao perceber que a proporção de sujeitos negros dentro da polícia da capital gaúcha era superior a presença destes na própria sociedade:

Este elevado número de negros na polícia de Porto Alegre sugere que o engajamento em instituições de controle social, como a polícia,

¹⁹³ LEIPNITIZ, Guinter Tlajja, 2016, Op. cit., p. 121.

¹⁹⁴ SANTOS, Robério Souza, 2007, Op. cit.

¹⁹⁵ Livro de registros de entradas e saídas dos enfermos do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete, 1890-1910. Rg 6023.

poderia ser uma das alternativas encontradas por estes indivíduos para se inserir no mundo do trabalho, uma vez que, com a crescente urbanização e aumento da população de Porto Alegre, a competitividade por empregos e salários se intensificava, e, considerando a hierarquia racial e social vigente no período, brancos tinham vantagem nesta competição¹⁹⁶.

No que tange a categoria “artista”, esta designava aqueles profissionais que tinham algum nível de especialização ou eram proprietários de algum estabelecimento, como por exemplo, no comércio. Aqui, resgatamos os números de *artistas* brancos a fim de uma comparação. Percebemos que existiam nos registros 89 artistas brancos contra os 50 artistas negros. Ou seja, mesmo pobres, as ocupações mais especializadas estavam, em maioria, entre os brancos. Vide o decréscimo nas próprias designações de trabalho apontadas anteriormente. Como é possível perceber através da tabela 09 existiam outras designações com baixas incidências, como: agricultor, carpinteiro, fogueteiro, padeiro, pedreiro, pintor, sapateiro etc. Todas estas designações estão voltadas para o trabalho manual e especializado e, assim, somam baixíssimos números entre os trabalhadores negros. Além disso, elas remetem a outras questões que não ao trabalho doméstico, como foi percebido entre as mulheres, mesmo que entre os homens existisse aqueles que trabalhavam como criado, por exemplo.

Outra categoria ocupacional que aparece com baixas incidências entre os trabalhadores é a de “comércio”. Esta designação poderia caber tanto para um comerciante, dono do estabelecimento, quanto para um empregado do comércio. Anderson Corrêa observando imigrantes e estrangeiros no mundo do trabalho urbano em Alegrete na primeira República, percebeu que:

Os italianos eram maioria com sapatarias, ferrarias, hotéis; desempenhavam ofícios como pedreiros, mestre obras e funileiros. Eram exclusivos nas alfaiatarias, na fábrica de massas, como armador fúnebre e fotógrafo. Os alemães eram maioria com depósito de madeiras e ourivesaria, exclusivos com relojoaria. Os espanhóis eram exclusivos com tipografia, livraria e empresa telefônica. De 20 atividades classificadas como oficinas, em 09 atividades a exclusividade fora de imigrantes; em 08, apareciam tanto imigrantes quanto nacionais, sendo que, destes 08. Em 05 casos, os imigrantes eram maioria e, em 03, os nacionais apareciam em vantagem. Os imigrantes destacavam-se entre os artesãos de Alegrete¹⁹⁷.

¹⁹⁶ FLORES, Giane Caroline, 2018, Op. cit., p. 59.

¹⁹⁷ CORRÊA, Anderson Romário. 2010, Op. cit., p. 115.

As afirmativas de Corrêa são ricas para perceber a presença de parte dos trabalhadores brancos no mundo do trabalho, sobretudo urbano. Mesmo que não concordemos com a “exclusividade” de imigrantes e estrangeiros em alguns setores, como menciona o autor. Primeiro porque sua análise partiu de um conjunto de documentos que não possibilitam compreender de forma mais abrangente a diversidade étnica e ocupacional no município, visto que trabalhou com fontes produzidas pelas organizações de trabalhadores e documentos elaborados pela Intendência Municipal. Segundo, pois, ao longo da nossa investigação, verificamos que, mesmo com baixos números, existiam trabalhadores negros como ourives, carpinteiros, telegrafistas e artistas. Joaquim Verissimo da Cruz, por exemplo, era um homem pardo que entrou no HSCCA em 1909, com 33 anos de idade, casado e *telegrafista*¹⁹⁸. Anos antes, Dominiano do Carmo, em maio de 1893, ingressou no hospital, era preto, tinha 41 anos de idade, solteiro e de profissão *ourives*¹⁹⁹.

É possível perceber, também, um certo nível de especialização da mão de obra imigrante e estrangeira analisada por Corrêa. Além disso, o autor aponta para uma presença daqueles trabalhadores brancos em maioria no comércio da cidade. Nesse sentido, Sidney Chalhoub explica, a partir do contexto do Rio de Janeiro, que a maioria dos comerciantes eram imigrantes portugueses, o que tornava difícil a inserção dos trabalhadores negros neste ramo: “Em suma, os brasileiros pobres de cor se viam praticamente privados da possibilidade de conseguir uma colocação como assalariados numa das áreas mais dinâmicas da economia da cidade – o comércio”²⁰⁰.

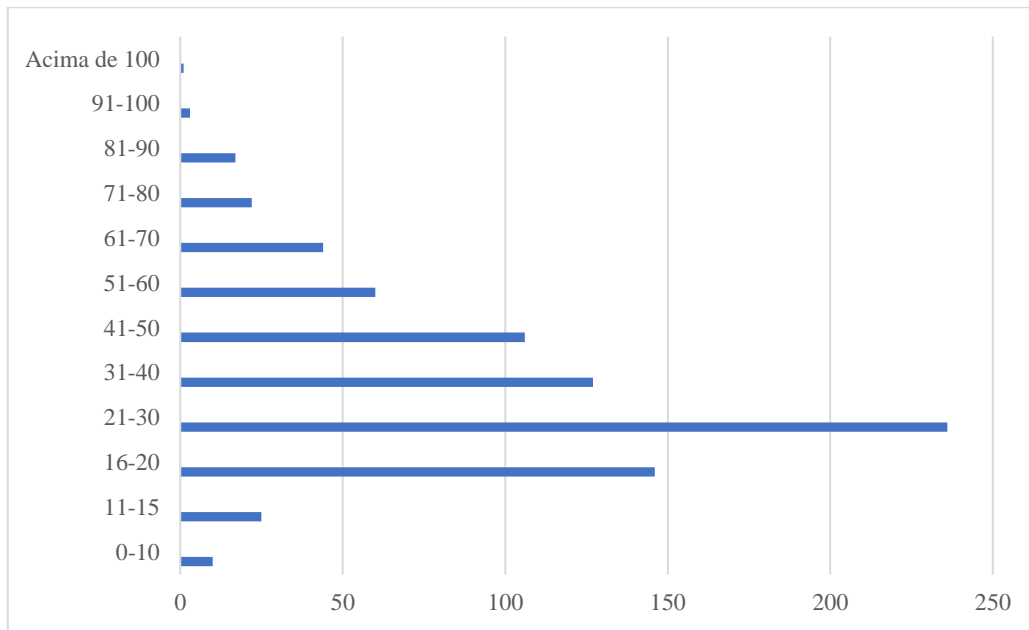
A seguir, veremos as idades dos trabalhadores negros, a fim de, como observamos entre as mulheres, perceber suas relações com o passado e o cotidiano escravista, visto que estamos falando de um período onde a escravidão havia deixado de existir a muito pouco tempo.

¹⁹⁸ Livro de registros de entradas e saídas dos enfermos do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete, 1890-1910. Rg 3478.

¹⁹⁹ Livro de registros de entradas e saídas dos enfermos do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete, 1890-1910. Rg 1079.

²⁰⁰ CHALHOUB, Sidney. 2020, Op. Cit., p.114.

Gráfico 9 - Idades dos trabalhadores negros (1890-1910)



Fonte: Livro de registros de entradas e saídas dos enfermos do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete, 1890-1910. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete - CEPAL²⁰¹.

Entre os trabalhadores negros, percebemos números que são, relativamente, próximos aos encontrados em relação às mulheres, através do gráfico 08. Entretanto, os homens tem idades concentradas entre os 16 e os 50 anos (75,9%). Isso os difere das mulheres, que se concentram em maior número nas idades mais jovens, sendo que entre os homens, existe um alargamento das faixas etárias um pouco mais acentuado. Assim, temos entre os 16 e 20 anos 18%, entre os 21 e 30, 29,1%, entre 31 e 40, 15,7%, e entre os 41 e 50 anos, 13,1%. O número de trabalhadores acima dos 60 anos de idade também é muito próximo do encontrado entre as mulheres, 10,6%.

A maioria dos trabalhadores também nasceram, sobretudo, a partir da década de 1870, conviveram com a escravidão, mesmo que esta estivesse em seus últimos feitos e que muitos possam ter nascido de ventre livre. Assim, como entre as mulheres, haviam homens com idades avançadas designados como africanos, como é o caso de Antônio Nogueira de Carvalho²⁰², de 88 anos de idade, que ingressou no hospital em fevereiro de 1892, descrito como africano, solteiro, preto e ocupado profissionalmente da alfaiataria, demonstrando que trabalhadores negros também desenvolviam serviços especializados.

²⁰¹ Não estão computadas no gráfico as seguintes informações: 01 registro de um indivíduo com menos de um ano de idade, 10 registros “não identificado” e 2 casos “sem registro”.

²⁰² Livro de registros de entradas e saídas dos enfermos do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete, 1890-1910Rg. 922.

Ou Gaspar Sá Brito²⁰³, que em janeiro de 1900 baixou o hospital por conta de *marasmo renal*, com aproximadamente 100 anos de idade, não declarando profissão, provavelmente pelo seu estado de idade avançada. Gaspar faleceu no hospital em setembro daquele mesmo ano. Não encontramos documentos que atestem que sujeitos como Gaspar e Antônio de fato foram escravizados ou descendem diretamente de pessoas escravizadas, visto que a liberdade conviveu com a escravidão ao longo do século XIX. Mas podemos supor tudo aquilo que sujeitos como eles presenciaram ao longo da vida, sendo africanos no sul do Brasil escravista.

A experiência de escravidão direta ou indiretamente vivenciada por estes trabalhadores certamente guiou ações empreendidas por estes no pós-abolição. Mas, se os problemas encarados por estes sujeitos após o 13 de maio não são apenas heranças da escravidão, pois o racismo, por exemplo, é também uma reação a liberdade. As ações empreendidas pelos trabalhadores são respostas aos problemas da própria vida em liberdade, são outros olhares, outras formas, outras vivências que carregaram a experiência passada, mas projetaram e colocaram em prática formas de viver e resistir a partir do contexto do presente e daquilo que isto significava.

Sobre os menores de 16 anos de idade, a incidência entre os homens é bem inferior do que entre as mulheres (6,1%), somando um total de 3,1%. Isso se deve, possivelmente, ao fato de que as mulheres negras estavam ingressando no mundo do trabalho mais cedo do que os homens negros, visto que estas eram força de trabalho preferencial para o serviço doméstico desenvolvido em casas de famílias brancas e ricas. Sendo assim, tornava-se mais “fácil” o acesso a um emprego, mesmo que precário e mal remunerado, entre as mulheres negras.

Isso foi percebido também por Felipe Brunhauser Farret em suas análises sobre os menores populares em Santa Maria/RS. Os dados encontrados para os anos de 1917 e 1921 informam que as ocupações dos meninos de até 15 anos estavam mais entre aquelas que requeriam menos especialização, como os jornaleiros, e após esta idade, ocupações como *choffeur*, *caixeiro*, *aprendiz* vão se tornando mais presentes²⁰⁴.

Preferia-se trabalhadores jovens pelos baixos custos e pela menor chance de maiores reivindicações. Além disso, sobre Porto Alegre, Lisiane Cruz explica que:

²⁰³ Livro de registros de entradas e saídas dos enfermos do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete, 1890-1910Rg. 1959.

²⁰⁴ BRUNHAUSER, Felipe Farret, 2018, Op. cit., p. 60.

Na maioria dos anúncios em que consta a idade, está à preferência por meninas e meninos de 10 até 15 anos, sendo a idade de 12 anos como predominante para ambos os gêneros. Para o sexo feminino, as funções oferecidas estavam ligadas ao serviço doméstico, como constou na maioria dos anúncios, funções essas como, cuidar de crianças e serviços dentro das casas de família²⁰⁵.

Esta inserção precoce no mundo do trabalho é mais uma face da liberdade precária, pois filhos e filhas de trabalhadoras e trabalhadores negros desenvolviam muitas vezes, ocupações parecidas com a de suas mães e pais, de forma sazonal, com baixas ou até mesmo inexistentes remunerações, além de se envolverem nos perigos das ruas e/ou do interior de casas estranhas, sobretudo no caso das meninas. Perigos que muitas vezes os levavam ao hospital, infectados por doenças contagiosas, como a tuberculose, ou em acidentes físicos que faziam parte do cotidiano do trabalho.

No dia 20 de novembro de 1889, por exemplo, deu baixa no hospital o menor Estevão Antônio de Lima²⁰⁶, descrito como brasileiro, com 11 anos de idade, sem profissão declarada e de cor preta. No campo do motivo pelo qual levou Estevão a instituição, fazendo com que lá permanecesse vinte e sete dias, nada foi anotado, apenas constando que da instituição ele saiu curado, não apontando de que. A resposta para a internação de Estevão foi encontrada posteriormente, na leitura de um processo criminal.

Na manhã daquele dia, Estevão estava no comércio do português Domingos Antônio Valente, negociante de 40 anos de idade, viúvo, natural de Portugal e residente em Alegrete fazia uns vinte anos. Pelas onze horas daquele turno, chegou na casa comercial um sujeito chamado Eduardo de Miranda, de 17 anos de idade que buscava balas para um pequeno revólver que carregava consigo. Por ali estavam outros sujeitos e saíam duas mulheres negras, provavelmente após efetuarem compras para si ou para terceiros. Até então, um dia normal no cotidiano comercial. O português, ao ser questionado se lá havia balas para aquele modelo de revólver, tomou o objeto das mãos de Eduardo e manuseou, no sentido de armar e desarmar, quando um estouro tomou conta do ambiente. O projétil disparado da arma das mãos de Valente atravessou o balcão, percorreu a pequena distância que separava o dono do estabelecimento de seus clientes e acertou o olho direito do menor Estevão²⁰⁷. O estrondo do disparo foi ouvido alguns

²⁰⁵ CRUZ, Lisiane Ribas. “Precisa-se de uma menina de 12 anos de idade para cuidar de criança”: O trabalho Infantil na Primeira República (Porto Alegre/RS). *Aedus*, Porto Alegre, v. 7, n. 17, dez. 2015, p. 316.

²⁰⁶ Livro de registros de Entradas e saídas do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete (CEPAL). Registro 669.

²⁰⁷ Processo-crime, n. 359. 1889. APERS.

metros dali por Affonso de Abreu, de 39 anos, que saiu imediatamente a rua e encontrou um “moleque que corria gritando”. Affonso perguntou ao Estevão o que tinha acontecido e ao ser informado que o pequeno menino havia levado um tiro, o socorreu na casa de Galdino Noronha e logo depois o levaram ao hospital.

O processo finaliza com a inocência do português. Mas o que nos importa, principalmente, é a presença de Estevão em um ambiente comercial, o mesmo que servia de palco para desavenças entre trabalhadores adultos. Para algumas testemunhas, o menor teria ido comprar alimentos, para outras, vender doces. O certo é que muitos companheiros de cor e idade de Estevão estavam pela cidade, acessaram o hospital e tiveram que trabalhar desde cedo. Muitos convivendo com a violência das ruas, a perseguição policial e o perigo que certos trabalhos impunham. No caso dos registros da Cadeia de Alegrete, muitos meninos eram presos seguidamente por furto e desordem. No hospital, apareciam com doenças ou ferimentos causados por acidentes provavelmente ocasionados pelas horas trabalhadas.

É o caso, por exemplo, de Firmo Fernandes²⁰⁸, que deu baixa “agonizante” no hospital no dia 20 de janeiro de 1905, com apenas 9 anos de idade, descrito como oriental, solteiro, de ocupação *agencia* e de cor indiatca, falecendo no mesmo dia por conta de um esmagamento nas pernas. Ou Vicente Marcelino, que em maio do ano anterior (1904) precisou de tratamento para “gripe cardíaca”, no momento da baixa foi descrito como pardo, com 16 anos, também de ocupação *agencia*. O hospital ainda registrou que Vicente “entrou moribundo pouco antes de falecer”²⁰⁹. Não é inverossímil pensar que os problemas de saúde que ocasionaram a morte dos dois menores trabalhadores possam ter ocorrido ou sido adquirido em momento de trabalho, visto que ambos eram *agencias*, ou seja, empregavam-se naquilo que estava disponível, fazendo de tudo, experienciando diversos níveis de precariedade e periculosidade advindas das tarefas laborais.

Jovens, não tão jovens, idosos. Trabalhadores negros experienciaram uma diversidade ocupacional no pós-abolição alegretense, chamando atenção para a quantidade de ocupações que não requeriam especialização da mão de obra. Mesmo que tenha existido – e as fontes aqui subrepresentam – os casos de trabalhadores negros especialistas em determinadas atividades. O certo é que, mesmo em situações de

²⁰⁸ Livro de registros de Entradas e saídas do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete (CEPAL). Registro 2610.

²⁰⁹ Livro de registros de Entradas e saídas do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete (CEPAL). Registro 2510.

precariedade, suas experiências vividas em um passado que a escravidão foi vista ou vivenciada de perto, moldaram suas ações naquele contexto, manejando formas de resistência e acomodação estratégica.

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: APONTAMENTOS SOBRE RACIALIZAÇÃO E MUNDOS DO TRABALHO EM ALEGRETE

O objetivo central deste capítulo consistiu em traçar um perfil das trabalhadoras e trabalhadores negros através dos registros hospitalares, algo que conversa diretamente com o objetivo geral da própria pesquisa. Mesmo que majoritariamente através de números e dados seriais, foi possível conhecer tal perfil, observando sobretudo as ocupações e as idades daqueles indivíduos. Porém, a fim de compreender um pouco mais a fundo a desigualdade social e racial enfrentada pelos sujeitos não brancos, a comparação se torna necessária. Portanto, nesta parte do trabalho, oferecemos alguns dados comparativos neste sentido.

O processo de racialização empreendido no período analisado tinha como uma das funções classificar e hierarquizar a sociedade, ou seja, demarcar o lugar social que cada indivíduo deveria ocupar. No mercado de trabalho, isso se configurou na diferença entre as ocupações de brancos e não brancos. Como vimos acima, as trabalhadoras e trabalhadores negros de Alegrete, estavam concentrados principalmente naquelas ocupações sazonais, não especializadas e, sobretudo entre os homens, eram desempenhadas, muitas vezes, em curto tempo, como o caso daqueles que eram empregados nas estancias em época de marcação de gado²¹⁰ ou colheita de determinado gênero. No caso das mulheres isso também acontecia, por mais que nos serviços domésticos elas encontrassem oportunidades muitas vezes duradouras (temporalmente).

Ainda que o processo de racialização tenha determinado e classificado os lugares de cada um na sociedade, as relações dentro da classe trabalhadora não eram estanques. Estudos mostram que desde os tempos da escravidão, a mão-de-obra em diversos estabelecimentos era combinada entre livre, liberta e escravizada²¹¹ – o que no caso de Alegrete foi verificado no trabalho desenvolvido nas estâncias por escravizados, libertos

²¹⁰ FARINATTI, Luís Augusto, 2010, Op.cit.

²¹¹ MAC CORD, Marcelo; SOUZA, Robério Souza. Trabalhadores livres e escravos. In: GOMES, Flávio; SCHARCZ, Lilia M. (org.) **Dicionário da escravidão e Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

e peões livres²¹² – assim, no pós-abolição, aquelas cenas se alargaram e o convívio de trabalhadores de diferentes origens se tornou ainda mais presente nos locais de trabalho, gerando conflitos, é claro, mas também relações de reciprocidade entre os indivíduos pobres²¹³.

No contexto de Alegrete, Corrêa analisou a organização de trabalhadores imigrantes atuando na Sociedade Operária de Mútua Proteção, inaugurada em 1897 no município. Acerca da mesma organização, Sônego levou em consideração o “componente cor” e percebeu que haviam trabalhadores negros atuando desde a fundação do clube. Demonstrando o compartilhamento de ideias e lutas entre trabalhadores de diferentes status sociais, econômicos e raciais em uma mesma organização. Nesse sentido, ao observar as ocupações de trabalhadoras e trabalhadores negros no pós-abolição em Alegrete, entre os anos de 1890 e 1910, também percebemos que diversos sujeitos compartilhavam os espaços de sociabilidade (como bares e suas próprias residências) e de trabalho.

Nesse sentido, vale ressaltar que, ao selecionar apenas as profissões descritas na fonte, tivemos o número total de 48 diferentes designações desenvolvidas pelos sujeitos brancos e não brancos. Este número mudou, quando retiramos os brancos da análise, diminuindo a variação para 35 designações. Número que diminuiu ainda mais quando deixados apenas as trabalhadoras e trabalhadores pretos e pardos, totalizando 31 tipos de designação nas profissões. O quadro abaixo mostra aquelas ocupações que foram designadas apenas a pessoas brancas:

²¹² FARINATTI, Luís Augusto, 2007, Op. cit.

²¹³ ROSA, Marcus Vinicius de Freitas, 2019, Op. cit.

Tabela 7 – Ocupações classificadas apenas entre trabalhadoras e trabalhadores brancos
(1890-1910)²¹⁴

Profissão	Nº	Profissão	Nº
Atriz	1	Negociante	2
Caixeiro	1	Oficial do Estado	3
Canteiro	2	Operário	1
Chapeleiro	1	Professor	4
Doceira	1	Serviços Domésticos	1
Empregado	1	Tipógrafo	1
Ferreiro	3	Total	22

Fonte: Livro de registros de entradas e saídas dos enfermos do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete, 1890-1910. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete – CEPAL.

Como estamos tratando da parcela pobre da população do município (que consiste na maioria), é compreensível que estejam presentes ocupações menos dinâmicas, mesmo que seja intrigante ter apenas uma doceira e uma trabalhadora dos serviços domésticos de cor branca. Porém, é válido atentar para o fato de que além destas duas classificações, as outras 11 são atividades que necessitavam de algum grau de instrução e/ou de especialidade da mão de obra, como trabalhar no *comércio*, ou como *ferreiro*, *chapeleiro*, *professor* ou *atriz*.

Acerca das outras ocupações: sobre os *jornaleiros*, enquanto grupo, os homens brancos, são 38,3%, os pardos 37,7% e os pretos 52,8,4%. No caso dos *praças*, homens pretos eram 12,5%, os pardos 11,5% e os brancos 6,3%. Já entre os *artistas*, mão de obra especializada, onde no geral a designação apareceu em número superior entre os brancos em relação aos não brancos, no que tange as porcentagens, os brancos são 14,0%, enquanto pardos são 8,0% e pretos 4,3%.

No caso das mulheres, temos as seguintes diferenças entre os grupos raciais, as brancas são 38,3% jornaleiras entre elas, enquanto pardas são 41,6% e pretas 45,5%. Embora a ocupação *artista* quase não apareça entre as mulheres, quando aparece, as brancas são 2,2%, enquanto entre as negras a porcentagem não chega a um por cento. Em relação a ocupação de *lavadeira*, brancas eram 4,9%, pardas 4,5% e pretas 9,5%. Já nas

²¹⁴ Expressões reproduzidas da mesma forma que consta na fonte, por isso não flexionadas de acordo com o gênero.

ocupadas como *criadas*, os números são mais próximos, sendo que entre as brancas eram 2,7%, pardas 3,3% e pretas 3,2%. Por fim, as *cozinheiras*, brancas 1,6%, pretas 2,7% e pardas 3,3%.

Os dados apresentados revelam que há um movimento racializado nas ocupações dos sujeitos naquele período, mesmo que não enormemente expressivas. Mas é impossível não considerar o decréscimo de 13 designações de profissão quando deixados apenas trabalhadoras e trabalhadores negros na análise. Demonstra também, que entre os brancos, mesmo que pobres, a dinamização no mundo do trabalho ainda era significativamente mais alargada do que entre as negras e negros.

Como já mencionado, o Hospital serviu como uma lente para o passado, quando buscamos observar a composição ocupacional da sociedade alegretense. A partir dos dados coletados e dos trechos de vida analisados aqui e posteriormente, foi possível perceber o funcionamento do mercado de trabalho de forma mais abrangente, mesmo que guardadas as peculiaridades de cada região do país no imediato pós-abolição. Pelo HSCCA, assim como pelo município, a presença de negras e negros jornalheiros era muito expressiva, ao passo que dentro das salas de aula, a maioria das professoras eram brancas. Os postos de comando da polícia e do exército eram ocupados por homens brancos, enquanto quem patrulhava a cidade e os seus arrabaldes eram em maioria trabalhadores negros.

Veremos no próximo capítulo outros cenários e outras experiências de trabalho no pós-abolição a partir do contexto alegretense. Formas de viver a vida, de se relacionar e de trabalhar, serão abordadas no sentido de compreender mais a fundo o cotidiano daquelas e daqueles que eram empurrados para as margens da nova República, mas que, a partir de estratégias conjuntas e particulares, deram jeito de sobreviver e experimentar outros formatos de vida e trabalho.

3. EXPERIÊNCIAS DE VIDA E TRABALHO: MASCULINIDADES, CONFLITOS E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

3.1 QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS III: PARA ALÉM DA MOLÉSTIA

Era dia de festa do trabalho. 1º de maio de 1899. Os trabalhadores Joaquim Moreira da Rocha e Galdino Batista Oliveira, saíam das comemorações da Sociedade Operária de Mútua Proteção²¹⁵ por volta das onze horas da noite e se encaminhavam para casa, na Rua Vinte de Setembro. Com certo nível de álcool no sangue, vibravam a festa no caminho para casa, quando foram abordados pela patrulha noturna comandada pelo Alferes Conceição Coronel. Na abordagem, o Alferes os perguntou de onde vinham, o qual foi informado por Galdino que estavam nos festejos operários. Conceição, após anunciar que ambos trabalhadores estavam perturbando o sossego público com suas algazarras e cantorias na volta para casa, deu voz de prisão aos dois. Galdino aceitou a ordem e entregou-se para o soldado Diogo Fernandes, que acompanhava a patrulha. Enquanto isso, Joaquim resistiu à prisão e fazendo uso de um pequeno facão que carregava consigo, atacou e feriu o Alferes com cortes nos braços. Conceição, revidou com sua espada e também feriu Joaquim, conseguindo desarmá-lo e prendê-lo logo em seguida.

A história é contada em duas versões ao longo das páginas que compõe o processo criminal. A versão do Alferes Conceição é de que ao patrulhar naquela noite pela Rua Vinte de Setembro, encontrou Joaquim altamente embriagado em fortes discussões com sua amásia, Julia Barbosa de Oliveira, e outros dois sujeitos que ali se juntaram, era o irmão de Julia, Galdino Batista de Oliveira, e João Narciso. Ao informar que aqueles sujeitos estavam perturbando a ordem e sossego público, deu ordem de prisão aos quatro indivíduos. Sendo que Julia e João fugiram, Galdino se entregou e Joaquim o atacou.

Já nas versões de Joaquim, Galdino e Julia – que é chamada como testemunha – a história teria acontecido de outra forma. Julia, de 37 anos, trabalhadora dos serviços domésticos e solteira, informou que naquela noite estava em casa deitada, sabia que seu companheiro e seu irmão haviam ido aos festejos operários e que não entrou em

²¹⁵ Anderson Corrêa (2010) aborda o 1º de maio em Alegrete em sua dissertação, percebendo que era um dia que, assim como em outras regiões do país, se festejava com passeatas, jantares dançantes, conferências e discursos. Ainda, o autor elenca que nas organizações destes festejos, em Alegrete, geralmente quem se incumbia de organizar eram imigrantes e estrangeiros.

discussões com Joaquim após a festa, quando aquele retornara para casa. Joaquim e Galdino compartilharam o depoimento de que foram seguidos desde que saíram da Sociedade Operária e que chegando perto de casa foram abordados e presos pelo Alferes Conceição, por estarem perturbando o sossego público.

No depoimento de Galdino, ele afirma ser músico, ter 37 anos de idade, ser solteiro e natural de Alegrete, além de trazer algo novo para a narrativa. De acordo com ele, após serem abordados e direcionados ao quartel da polícia, na esquina próxima a casa do comerciante português Felipe José Pinheiro de Lemos, o Alferes teria dito a Joaquim “anda gringo”, ao que Joaquim respondeu “sou mais brasileiro do que você”. De acordo com Galdino foi este o motivo do conflito e dos ferimentos causados por um em outro e vice-versa. Joaquim era um português, de 47 anos de idade que residia em Alegrete há dez anos. Trabalhava como oleiro e tinha relações conjugais com Julia há algum tempo, mesmo que juridicamente fossem considerados solteiros.

Nos depoimentos de Joaquim e Galdino na delegacia de polícia no mesmo dia do ocorrido, as versões também eram outras, o primeiro dizia estar muito bêbado e perturbado com os ferimentos, já o segundo, possivelmente um pouco menos embriagado, afirmou que sim, Joaquim estava alterado com Julia e resistiu à prisão. Outra questão interessante, é que João Narciso não aparece mais na história, mesmo tendo sido chamado para depor, não é mais mencionado nem pelas testemunhas, nem pela justiça.

No dia 06 de maio daquele ano, Joaquim deu entrada na Santa Casa, descrito como branco, com 47 anos, solteiro e de profissão *artista*. Após cinquenta dias de internação, passou por uma cirurgia por conta de “diversos ferimentos por arma”, dando alta em 25 de junho de 1899²¹⁶. Também foi possível identificar a presença de Galdino na instituição de saúde, mas em outro momento. Foi em janeiro de 1904, agora com 42 anos de idade, solteiro, artista e branco, ficou internado por 15 dias por conta de “delírios”²¹⁷.

Observar os trabalhadores em diferentes momentos de suas vidas através de diferentes fontes documentais é necessário para enxergarmos questões que apenas um documento não permitiria. Fica evidente que, por exemplo, no hospital se registravam as profissões com certo nível de padronização. O sujeito que desenvolve qualquer atividade especializada, torna-se artista, como Joaquim e Narciso, um oleiro e outro músico.

²¹⁶ Livro de registros de Entradas e saídas do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete (CEPAL). Registro 1862.

²¹⁷ Livro de registros de Entradas e saídas do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete (CEPAL). Registro 2475.

Ocupação esta (artista), que como vimos, esteve mais restrita aos homens brancos. Além disso, os documentos do hospital permitem identificar a cor de algumas pessoas envolvidas em conflitos que geraram processos criminais, quando estas duas fontes são cruzadas, o que torna um conjunto observatório muito potente para a pesquisa. Torna-se possível, assim, conhecer mais a fundo aqueles sujeitos personagens da história.

Como chamou atenção Sidney Chalhoub, é importante estar atento às “coisas”. Ou seja, perceber o que está sendo dito e não dito nos depoimentos dos envolvidos. Neste caso, nas versões que alteram de um momento para o outro, é perceptível que existe um certo nível de proteção entre Galdino, Julia e Joaquim e até mesmo do comerciante Felipe, também português, que afirma nada saber e apenas ouviu falar, mesmo estando na janela de sua casa, na esquina em frente ao ocorrido. Estariam empreendendo uma história para livrar mais uma vez Joaquim da polícia? Visto que este já era conhecido por embriaguez e desordens de todo tipo.

Sabemos que a embriaguez seguida de violência contra as mulheres é uma realidade presente até os dias de hoje. E também nos é conhecido que a polícia se esforça para barrar qualquer expressão de lazer, cultural ou reivindicatória da classe trabalhadora. Nesse sentido, resta-nos perguntar, qual a versão mais próxima do que *realmente aconteceu*? Para o juiz, a versão contada pelos trabalhadores foi mais condizente ao que de fato se passou. Para nós, isto não importa, ou pelo menos, não é a principal questão colocada como problema histórico.

No projeto inicial desta pesquisa, os processos criminais não faziam parte da lista de fontes a serem trabalhadas. Ao longo do desenvolvimento da investigação, percebi que seria necessário avançar na compreensão acerca das experiências dos sujeitos analisados *para além da moléstia*, ou seja, observá-los para além do momento em que passaram pelo hospital e deixaram anotadas informações ricas e variáveis, mas de certa forma estáticas, visto que se registrava apenas o momento em que aquelas pessoas estiveram doentes e necessitaram de socorro. Nesse sentido, os processos representaram uma saída para adentrar ao cotidiano, aos momentos e espaços de lazer, de amores e desafetos, bem como a forma empreendida pela sociedade para dar conta e prosseguimento ao processo de racialização e desigualdade social e econômica naquele período.

Um caso que será melhor debatido a seguir, foi um dos primeiros processos abertos nas variadas caixas onde estão alocados os documentos no APERS. Ele foi central para o aprofundamento do interesse em tais fontes para a presente pesquisa. Tomado conhecimento sobre o ocorrido envolvendo Maximiana, Justo e Felipe, os quais se envolveram em um conflito no momento de trabalho em uma fazenda, logo retornei à documentação hospitalar em busca daqueles três sujeitos, visto que um havia ferido ao outro e no final os três estavam feridos por faca e arma de fogo, era possível que procurassem a Santa Casa em busca de amparo médico.

Confirmada a hipótese de que os sujeitos estariam no hospital, passou-se às análises das informações cruzadas entre uma documentação e outra, tomando os nomes daqueles sujeitos como o fio condutor da busca, procedimento demonstrado nas próximas páginas, quando na ocasião do conflito entre Felipe, Justo e Maximiana, foi possível identificar que se tratava de três pessoas não brancas, mais especificamente, negros e indiaticas.

Mas não estou aqui apresentando uma novidade para a pesquisa histórica. Pois não é de hoje que historiadoras e historiadores utilizam estes documentos como fontes em suas investigações. Pelo menos desde a década de 1980, com os desdobramentos da história social no Brasil, bem como o contexto de mudanças políticas e sociais que o país se encontrava imerso, os documentos judiciais – como processos criminais e inquéritos policiais – vem sendo trabalhados como observatórios históricos de diferentes pesquisas. Dois dos principais trabalhos neste sentido são fundamentais nesta investigação e vem sendo citados desde o início do texto, são eles: *Crime e Cotidiano*, de Boris Fausto e *Trabalho, Lar e Botequim*, de Sidney Chalhoub, ambos publicados nos anos finais de 1980, e que seguem sendo referências essenciais não apenas naquilo que tratam como tema central, mas como método de análise de tal documentação. Nessa direção, Keila Grinberg afirma que:

(...) os processos criminais foram usados nesses primeiros trabalhos como forma de se recuperar o cotidiano dos trabalhadores, seus valores e formas de conduta. Por trabalhadores aqui, entende-se não só os trabalhadores livres, estudados principalmente no período da Primeira República, mas também os escravos, objeto de análises de livros do próprio Chalhoub, de Maria Helena Machado, Hebe Mattos, Silvia Lara e tantos outros, interessados nas relações de amizade, parentesco, vizinhança e sobrevivência vislumbrados nos processos criminais²¹⁸.

²¹⁸ GRINBERG, Keila. “Processos criminais: a história nos porões dos arquivos judiciários”. In: PINSKY, Carla Bassanezi; de LUCA, Tânia Regina (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 126.

Tais documentos ao mesmo tempo que passaram a ser fontes muito procuradas por pesquisadores, foram também motivo de fortes ceticismos em relação as suas potencialidades – ou fragilidades. Os primeiros, refletindo sobre as oportunidades de acessar as falas de sujeitos pobres, mesmo que seus depoimentos fossem peneirados pelos “manipuladores técnicos”. E aqueles que defendiam que a documentação policial e judicial era como um teatro de muitos atores, que se vestiam de personagens dos quais o único objetivo era defender suas versões das histórias julgadas em cada documento. Então, estes vestígios históricos só poderiam indicar questões referentes ao mundo judiciário, seu funcionamento e informações sobre aqueles que trabalhavam enquanto funcionários de tais instituições.

Aqui, utilizamos os processos não em busca da verdade absoluta e da resolução dos crimes e conflitos empreendidos pelos personagens do passado, como o ocorrido no dia do trabalho de 1899, na Rua Vinte de Setembro. Busca-se analisá-los como uma “encruzilhada de muitas lutas”, a partir das ações, interpretações e experiências de vida e trabalho de sujeitos que compunham a classe trabalhadora de Alegrete, sobretudo negras e negros. Assim, estamos alinhados ao que Chalhoub pontuou acerca do uso de processos criminais para a pesquisa histórica:

Em conclusão, ler processos criminais não significa partir em busca “do que realmente se passou” porque esta seria uma expectativa inocente – da mesma forma como é pura inocência objetar à utilização dos processos criminais porque eles “mentem”. O importante é estar atento às “coisas” que se repetem sistematicamente: versões que se reproduzem muitas vezes, aspectos que ficam mal escondidos, mentiras ou contradições que aparecem com frequência²¹⁹.

No que tange aos processos aqui analisados, elaboraram-se alguns critérios de reprodução e análise dos mesmos. Abrindo 13 caixas resguardadas pelo APERS, analisamos 178 processos criminais referentes ao período de 1890 a 1910. Diferente dos dados extraídos dos documentos da Cadeia e do Hospital, fontes centrais dos capítulos anteriores, os processos criminais não foram abordados de forma quantitativa. Ao longo das duas primeiras décadas do período republicano, diversos motivos impulsionaram a abertura de muitos processos criminais, chegando até os dias de hoje apenas parcela daquela totalidade, estando guardadas e preservadas pelas instituições arquivísticas. No

²¹⁹ CHALHOUB, Sidney. 2012, Op. cit, p. 40-41.

que se refere ao período de 1890 e 1910, estão sob preservação do APERS 469 processos referentes a localidade aqui estudada.

Assim, foram elencados dois principais critérios para a reprodução e posterior análise de tais documentos. Nesse sentido, foram fotografados aqueles que: 1) mencionavam a cor de pelo menos um envolvido e 2) envolviam conflitos em local e/ou momento de trabalho ou indicavam algo semelhante. Desta forma, dos mais de 170 processos abertos e lidos previamente, foram fotografados 23 documentos que abarcavam pelo menos um dos critérios elencados acima.

Os critérios utilizados para filtrar aqueles documentos que seriam efetivamente utilizados – direta ou indiretamente – na pesquisa, tomaram por base o conhecimento de que os processos não trariam sistematicamente em suas páginas a explícita declaração da cor dos indivíduos, diferente do que acontecia com o registro da profissão, do estado civil e da naturalidade daqueles envolvidos no crime que ocasionou a abertura de tais processos, como réu, testemunha e/ou vítima.

Como vimos, a liberdade jurídica deixou de ser exclusividade majoritária das pessoas brancas ao longo do século XIX, e intensificou-se ainda mais a partir das últimas décadas daquele. Até aquele período, o fato de ser branco era sinônimo de liberdade, fato este que se alterou ao passo que a população negra passou a conquistar a liberdade e superar os números de pessoas negras ainda em escravidão. De acordo com Hebe Mattos, o sumiço da cor nos processos por ela analisados se deu a partir de meados do século XIX e se explica pelo fato de que:

O sumiço da cor referencia-se, antes, a uma crescente absorção de negros e mestiços no mundo dos livres, que não é mais monopólio dos brancos, mesmo que o qualificativo “negro” continue sinônimo de escravo, e também a uma desconstrução social do ideal de liberdade herdado do período colonial, ou seja, a desconstrução social de uma noção de liberdade construída com base na cor branca, associada à potência da propriedade escrava²²⁰.

Marcus Rosa retoma o debate a partir de seu estudo acerca das relações entre os sujeitos brancos pobres, negros e imigrantes residentes na Porto Alegre pós-abolição. O autor explica que para além do silêncio, um amplo leque de experiências recaiu sobre os sujeitos negros, “enquanto expressões de distinção, suspeição, insulto, inferiorização e, principalmente, criminalização, incidiram sobre os negros, à revelia de suas vontades e

²²⁰ MATTOS, Hebe. 2013, Op. cit., p. 107.

escolhas, tornando-os absolutamente visíveis nas fontes”²²¹. Ainda, para Rosa, não se deve ignorar o fato de que em muitos casos, pessoas negras afirmassem suas condições raciais como forma de ressignificar aqueles predicados negativos atribuídos outrora por alguém. Sendo assim, indica que o silêncio é mais representativo no que tange a cor branca.

Nos processos aqui analisados, percebi que, de fato, a cor dos sujeitos aparecia apenas quando estes não eram brancos, e na maioria dos casos quando estavam sendo acusados de algum crime ou infração do ordenamento legal. Descubri as cores dos trabalhadores que saíam dos festejos operários em 1899, apenas quando cruzados seus nomes com os dados do hospital. Mesmo que o suposto motivo do conflito entre Joaquim e Conceição tenha sido motivado por uma rixa étnica, um imigrante e o outro nacional. Percebi que os trabalhadores que retiravam leite animal na mangueira da fazenda de Pedro Antônio Pires eram todos não brancos, também apenas quando cruzados com suas entradas no hospital. Mas, também foi possível perceber algumas formas de racialização escrachadas logo nas capas dos documentos, como veremos no processo que envolve o ex-praça Nicolau José Bernardo, acusado de homicídio, o qual foi descrito como de “pele bronzeada, cabelos crespos e olhos escuros”, ou – como veremos adiante – quando pessoas eram designadas, antes dos seus primeiros nomes, com classificações como “negra” e “preto”. Isso tudo já na República!

Por outro lado, brancos imigrantes, pobres ou não, eram de fácil identificação, algo bem parecido com o que colocou Karl Monsma em seu estudo sobre a relação entre imigrantes, brancos pobres e negros no oeste paulista. Monsma explica que: “autoridades anotavam a nacionalidade dos réus e das vítimas imigrantes, às vezes substituindo o sobrenome pela categoria étnica, escrevendo, por exemplo, 'Giuseppe de tal, italiano’”²²². Assim, percebemos tanto nos jornais, quanto nos processos, que a categoria étnica representava tom valorativo para uns, como também pejorativos para outros, mas com menor expressividade do que as designações raciais utilizadas como formas depreciativas para com sujeitos não brancos.

Sendo assim, o objetivo deste capítulo é perceber outros espaços ocupados por trabalhadoras e trabalhadores negros, para além dos números e importantes dados

²²¹ ROSA, Marcus. 2019, Op. cit., p. 31.

²²² MONSMA, Karl. **Histórias de Violência**: processos criminais e conflitos inter-étnicos. Trabalho apresentado no Grupo de trabalho "Migrações Internacionais", XXIV Encontro Anual da ANPOCS, Petrópolis, RJ, outubro de 2000, p. 05.

apresentados no capítulo anterior, tendo como principal observatório os processos criminais abertos entre os anos pesquisados. Busca-se as experiências de trabalho, de conflitos e as estratégias empreendidas por aqueles sujeitos, a fim de perceber as complexidades e as vivências da classe negra trabalhadora alegretense após a abolição.

3.2 ENTRE A ORDEM E A DESORDEM: TRABALHADORES NEGROS NO SERVIÇO POLICIAL E MILITAR

O emprego na polícia no período do final do século XIX e início do XX foi uma opção de trabalho para sujeitos pobres e negros. Se conformava na maioria dos casos enquanto um trabalho precário, de baixos salários e prestígios sociais, mas ainda assim, em muitos casos, era melhor do que depender de biscates sazonais como *jornaleiros* e *agencias*, ou se submeter a longas horas de trabalho sob o olhar e a repressão de um patrão convivente mais direto. Trabalhar, sobretudo como policial, no geral, configurava-se em patrulhar a cidade, fazer a ronda noturna, trocar de posto na guarda do quartel e da cadeia, etc. No que tange a Guarda Municipal de Alegrete, o trabalho versava fundamentalmente em preservar a ordem e o sossego público na cidade, efetuando aquelas prisões correccionais abordadas no primeiro capítulo deste trabalho, entre outras funções.

Ser trabalhador da *ordem* (policial e militar) na Primeira República ainda carregava alguns elementos classificatórios anteriores acerca do exército e da polícia. Ao longo do século XIX, ser recrutado significava, em boa parte dos casos, ter agido de forma ilegal, tendo no trabalho como soldado a punição. Além disso, a historiografia já demonstrou como o recrutamento configurava-se em uma prática violenta que mirava nos homens pobres, brancos ou não, que tivessem cometido algum tipo de crime ou delito. Um dos exemplos mais notáveis disso foram as diversas violências cometidas na Marinha brasileira contra seus marinheiros que, em maioria, eram homens negros. Mas esta metodologia de disciplina baseada na coerção física e psicológica não se restringia às forças dos mares, ela se estendia às outras corporações, traduzindo feitos que eram adotados pela própria sociedade²²³.

Nesse sentido, formalizou-se uma imagem degradante e desmoralizada acerca daqueles sujeitos que se introduziram – ou eram introduzidos – nos corpos militares e policiais. Por outro lado, após a proclamação da República, os governos passaram a

²²³ MUGGE, Miquéias Henrique; COMISSOLI, Adriano (orgs.). **Homens e Armas: recrutamento militar no Brasil (século XIX)**. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 235-256.

investir em (re)construir uma imagem positiva de tais corporações. Agora, eram ainda mais instituições disciplinares, de combate à desordem e em favor do progresso social, político e econômico da nova República.

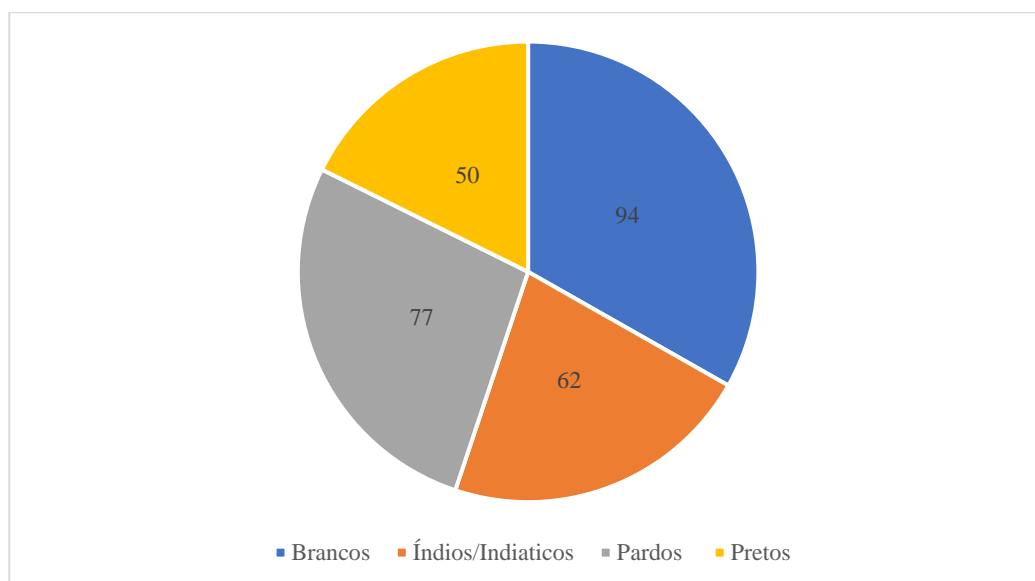
Como vimos no primeiro capítulo, o investimento nas forças policiais foi intensificado justamente no contexto de abolição da escravidão e proclamação da República, quando as elites políticas e econômicas se ocuparam de tentar ordenar e regram os mais pobres, em especial, negras e negros trabalhadores. Naquele momento, tratava-se não mais da coerção física – embora ainda fosse muito presente e ainda é – mas do recurso a “mecanismos ideológicos e morais que acompanhassem e mesmo valessem a dominação”²²⁴. Assim, a polícia e os policiais tornaram-se um dos principais órgãos responsáveis por manter a ordem no espaço urbano das cidades republicanas.

Neste subcapítulo, serão analisadas as informações daqueles trabalhadores que ingressaram como policiais ou militares no hospital, bem como aqueles que com estas características ocupacionais, se envolveram em conflitos que geraram processos criminais. Assim, pretende-se analisar questões envolvendo trabalho, masculinidades e conflitos entre trabalhadores deste setor. A análise específica desta categoria ocupacional, justifica-se pela expressividade de tais indivíduos nas fontes, tanto hospitalares (configuram entre as 5 ocupações mais presentes), quanto as judiciais. Juntos, representam 10,9% dos sujeitos que ingressaram no hospital. Além disso, o emprego a *serviço da ordem* foi uma opção – sazonal ou não – muito presente no mercado de trabalho entre os homens negros, grupo foco de nossas análises. Portanto, cabe ressaltar que este é um estudo que visa ir além da história das instituições, mas foca nas experiências de trabalhadores negros que se empregaram nas forças de segurança pública como opção dentro do precário mercado de trabalho do período.

Separados aqueles sujeitos trabalhadores de algum corpo policial que ingressaram no hospital entre os anos analisados, chegamos ao total de 287 homens, de diferentes designações de cor, como é possível verificar no gráfico abaixo:

²²⁴ PESAVENTO, Sandra. 1989, Op. cit., p. 55.

Gráfico 10 - Cor dos policiais e militares (Alegrete, 1890-1910)



Fonte: Livro de Registros dos enfermos da Santa Casa de Caridade de Alegrete, 1890-1910. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete.

O que se pode observar é que, ao juntar as designações de cor e formar o grupo de brancos e não brancos, temos o seguinte resultado: 33,1% eram trabalhadores brancos e 66,9% eram trabalhadores não brancos. Olhando apenas para os trabalhadores negros, teremos 44,7% do total, perfazendo quase que a metade daqueles descritos como de alguma corporação policial ou militar no momento de ingresso no hospital.

Foram considerados neste subcapítulo os trabalhadores designados no hospital com as seguintes classificações: *praça, militar, guarda municipal, soldado e brigada militar*. Estas classificações estavam presentes na própria fonte. Porém, em muitos casos (em 63 para ser mais exato) indivíduos ficaram sem a designação ocupacional no campo “profissão”, mas no registro de “observações” constava que eram militares ou policiais. A título de exemplo, no dia 18 de outubro de 1894, Bernardo Lourenço²²⁵, de 31 anos, de cor preta, ingressou no hospital por conta de *gastroenterite*, dando alta três dias depois por estar curado. O único campo do registro de entrada de Bernardo que não foi preenchido, foi o da ocupação. Mas nas observações de seu ingresso na instituição, constava que ele era “Soldado do 8º Corpo da Guarda Nacional”. Assim como o caso de Bernardo, dos 63 sujeitos elencados aqui como de ocupação “ordem”, 49 eram soldados

²²⁵ Livro de registros de Entradas e saídas do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete (CEPAL). Registro 1258.

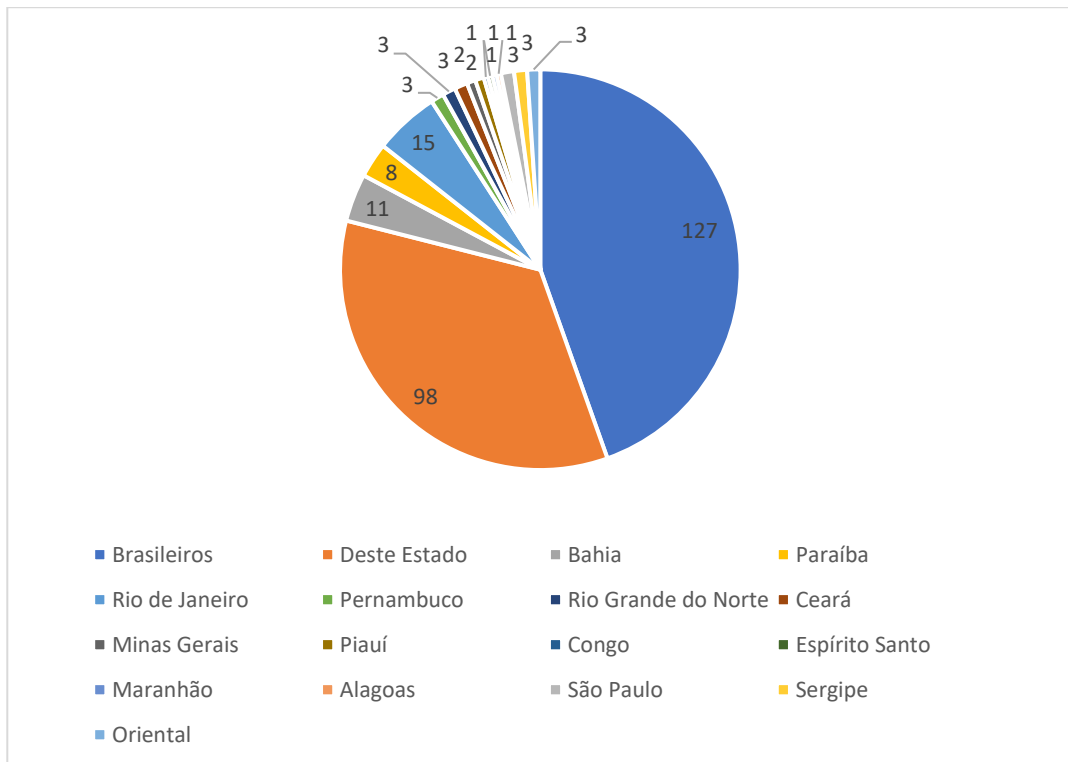
ou sargentos da guarda nacional e todos estes registros eram de ingressos no mês de outubro do ano de 1894.

É certo que o aumento dos registros entre os anos de 1893 e 1895, estiveram intricadamente ligados ao período de guerra civil que o estado se encontrava. Naqueles anos, muitos policiais e militares deram entrada no hospital por motivos relacionados a ferimentos por armas de fogo, ferimentos diversos ou afins. Por outro lado, a presença de policiais e militares em Alegrete sempre foi considerável, visto sua posição geográfica *nas margens da República* brasileira. Porém, no que tange aqueles anos mencionados (1894-1895), acredita-se que as baixas hospitalares estavam mais relacionadas de fato ao contexto bélico. E isso certamente afetou a vida e o trabalho das e dos trabalhadores.

Certamente existiram outros hospitais e enfermarias no município naquele período. Sabe-se que nem todos os militares feridos nos conflitos da federalista ingressaram na Santa Casa. Ou pelo menos não foram registrados. Em 1893 uma matéria do jornal A Federação publicou uma lista de feridos na *batalha do inhanduí*, em Alegrete, onde diversos homens aparecem como internados na enfermaria (não se menciona qual). Ao cruzar os nomes da lista do jornal com aqueles que ingressaram no hospital naquele dia 03 de maio de 1893, nada foi encontrado. Ou seja, o número alto de militares e policiais advém também da guerra, mas não apenas dela, pois são encontrados registros de sujeitos ocupados nestes labores ao longo de todos os anos pesquisados.

Voltando aos dados retirados da fonte hospitalar, vejamos quais eram as naturalidades e nacionalidades dos trabalhadores policiais e militares.

Gráfico 11 - Nacionalidade dos policiais e militares (Alegrete, 1890-1910)



Fonte: Livro de Registros dos enfermos da Santa Casa de Caridade de Alegrete, 1890-1910. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete.

Os dados obtidos evidenciam que naturais do Brasil compõem 98,5%, em contraste aos provenientes de outros países, que somaram 1,5%. Descritos como “brasileiro” ou “deste estado”, compuseram 19,6%, sendo que os estados com mais presenças foram a Bahia e a capital federal da época, o Rio de Janeiro. Foram elencados (no Gráfico 12) todos os locais presentes na fonte a fim de demonstrar que, mesmo que em baixas incidências, existiam sujeitos vindos de diversas regiões do país. Ainda, demonstra-se que imigrantes não estavam compondo tais ocupações, mesmo sendo presentes na população geral e nos mundos do trabalho com efetiva participação, como vimos nos capítulos anteriores. Parece que ser policial ou militar não era uma opção tão atraente para imigrantes quanto para trabalhadores brancos pobres e negros em Alegrete, naquele período.

No já referido estudo de Cláudia Mauch, acerca da polícia administrativa da capital Porto Alegre ao longo da Primeira República, a autora buscou compreender qual era o perfil daqueles trabalhadores que se ocuparam como policiais naqueles tempos. Em relação às nacionalidades e naturalidades, Mauch também percebeu que, mesmo a maioria sendo descrito como “brasileiro” e “deste estado”, existiam muitos sujeitos

naturais de outras regiões do país e de fora dele. Ao contrário de nós, a autora detectou um número considerável de imigrantes e estrangeiros nos registros de matrículas dos policiais de Porto Alegre, explicando que:

Vários historiadores observaram que, principalmente nos seus primeiros tempos, antes da era da profissionalização da atividade policial, a polícia constituía-se em uma das boas atividades para imigrantes recém-chegados, devido aos poucos requisitos para ingresso e/ou dificuldade de preenchimento dos cargos com a população local²²⁶.

Nos dados aqui apresentados, observando os sujeitos naturais de outros países, constam apenas os “orientais”, vindos do outro lado da fronteira, algo comum na dinâmica ocupacional da região. E, o outro registro é de um trabalhador do Congo. Era Felizberto Ortiz, descrito como soldado do 34º Corpo da Guarda Nacional, de 82 anos de idade, solteiro e preto, que ingressou no hospital em 15 de outubro de 1894, por conta de uma “lesão orgânica no coração”, falecendo quatro dias depois. Como vimos no capítulo anterior, muitos trabalhadores negros ingressaram na instituição hospitalar com idades avançadas. Não foi possível encontrar Felizberto em outras fontes, para observar suas experiências em diferentes momentos, mas é possível afirmar que este não foi sempre soldado, e deve ter experienciado diversas formas e contornos do mundo do trabalho, possivelmente tendo sido, inclusive, escravizado em algum momento do século XIX. Ainda, é válido pensar que Felizberto deva ter movimentado recursos pessoais e políticos que o alavancaram a ser soldado da Guarda Nacional, visto que a corporação, criada em Alegrete em 1831, aglomerava em seus corpos majoritariamente sujeitos que tinham alguma influência política e/ou econômica na região²²⁷.

Se recortarmos os trabalhadores não brancos no quesito nacionalidade presente no registro hospitalar, o resultado dos dados não se altera, mesmo evidenciando que grande parte dos indivíduos de outros estados do país eram negros, como no caso dos 11 descritos como baianos, apenas um era branco e dos 15 do Rio de Janeiro, onde também apenas um sujeito foi designado como branco. Temos assim, um perfil de trabalhadores de caráter

²²⁶ MAUCH, Claudia, 2011. Op. cit., p. 116.

²²⁷ RIBEIRO, José Iran; FARINATTI, Luís Augusto Ebling. Interesses em disputa: a criação da Guarda Nacional numa localidade de fronteira (Alegrete, Rio Grande do Sul). In: MUGGE, Miquéias Henrique; COMISSOLI, Adriano (orgs.). **Homens e Armas: recrutamento militar no Brasil (século XIX)**. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 95-113.

mais regional, mesmo que existam aqueles que provinham de outras regiões do país, sendo em maioria, trabalhadores negros.

Em relação às suas idades, percebemos que a grande maioria dos trabalhadores policiais e militares tinham entre 16 e 30 anos de idade (79%), seguidos dos que tinham entre 31 e 40 anos (14,7%), 51 e 60 anos (3,5%) e aqueles que tinham idades superiores a 60 anos (1,1%)²²⁸. Estes dados, comparados aos números observados por outros pesquisadores, evidenciam uma espécie de padronização do perfil padrão destes trabalhadores no que tange às idades²²⁹. Ou seja, era uma ocupação que empregava homens jovens, em idades que pudessem, física e psicologicamente, aguentar jornadas de trabalho que em muitos casos eram exaustivas, por conta das ocorrências cotidianas da cidade e do contexto de guerra que o município e região acompanhou na década final do século XIX.

Mauch pesquisou o caso dos policiais administrativos de Porto Alegre, instituição criada nos últimos anos do século XIX para patrulhar a cidade e preservar a ordem e o sossego público, o que consideramos ser algo aproximado da função dos *praças* da Guarda Municipal de Alegrete, como foi possível observar nos Relatórios da Intendência daquele período. A autora traçou um perfil daqueles sujeitos, observando que eram em maioria jovens, solteiros e sujeitos pobres, que tinham na polícia uma opção de trabalho em meio ao mercado de trabalho desigual e escasso em relação às oportunidades. Porém, como a pesquisadora utilizou fontes que não traziam a cor como categoria presente nos registros, não foi possível perceber quantitativamente a presença negra naquela instituição, por mais que em alguns momentos – sobretudo nos de conflito, que geram processos administrativos ou judiciais contra os trabalhadores – tenha sido possível identificar tais indivíduos²³⁰.

Ainda em relação aos policiais administrativos de Porto Alegre, Mauch observou que eram sujeitos que viam a atividade laboral na instituição muitas vezes como porta de entrada para outras ocupações mais especializadas, como no serviço público. Sendo em maioria não alfabetizados, os homens da rua e da lei da capital gaúcha faziam do trabalho policial algo sazonal, desenvolvendo atividades antes e depois do trabalho na polícia. Em relação a isso, a autora detectou nos registros daqueles que declararam alguma ocupação quando entraram na polícia, sendo a maioria declarado como *agencia*, ocupação muito

²²⁸ A soma não chega em 100%, pois foram excluídos aqueles registros sem a anotação da idade (0,8%).

²²⁹ MAUCH, Claudia, 2011. Op. cit. FLORES, Giane, 2018. Op. cit. ROSEMBERG, André, 2008. Op. cit.

²³⁰ MAUCH, Claudia, 2011. Op. cit.

presente em nossas fontes e, conseqüentemente, no mundo do trabalho alegretense, como vimos no capítulo anterior. Assim, fazendo uma reflexão acerca do que seriam os trabalhadores descritos como “agencia”, a pesquisadora concluiu que na maioria dos casos por ela encontrados tratavam-se de trabalhadores sazonais, em suma, pobres. Algo bem próximo daquilo que identificamos no contexto de Alegrete através das fontes aqui pesquisadas.

Por outro lado, Giane Flores, utilizou dos registros hospitalares, assim como nesta pesquisa, para identificar trabalhadores policiais e suas respectivas cores, problematizando questões mais voltadas à presença negra em tal instituição. Com o extensivo uso da documentação hospitalar de Porto Alegre, Flores demonstrou a forte presença de trabalhadores negros compondo a polícia. A partir de uma análise mesclada entre o quantitativo e o qualitativo, observou que dos mais de onze mil registros no livro de entradas e saídas da Santa Casa, 3.183 eram de policiais, guardas cívicos e guardas municipais, representando 28% do total. Dentro destes registros, sujeitos não brancos compunham 67%, configurando-se como maioria nas instituições de controle social, e sendo minoritários na sociedade de Porto Alegre como um todo, que em 1890 era composta por 70% de pessoas brancas²³¹.

Em relação aos policiais identificados através do hospital, a autora encontrou um perfil aproximado daquele visto por Mauch. Mas Flores, tendo como uma das categorias de análise a cor dos trabalhadores, percebeu que além da maioria ser solteiros, com idades entre 18 e 30 anos, naturais do Rio Grande do Sul, eram também não brancos. Estes dados levantados por Flores são de extrema importância para pensar a inserção e as experiências de negros em instituições que eram pensadas e formuladas justamente para reprimir a população pobre e sobretudo racializada como não branca. Nesse sentido, a pesquisadora afirma que:

Além disso, mesmo com todas as dificuldades do trabalho e da rotina policial, este poderia ser um trabalho muito mais atraente e honrado do que outros serviços comuns para os populares do período, serviços estes que muitas vezes eram mais mal remunerados e pesados do que os dos agentes policiais em suas rondas cotidianas²³².

As exigências para o ingresso nas corporações policiais e militares foram historicamente sendo abertas a entrada de negros, ao passo que se tinha uma escassez de

²³¹ FLORES, Giane, 2018. Op. cit., p. 56.

²³² FLORES, Giane, 2018. Op. cit., p. 69.

mão de obra para compor tais instituições, que em geral pagavam pouco, recrutavam através da força e disciplinavam a vida dentro e fora dos quartéis daqueles que a compunham:

A necessidade de mão-de-obra militar levou os patriotas a abandonarem a exclusão de não brancos das forças armadas regulares (o exército), vigente na época colonial, e contribuiu à fácil aceitação de trabalhadores escravos em funções militares auxiliares²³³.

Então, é possível visualizar que o trabalho como militar ou policial, figurava como uma opção de vida, mesmo que temporária e com suas diversas adversidades e dificuldades, no que tange ao recrutamento, ao tratamento e aos salários, ainda ofereciam “vantagens” em relação aquelas ocupações sazonais que, inclusive, nem sempre estavam disponíveis. Para os trabalhadores negros, se ocupar enquanto um policial ou militar poderia também elevar suas condições financeiras e, sobretudo sociais. A farda simbolizava ainda um certo prestígio, moralidade, enfim, contribuía para a construção da imagem de bom cidadão e conseqüentemente, bom trabalhador. Algo significativamente relevante para muitos daqueles sujeitos. Mesmo que em muitos casos, como demonstram Mauch, Flores e outros autores, acontecesse o contrário: ataques as instituições e sujeitos justamente pelo fato de policiais e militares serem negros.

Como explica Mauch, o emprego na polícia ou em alguma corporação do exército, não necessariamente limitou o trabalho daqueles homens, pois:

Ao longo do século XIX, as polícias provinciais foram tomando corpo, mas suas funções eram exercidas também por outras instituições, como Exército, Guarda Nacional, Juizes de Paz, policiais particulares, etc., cujas configurações locais se apresentam variadas no território brasileiro²³⁴.

Além disso, como já foi mencionado, muitos indivíduos tinham na polícia uma forma de se ocupar também sazonalmente. Ingressavam quando precisavam e quando a instituição estava aberta a recebê-los, visto que a procura por ser policial não era grande em contraponto a necessidade de ordem nos espaços públicos. Sendo assim, muitos homens passavam pela polícia mais de uma vez, trabalhando curtos períodos de tempo e,

²³³ KRAAY, Hendrik. “Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos”: o recrutamento de escravos na guerra da independência na Bahia. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, n. 43, v. 22, 2002, p. 109. *Apud* FLORES, Giane, 2018. Op. cit., p. 59.

²³⁴ MAUCH, Claudia, 2011. Op. cit., p. 15.

às vezes, retornando meses ou anos depois. Além disso, tinham aqueles que se ocupavam concomitantemente de outras atividades nos momentos em que não estavam fardados. Vejamos abaixo, qual era o perfil racial daqueles sujeitos.

Tabela 8 - Cor e ocupação de policiais de militares (Alegrete, 1890-1910)

Ocupação	Cor						Total	
	Branços		Índios/Índiaticos		Negros			
	Nº.	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Brigada Militar	2	0,7	3	1,1	1	0,4	6	2,1
Guarda Municipal	1	0,4	2	0,7	3	1,1	6	2,1
Militar	21	7,4	3	1,1	19	6,7	43	15,2
Oficial	3	1,1	0	0	0	0	3	1,1
Ordem	31	11	19	6,7	13	4,6	63	22,3
Praça	36	12,7	35	12,3	91	32,1	162	57,2
Total	94	33,2	62	21,9	127	44,9	283	100

Fonte: Livro de Registros dos enfermos da Santa Casa de Caridade de Alegrete, 1890-1910. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete.

Como colocado anteriormente, a maioria dos registros encontrados acerca de policiais e militares indicam que a presença de homens não brancos era majoritária. A Tabela 8 demonstra que 33,2% eram brancos, 21,9% eram índios e indiaticos e 44,9% eram trabalhadores negros. Mas para além destes números, que indicam forte presença negra sobretudo no exército e na polícia, é perceptível que, mesmo com apenas três designações como “Oficial”, sejam eles todos brancos. Empiricamente, não podemos afirmar que neste caso os brancos eram quem apenas alcançava os postos mais altos tanto na polícia quanto em corpos do exército. Mas pensando nisso enquanto um processo histórico constituído pela hierarquia baseada na raça que, como vimos, se intensificou ao passo que a liberdade negra se tornava a realidade mais abrangente, é possível pensar que os homens negros que experienciavam estas ocupações ficassem sim com os postos mais baixos, como soldados e praças de rua.

Observando apenas os trabalhadores negros, percebemos que a maioria deles estava empregado como *praça*, e isso incluía também aqueles que eram da Guarda Municipal alegretense. Ou seja, temos um número expressivo de homens negros que se ocupavam de manter – ou pelo menos tentar – a ordem na cidade. Porém, estes eram trabalhadores pobres que, retirados os poucos que residiam no quartel da polícia,

moravam nos bairros e arrabaldes do município. Isso fazia com que eles convivessem diariamente com a mesma parcela da sociedade que era preferencialmente vigiada pela polícia, ao mesmo tempo que os colocava em posições difíceis de muitas vezes ter que intervir em conflitos dos seus próprios vizinhos, amigos e familiares. Por outro lado, visto que eram homens das classes nada abastadas, em diversos momentos os próprios policiais se envolviam em conflitos e rixas com outros policiais ou com civis. Momentos de jogo, lazer e sociabilidades no geral, sobretudo quando acompanhados de bebidas alcoólicas colocavam em choque as identidades daqueles trabalhadores e também suas masculinidades, que vinham à tona geralmente traduzidas em violência.

Findava o dia 15 de dezembro de 1890. Nicolau José Bernardo e Apolônio Manoel de Jesus proseavam e tomavam mate em frente à casa do primeiro, nos arrabaldes de Alegrete, local conhecido como Restinga. Lá pelas oito horas da noite, juntaram-se a eles Florêncio Padilha e Leopoldo do Amaral. Com exceção do dono da casa, que era ex-praça da polícia, todos os outros três trabalhadores eram militar ou policial em exercício. Prosa vai, mate vem, os ânimos se alteraram na conversa dos trabalhadores da *ordem*, quando Florêncio afirmou que “era capaz de cuspir no rosto de um paisano” e logo em seguida assim o fez contra Nicolau. Este, calmamente entrou em casa e caminhou até seu quarto, onde se encontrava sua companheira recém chegada da rua, Maria Eulalia dos Santos, deu mão em um revólver que guardava na mesa de cabeceira e regressou ao pátio, disparando dois tiros contra Padilha, que imediatamente caiu morto ao chão de terra batida. Após o ocorrido, Nicolau fugiu²³⁵.

A primeira testemunha a ser chamada no processo que acusa Nicolau de homicídio, foi sua companheira, Maria Eulalia dos Santos, de 18 anos de idade, trabalhadora dos serviços domésticos e que se encontrava no quarto do casal, recém chegada da rua, quando Nicolau entrou em busca de seu revólver no dia do ocorrido. Em seu depoimento, ela relatou aquilo que os outros praças que estavam no dia do conflito e foram chamados também como testemunhas falariam posteriormente. Porém, Maria revela uma questão exclusiva de sua versão da história através de uma pergunta que

²³⁵ Processo-crime, n. 3494. 1890. Alegrete. APERS.

apenas a ela foi feita, seguida de certamente um momento de constrangimento em vista da testemunha ser uma jovem mulher. Inquirida se “entretinha relações amorosas com Padilha e se ele não lhe pedira ou pretendia alguma coisa?”, ao que respondeu que “não entretinha relações amorosas com Padilha, mas em tempo passado Padilha pretendeu ela respondente alguma coisa”.

É, no mínimo, verossímil pensar que a declaração afrontosa de Florêncio a Nicolau tenha no passado as origens, visto que o primeiro pretendia provavelmente ter Maria como companheira, o que não fez por ela se ajuntar com Nicolau. Ao que parece, o conflito entre os dois homens pode ter tido na relação com Maria seu início, mas os dispositivos acionados por Florêncio para diminuir e atacar Nicolau focaram em sua profissão, na tentativa de menosprezar sua autoridade como ex-praça, e honra, como homem da casa que recebeu um cuspe no rosto de outro homem. Além disso, aqui explicita-se mais um caso de relações conjugais que não formalizadas, eram vistas, interpretadas e anotadas como solteirice, mas que na prática eram consistentes e muitas vezes duradouras. No caso de Maria e Nicolau, foi relatado que estavam juntos já fazia algum tempo.

De acordo com Carla Adriana da Silva, a honra masculina era permeada pela reputação adquirida no meio social em que o indivíduo estava inserido, quase como uma dependência: “Mesmo sendo percebida como um atributo individual, ela só podia ser avaliada através da percepção social do sujeito, por meio da conformação a determinadas normas de conduta, tornando-se dependente da opinião pública em diversos momentos”²³⁶. Se a honra só existia quando legitimada pela comunidade do entorno, como Nicolau, um homem que havia se ocupado como praça, poderia permitir tamanho desacato e desrespeito em meio a outros homens, policiais, sua companheira e vizinhança? É provável que tenha sido este o impulso do gatilho do tiro contra Florêncio. Somada, é claro, com as antigas pretensões de Florêncio com Maria.

Cruzando os nomes presentes no processo com os registros hospitalares, identificamos apenas dois dos sete nomes envolvidos entre o réu, vítima e testemunhas. São eles Leopoldo do Amaral, praça do exército, que tinha 23 anos na época do ocorrido, e que em 1894 ingressou no hospital com *gastroenterite*, agora como “Oficial do

²³⁶ SILVA, Carla Adriana da. O “echo da calúnia”: a masculinidade hegemônica em um processo crime (Rio Grande do Sul, 1907). São Paulo: **Revista História**, v. 41, p.1-14, 2022. P. 7.

exército”, solteiro e de cor branca²³⁷. Além dele, identificamos Christina Hortmam, que era vizinha de Nicolau e amiga de Maria e no dia do ocorrido ouviu o tiro e foi quem denunciou o fato à polícia. Em seu depoimento, diz ter 24 anos, ser solteira e natural do estado. No hospital, passou uma vez no ano de 1895 e outra em 1896, designada como lavadeira e trabalhadora dos serviços domésticos, de cor branca²³⁸.

Uma questão interessante é a forma como Nicolau é descrito logo nas primeiras páginas do processo que o acusa:

O Promotor Público da comarca, em execução da lei, vem ante vos dar denúncia contra Nicolau José Bernardo, ex-praça do 18º Batalhão de infantaria de linha, **de cor bronzeada, cabelos pretos crespos, olhos pardos**²³⁹, residente na Restinga, nos subúrbios desta cidade, pelo seguinte fato criminoso:²⁴⁰.

A descrição feita de Nicolau não aparece novamente no processo para descrever os outros envolvidos, mas é retomada quando se fala no acusado, reiterando que se trata de um homem negro. Assim, percebe-se a racialização operando, ou seja, classificando hierarquicamente, de forma que apenas quando se fala no acusado, que não por coincidência é um homem negro, se fez uso de tais características físicas. Isso é perceptível também em outros processos criminais abordados, onde características físicas e fenotípicas são elencadas sobretudo quando os sujeitos não são brancos e estão sendo acusados de algum crime. No caso de Nicolau, nem sua condição de ex-praça o tornou passível de um possível branqueamento frente à redação do documento judicial.

Outro aspecto que é possível observar através deste caso, é de que o convívio e a sociabilidade entre policiais e militares ia além das horas e do tempo trabalhado nas corporações, assim como entre outros trabalhadores, que desenvolviam labores diversos. Seja tomando mate em frente à casa, jogando em bares e tavernas, os trabalhadores sempre conviviam e compartilhavam modos de vida e lazer. E eram nestes momentos que as rixas apareciam com maior frequência, sobretudo quando envolvia mulheres e/ou o consumo de bebidas alcoólicas. Carla Silva afirma que “nas comunidades o uso do álcool era um dos maiores medidores de masculinidades, contrariando as ideias patrocinadas

²³⁷ Livro de registros de Entradas e saídas do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete (CEPAL). Registro 1126.

²³⁸ Livro de registros de Entradas e saídas do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete (CEPAL). Registro 1435.

²³⁹ Grifos nossos.

²⁴⁰ Processo-crime, n. 3494. 1890. Alegrete. APERS.

ideologicamente pelo governo”²⁴¹. Os trabalhadores pobres efetuavam a manutenção de preceitos vindos “de cima”, elencando aquilo que iriam adotar e em que momento adotariam tais posturas.

Poucos anos antes da briga na roda do mate, dois Antônios embrenharam-se em um conflito que resultou na morte de um deles. Eram João Antônio da Silva e Antônio Cypriano, ambos concordaram em fazer uma aposta, onde o primeiro desafiava o segundo a roubar algo de uma plantação sem permissão, tendo o segundo concordado. Ao passar as horas, depois de se dispersarem, Antônio procurou João e o entregou uma melancia retirada de uma colheita. Isso, de acordo com as testemunhas no processo, gerou uma briga no qual os dois armados com chicotes bateram-se no meio da rua até que João cravasse um pequeno facão em Antônio, que morreu horas depois²⁴².

Ao longo dos depoimentos fica nítido que os dois sujeitos eram conhecidos de tempos, mas que com o incremento de bebidas alcoólicas e a disputa, primeiro na aposta e depois no embate físico, desafiou suas honras e masculinidades, fazendo com que o desafio terminasse em morte. Muitos trabalhadores presenciaram o ocorrido de longe, a partir da casa de um terceiro Antônio (Manoel de Bittencourt) e relatam nos depoimentos como testemunhas, que quando João estava “embriagado é provocador e desordeiro”. Isso conversa com o que Carla Silva explica sobre o tom legitimador de que as masculinidades necessitam para de fato vigorar. Ou seja, a presença e a audiência de terceiros são necessárias quando se quer afirmar alguma coisa, que nestes casos, era sua imagem enquanto homem e tudo o que isso englobava. João Antônio da Silva era um jornalista, preto e com 36 anos de idade. Ele foi condenado a 7 anos pela morte de seu companheiro de aposta.

A questão da cor, como vimos, era um jogo de (in)visibilidade. E era um jogo em que todas as camadas da sociedade jogavam. Não era um total silêncio, nem uma frequente aparência. Negras e negros a reivindicavam quando achavam prudente. Assim como os legisladores e escrivães dos documentos judiciais, a manejavam como achavam necessário para compor a história que nas linhas escritas documentavam. Nos casos de Nicolau e João Antônio, mencionar suas características físicas poderia estar ligado ao fato de que ambos haviam praticado um crime.

Como dito anteriormente, policiais e militares eram em maioria sujeitos vindos das camadas pobres da população. Inserir-se em uma daquelas ocupações poderia ser uma

²⁴¹ SILVA, Carla Adriana da, 2022., Op. cit, p. 8.

²⁴² Processo-crime, n. 3454. 1889. Alegrete. APERS.

opção de vida sazonal em meio a um mercado de trabalho com poucas oportunidades e baixas remunerações. Mas como pessoas, eles carregavam suas experiências de vida, repletas de cargas do passado, leituras sobre o presente, pretensões para o futuro e contradições cotidianas. Ao mesmo tempo que eram recrutados para manter a ordem pública, por vezes (e não era raro) se envolviam na própria desordem, em brigas, mortes, e até mesmo roubos.

Nos rincões de Alegrete deu-se um entrevero entre alguns trabalhadores no dia 7 de novembro de 1900. Saindo da casa comercial de Antônio Candido Martins, João Gonçalves, Laudemiro Estevão e Valentim Severo seguiam a cavalo conversando calmamente, quando o grito de um terceiro homem alertou que aquele tomasse cuidado. Laudemiro tentando acertar com uma adaga Valentim, foi interrompido por João, que saiu com a mão esquerda ferida. Nesse ínterim, o inspetor de quarteirão, que estava na casa comercial a poucas quadras dali, interviu na situação e prendeu Laudemiro.

Laudemiro foi descrito ao longo do processo como um homem de 25 anos, solteiro, residente do município e ocupado como Guarda Municipal na corporação de Santana do Livramento, cidade que fica a mais de duzentos quilômetros de distância de Alegrete. No decorrer dos depoimentos, as histórias se repetem a descrita acima e reforça-se nas falas o tom “turbulento” que o réu assumia após alguns goles de cachaça. De acordo com Valentim, seu agressor era conhecido por promover desordens por onde passava. Que a pouco mais de cinco anos atrás, havia impedido o réu de ingressar na casa de uma família a qual desrespeitava, acreditando ser por conta disso a tentativa de agressão que se passou naquele dia, após ambos se reencontrarem e compartilharem conversas regadas por álcool na mesa da casa comercial de Antonio. Mas como dito no início deste capítulo, o motivo daquelas pessoas em seus feitos não nos interessa tanto quanto o processo, as falas, os argumentos e as tentativas de tomar as rédeas das investigações que são possíveis perceber através da leitura de processos criminais.

Além de Laudemiro, em seu depoimento, nenhuma das testemunhas indicou que ele era de fato praça da Guarda Municipal. Quando questionados sobre isso pelas autoridades, as testemunhas afirmaram que o réu havia passado um tempo trabalhando na estância *Contagalo* (provavelmente como jornalista), que depois passou de fato um tempo no município de Livramento, mas que recentemente não o viam desenvolvendo ocupação laboral alguma. Mesmo assim, o réu insistiu em todas suas falas em se colocar como praça da Guarda Municipal daquele município, utilizando isso como estratégia a seu favor, possivelmente em busca de um tratamento moderado da justiça. Mesmo se

contradizendo nos momentos em que dizia trabalhar em Livramento, mas viver de seus rendimentos como praça residindo em Alegrete. É provável que Laudemiro tenha sido Guarda Municipal, mas que já não sendo mais, pois como vimos, este poderia ser um trabalho sazonal, buscava nesta ocupação formalizar a imagem de bom trabalhador (já que, de acordo com as testemunhas a tempos ele não se ocupava ordinariamente de algum labor), algo extremamente necessário naquele período frente a autoridades e a própria sociedade, sobretudo quando se era acusado de desordeiro, algo que não era bom para a reputação de qualquer indivíduo²⁴³, pois interferia nas diversas formas de sociabilidade. Desde a conquista de uma relação amorosa, até o emprego em determinadas ocupações – e Laudemiro sabia disso.

Elencada pela vítima, mas não confirmada pelo réu, o conflito teria razão no passado, quando o primeiro entreviu em um feito do segundo, fato que pode ter desafiado sua honra e masculinidade. Depois, passados anos do ocorrido, um momento de lazer tornou-se cena de um quase crime, não fosse a intervenção de João Gonçalves, que ainda teve sua mão cortada pelo fio da adaga do réu, fato condenável no contexto analisado. Nesse sentido, Vanderlei Machado e Fernando Seffner explicam que:

A circulação pela cidade exigia um comportamento adequado em que todas as atitudes masculinas fossem previsíveis. Os homens cujos modos de proceder fossem pautados pelo descontrole das emoções, aqueles que se entregavam aos vícios - como o jogo e o hábito de consumir bebidas alcoólicas que lhes privava da razão e os fazia perder o “domínio de si” -, passam a ser vistos como elementos perigosos ao convívio no espaço urbano²⁴⁴.

Por vezes, o trabalho naquelas corporações não significava nada ante as relações que os sujeitos teciam para além do labor. Sejam elas rixosas ou de solidariedades. Para aqueles homens, as suas sociabilidades poderiam valer muito mais do que a farda e o trabalho desenvolvido. Por exemplo, em 1904, um acontecimento mereceu entrar para o relatório do Intendente como um “Fato notável”. É que no fim do mês de junho daquele ano, um preso da Cadeia Municipal, tido como importante para as autoridades locais, visto que respondia pelo crime de morte, conseguiu fugir da instituição. E o pior, recebendo ajuda dos próprios guardas. De acordo com o Intendente:

²⁴³ MACHADO, Vanderlei; SEFFNER, Fernando. Florianópolis 1889/1930: estratégias de produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subordinadas. **História** (São Paulo. Online), v. 32, p. 354-376, 2013.

²⁴⁴ MACHADO; SEFFNER, 2013, Op. cit., p. 267.

Por este motivo foram responsabilizados o carcereiro, um guarda e dois particulares. Correu o respectivo processo sumário e os indiciados receberam a merecida punição, que servirá de escarmento a futuros maus funcionários e a particulares que pretendam favorecer a fuga de criminosos guardados em prisão²⁴⁵.

Encontramos informações sobre o preso e o carcereiro que o ajudou na fuga nos próprios registros da Cadeia. O fugitivo chamava-se Marcio Ferreira da Trindade, preso em maio daquele ano, com 22 anos de idade, casado, acusado de morte, constando nas observações de sua prisão que “fugiu no 27 do mês seguinte”. Já o seu principal ajudante, o carcereiro, era Adolpho José de Queiroz, de 44 anos, viúvo, e acabou também sendo preso por facilitar a fuga de Marcio. Não identificamos qual a motivação do crime de Marcio, nem o que fez Adolpho lhe ajudar na fuga. Anos mais tarde o ex-guarda passou pelo hospital, descrito agora como jornalista, com 46 anos de idade e de cor parda. Podem ser diversos e, até o momento, inalcançáveis os motivos pelos quais Adolpho auxiliou na fuga de Marcio. Fato é que o uso de seu cargo como praça responsável pela guarda da cadeia parece ter sido utilizado a favor de seus próprios interesses, ignorando o fato de que deveria servir a ordem e reprimir tal feito.

Outro acontecimento parecido, mas com objetivos aparentemente diferentes, se deu no dia 13 de março de 1908, como relata a matéria do jornal *A Opinião Pública*:

Refere a Gazeta

Na noite de quinta-feira última, por ocasião de espetáculo do cinematográfico, travou-se sério conflito em frente ao teatro, entre praças do exército e da guarda municipal. Foram disparados muitos tiros, produzindo pânico à população os gritos e o tumulto da luta, que parecia assumir sérias proporções.

Praças que se retiravam em direção ao quartel, invadiram a cadeia civil, quebrando os lampiões da rua, uma janela do xadrez e outros objetos que encontraram à mão, ateando fogo a uma cama. Da luta resultaram feridos: 5 praças do 30º batalhão de infantaria e 2 da polícia municipal²⁴⁶.

Ainda de acordo com o jornal, os conflitos e as desordens causadas pelos policiais e militares no centro da cidade só cessaram com a intervenção do Intendente municipal e coronéis que auxiliaram a encerrar o confronto. Mas, outra vez, independente das motivações dos envolvidos, é correto pensar que muito provavelmente o motivo para tamanha confusão possa ter tido cunho pessoal entre uns com outros trabalhadores. É

²⁴⁵ MUNICÍPIO DE ALEGRETE. Relatório apresentado pelo Intendente Manoel de Freitas Valle ao Conselho Municipal. 1904. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete – CEPAL. p.13.

²⁴⁶ Jornal A Opinião Pública. Pelotas, 13 de março de 1908, ed. 060, p. 01. Hemeroteca Digital Brasileira.

verossímil pensar que mais uma vez, assim como no caso do carcereiro pardo Adolpho, questões pessoais tenham sido colocadas a frente do papel de suas ocupações e o uso das próprias para efetuarem aquilo que julgavam necessário – ao menos naquele momento – para defender a si, seus companheiros, ou outras questões.

Ao envolverem-se em conflitos, os trabalhadores policiais e militares colocavam, por vezes, suas próprias ocupações em risco, mas quase nunca aceitavam que em risco ou dúvida fossem colocadas sua honra e reputação. Mas isso não acontecia apenas entre policiais e militares, embora aqui tenhamos priorizado suas experiências por conta da forte representação no conjunto de fontes analisadas. Era uma conduta normalizada naquela sociedade, como aconteceu com Justo Pires, personagem conhecido do leitor e da leitora, e que voltaremos a acompanhar nas próximas páginas.

Sabe-se que a região fronteira ficou conhecida ao longo do tempo pela violência praticada pelos homens que lá viveram²⁴⁷. O fato de se caracterizar como território de guerra e conflitos por excelência, legou aos indivíduos a memória e a experiência de um terreno poroso e instável. Mariana Thompson Flores e Jéssica Arend analisaram este processo no século XIX na mesma cidade aqui estudada (Alegrete, 1846-1855), demonstraram que mesmo em um período onde os ideais de civilidade, trabalho e modernidade não estivessem ainda em alta – como no caso do período final do século XIX e início do XX – já existiam preceitos básicos e entendimento de todas as camadas sociais sobre honra e reputação. Nesse sentido, as autoras evidenciaram que se em teoria, o confronto entre dois indivíduos representava a mesma coisa – conflito – na prática as coisas tomavam rumos diferentes, dependendo do perfil dos sujeitos envolvidos no embate. Para ricos, um duelo, com suas normas e teatralidade, legalizado por lei e compreendido pela sociedade. Para pobres, uma rixa, representação pura da desordem e descontrole. Mas, como dito anteriormente, os trabalhadores pobres tinham suas próprias interpretações sobre honra e reputação. De acordo com Thompson Flores e Arend, o que variava naquelas situações e contextos eram os motivos pelos quais os diferentes grupos sociais sentiam-se desonrados. As autoras concluem que o “desfecho violento poderia

²⁴⁷ THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. **Crimes de fronteira**: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889). Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Ver também: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Fronteiras de sangue no espaço platino: recrutamentos, duelos, degolas e outras barbaridades. In: **História em Revista**. Pelotas, RS Vol. 10, 2004.

significar a leitura que estes grupos tinham de justiça, mesmo que a violência não tenha sido o principal mecanismo de ajuste entre aqueles homens”²⁴⁸.

Mas de qual masculinidade estamos falando? Como vimos, a ideia de preservar a honra, reputação própria e de sua família, bem como evidenciar sua masculinidade, estava disseminada em todos os grupos sociais, que divergiam nos motivos pelos quais sentiam-se desafiados e/ou desonrados, sendo que estes motivos eram provenientes da realidade social onde os indivíduos estavam inseridos. É difícil e nem faz parte do nosso ofício julgar aquilo que era certo ou não em crimes que não presenciamos. Por isso seguir a lógica das explicações oferecidas pelas testemunhas, verificadas pela historiografia e imaginadas dentro daquele contexto nos parece um feito mais alcançável e propício metodologicamente.

É válido lembrar que estamos falando de um determinado grupo, recortado sobre os homens pobres e negros, sobretudo aqueles ocupados a serviço da ordem. Se para qualquer homem a reputação de sua honra valia muito, entre aqueles empregados nas forças de segurança pública, sendo negros, a questão poderia ser ainda mais profunda. Assim, é válido ressaltar que a forma de entender e teatralizar a masculinidade era ampla e variável, melhor entendida no plural, sempre atentando para as diferenças de classe e raça. Por isso, não aderimos a ideia de masculinidades hegemônicas e subalternas, por entender que estes termos não dão conta da complexidade das experiências daqueles indivíduos. Aqui estamos falando de homens da fronteira, onde a ideia de ser homem perpassava muito pelo trabalho braçal na lida campeira, pela forma violenta e “chucra” de se relacionar. Mas que certamente abrange outras questões. Como defendeu Sidney Chalhoub, é importante que tenhamos noção de que existiam normas próprias, regidas pelos seus próprios termos e que não devemos cair na armadilha de pensá-las como bárbaras e irracionais²⁴⁹.

Em relação às masculinidades negras, Marina Haack²⁵⁰ ofereceu uma análise acerca dos crimes cometidos por escravizados e libertos no município de Cachoeira/RS ao longo do século XIX. Para se ter ideia, um dos casos trabalhados pela autora foi o do crime cometido pelo escravizado Leopoldino, em novembro de 1886, onde o réu matou

²⁴⁸ THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha; AREND, Jéssica Fernanda. Noções de honra e justiça entre as classes populares na fronteira no Brasil meridional na segunda metade do século XIX - estudo de casos. *Revista AEDOS*, Porto Alegre, RS, n. 20, p. 296-315, ago. 2017. p. 304.

²⁴⁹ CHALHOUB, 2012, Op. cit., 302.

²⁵⁰ HAACK, Marina Camilo. **Sobre silhuetas negras: experiências e agências de mulheres escravizadas** (Cachoeira do Sul, 1850 - 1888). 2019. 229 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2019.

sua companheira, a liberta Madalena, após a mesma terminar o relacionamento que os dois mantinham. Como narra a autora, Madalena havia conquistado a liberdade e decidido migrar para outra cidade, sendo que Leopoldino não poderia a seguir, pois ainda vivia em escravidão. “O amásio abandonado esperou do lado de fora do quarto, até que Madalena saiu cravou-lhe o punhal em seu ventre e vendo a movimentação que a gritaria causou, partiu em fuga”. Parece que o réu até foi seguido pelos trabalhadores que presenciaram o ocorrido, mas não foi alcançado nem por eles, nem pela justiça, que ignorou seu paradeiro como trabalhador rural em Alegrete. Para Marina Haack, os homens negros que violentavam suas companheiras de vida e de escravidão faziam no sentido de demonstração de poder frente a subalternidade que já experienciavam frente aos senhores brancos e na hierarquia social como um todo. Segundo a autora, “a violência expressa por homens escravizados às suas companheiras de escravidão ou nos relacionamentos sexo-afetivos pode ser um indicativo de busca dessa 'hegemonia' ou fuga da 'subalternidade’”²⁵¹.

Nesse sentido, a partir dos casos por ela analisados, percebeu-se que os crimes cometidos por aqueles homens faziam parte de um entendimento de que suas honras e reputações estavam sendo feridas, que no caso de Leopoldino, ainda teria que suportar a ideia de que, além de ser abandonado, Madalena usufruía de condição acima da sua no que tange ao status jurídico. De acordo com a autora, os atos violentos eram “expressões dessas masculinidades feridas, onde a expectativa de que o poder masculino fosse respeitado encontrou recurso na violência contra a parceira”. Salienta-se que a ideia aqui não é de imbuir-se das visões elitistas e racistas daquela sociedade e argumentar a favor do enlace entre violência e homem negro. É, na verdade, compreender que existiam fatores que diferenciavam as experiências masculinas que estavam longe de serem homogêneas, independentes do grau de violência empreendido pelos indivíduos.

A partir da abordagem de Haack, é possível perceber outros contextos onde a questão da honra e masculinidade foi colocada em xeque, neste caso, no período escravista. Ainda, a partir dos casos aqui analisados, centrando nos homens pobres e negros que se empregaram nas forças policiais e militares, percebemos que a compreensão do que era ser homem e da forma como isso deveria ser exposto e defendido era variada, mas nunca ausente da relação entre aqueles indivíduos.

²⁵¹ HAACK, 2019, Op. cit., p. 196.

Finalmente, percebemos que o emprego nas forças policiais e militares fez parte, em grande medida, das estratégias de trabalhadores negros para se colocarem no mercado de trabalho. Em muitos casos, essas ocupações eram passageiras, em outros, duradouras. Para muitos trabalhadores o emprego em tais corporações significou ingresso no mundo de outras ocupações, mais especializadas e que recebiam maior prestígio social. Para outros tantos, trabalhar fardado não representava grande coisa frente às suas relações familiares e sociais, que assumiam maiores importâncias. O fato é que o emprego na polícia, no exército e em outras forças neste sentido constituiu-se como uma alternativa aos homens negros, que de uma forma ou outra, empenharam-se em subverter a nova ordem do trabalho que tentava se colocar de cima para baixo.

3.3 OUTROS CENÁRIOS DE TRABALHO NO ALEGRETE PÓS-ABOLIÇÃO

Era mais um dia comum de trabalho na lida rural. Em 04 de fevereiro de 1901, Felipe Dorneles da Costa e sua companheira, Maximiana Francisca de Paula, trabalhavam na mangueira da fazenda de Pedro Antônio Pires, no segundo distrito de Alegrete, onde se ocupavam da retirada de leite. Pela redondeza, outros indivíduos também desenvolviam seus labores voltados à manutenção da propriedade e dos animais. Justo Pires, um daqueles trabalhadores, ao aproximar-se do casal, proferiu xingamentos a Maximiana, afirmando que ela havia maltratado, no dia anterior, sua enteada, a menor Maria.

Passando das palavras as vias de fato, Justo agrediu a Felipe e Maximiana, dando em ambos com um relho. Felipe reage armado de uma faca e fere Justo na mão direita. Então o denunciado Justo, tira da conta, com a mão esquerda, um revólver, e atira sobre os seus dois adversários, ferindo Maximiana no braço direito, que fraturou, e indo a mesma bala encavar-se sobre a borda do estomago de Felipe²⁵².

Ao longo do processo não são mencionadas as cores dos envolvidos. Porém, como estavam feridos, buscaram atendimento na Santa Casa, sendo assim, foi possível identificar outras informações a partir de suas internações: Maximiana Francisca de Paula, jornaleira, com 40 anos de idade, casada e de cor indiatca²⁵³; Felipe Dorneles da

²⁵² Processo-crime, n. 3578, 1901. APERS.

²⁵³ Livro de registros de Entradas e saídas do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete (CEPAL). Registro 2094.

Costa, de 26 anos, jornalista e de cor preta²⁵⁴. Justo Pires ingressou no hospital após dois dias do ocorrido, pois antes foi preso e interrogado na cadeia por ter sido ele o causador dos maiores ferimentos provindos da arma de fogo. Em seus registros, foi anotado que também era jornalista, tinha 36 anos e era preto²⁵⁵. Aqui, novamente, voltamos à questão da complexa teia de designações, abordada no capítulo dois. Temos Maximiana, descrita como casada, ao que tudo indica com Felipe, mas ele mesmo é descrito como solteiro, mesmo que ambos tenham ingressado na instituição ao mesmo tempo. Independente das classificações, é certo que ali havia uma relação.

A primeira pessoa a ser chamada como testemunha foi o proprietário da fazenda e patrão dos envolvidos. Pedro Antônio Pires tinha 68 anos de idade e era dono de uma grande fazenda no interior do município, local conhecido como *Casa Branca*, que inclusive segue em funcionamento até os dias de hoje²⁵⁶. Pires nasceu na década de 1830, casou com Manoela Francisca de Carvalho e teve quatro filhos. Um deles, Antônio José Pires, com 32 anos em 1901, também foi chamado a depor. Tanto o pai quanto o filho relataram nada saber, pois não presenciaram o fato e apenas souberam do ocorrido depois do caso passado.

Gaudencio Simplício da Rosa, de 25 anos de idade, solteiro, foi único trabalhador que presenciou o acontecimento, contando que viu Justo se aproximar de Maximiana e proferir a ela palavras injuriosas em defesa de sua enteada, ao que Felipe viu, não gostou e o conflito iniciou. Em sua própria defesa, Justo alegou ter sido Felipe quem deu início a violência, da qual ele só pode se defender utilizando o revólver que carregava. Ainda, Justo contou que, antes da desavença passar para o embate físico, disse a Felipe que: “tu eras muito bom rapaz, porém desde que te juntastes com Maximiana estas muito diferente”. Ao que Felipe não aceitou e ambos entraram em confronto.

O cenário deste conflito evidencia um cotidiano de trabalho comum à época em que estamos trabalhando. Como vimos, a urbanização acelerada não foi uma realidade no Alegrete do imediato pós-abolição. O município seguiu dependendo economicamente dos campos e trabalhadoras e trabalhadores, por mais que conseguissem oportunidades no espaço urbano, tinham no ambiente rural o principal lugar para lograr uma ocupação.

²⁵⁴ Livro de registros de Entradas e saídas do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete (CEPAL). Registro 2095.

²⁵⁵ Livro de registros de Entradas e saídas do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete. Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete (CEPAL). Registro 2096.

²⁵⁶ Ver em: < <https://www.brangus.org.br/noticias-raca-brangus/fernando-corra-osrio-criador-da-semana> >. Acesso em 03/04/2023.

Muitas negras e negros continuaram nas mesmas estâncias onde haviam convivido com a escravidão, outros tantos resolveram se desvincular totalmente da relação com a família escravista.

A família Pires, da qual Pedro Antônio fazia parte, era extensa e muito adepta da escravidão. Só da década de 1870 em diante, Pedro e um dos seus sete irmãos, Onofre Antonio Pires, classificaram, juntos, 17 escravizados, das mais variadas idades e ofícios. Nesta lista, dois indivíduos nos chamaram atenção entre aqueles trabalhadores escravizados classificados por Onofre: Justo, de 9 anos, e Felipe, com 10 anos de idade. Seriam estes os mesmos trabalhadores que anos depois, em liberdade, trabalhando na fazenda do irmão de seu ex-proprietário se envolveriam em um conflito?

Em 1884, aquele mesmo ano em que os escravistas de Alegrete e de outras diversas regiões do Estado e do país passaram a conceder liberdades condicionais a fim de manterem a dominação sobre os trabalhadores escravizados, Onofre vende Justo e Felipe. Não conseguimos apurar para quem os pequenos trabalhadores foram vendidos, mas é válido supor que entre os acordos de família, Justo e Felipe tenham sido negociados.

Porém, verificando as idades de ambos, percebemos que há uma incongruência em nossa hipótese, pois, se Felipe em 1901 tinha 26 anos, ele teria nascido após Lei do Ventre Livre e como a própria lei aponta, seria livre. Já Justo, com seus 36 anos de idade, nascido na década de 1860, poderia ter de fato, nascido em escravidão.

O mesmo sobrenome de Justo e da família de seu patrão é uma outra questão a ser avaliada nesta possível relação. De acordo com Rodrigo Weimer, a prática de nomeação entre as famílias negras era algo intergeracional, onde se legavam nomes e pronomes que viravam sobrenomes; mas em muitos casos, os nomes e sobrenomes eram herdados da própria família escravista²⁵⁷. Ter um sobrenome no pós-abolição era também um ato político, que conferia veracidade a seus atos e falas, sobretudo quando se estava frente às autoridades. Porém, ao longo dos depoimentos no processo aqui trabalhado, volta e meia era redigido – sim, redigido, pois não temos certeza de até onde ia o filtro e a “tradução” das falas feitas pelo escrivão – que um trabalhador chamava o outro de “de Tal”. Gaudencio, por exemplo, se referiu, ao que o documento aponta, a Justo e Maximiana

²⁵⁷ WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **A gente da Felisberta**. Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c. 1847 – tempo presente). Tese (Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013. P. 232-237.

como “de Tal”. Na descrição do crime na primeira folha do processo, Justo também aparece com este sobrenome, o que representava, talvez, a ausência de um. Weimer explica que

Não há menor dúvida de que a partícula “de tal” era empregada de forma a desqualificar aquele a quem se referia. A rigor, era utilizada quando o sobrenome de alguém não era conhecido. Contudo, sua carga semântica extrapolava isso em muito, tendo em vista todos estigmas sociais – de desenraizamento, vagabundagem, etc – que poderiam acompanhar aqueles que possuíam apenas seu pronome²⁵⁸.

Enfim, o sobrenome de Justo poderia de fato ter sido herdado da família com a qual manteve relações de trabalho forçado em um recente passado, e poderia não ser reconhecido por terceiros no pós-abolição, no caso de Gaudencio ou do escrivão. Nos registros de entrada no hospital, Pires acompanha seu nome, assim como na maior parte do processo criminal²⁵⁹.

Salienta-se nesse sentido, a amplitude de experiências que foram compartilhadas por trabalhadoras negras e negros no pós-abolição. Independente de terem sido ou não escravizados, embora as evidências aqui levantadas, sobretudo no caso de Justo Pires, estejam apontando que sim, o certo é que o convívio entre aqueles indivíduos foi cercado e moldado a partir daquilo que eles haviam presenciado, experienciado, de perto ou de longe, ao longo de suas vidas.

A forma como Justo aborda Maximiana também informa sobre aquelas experiências. Ao utilizar um relho como instrumento coercitivo sobre ela e seu companheiro, Justo reproduzia um feito recentemente abolido por lei da sociedade, mas que ainda muito se fazia presente, inclusive entre os trabalhadores negros, como no caso aqui analisado.

Casos como este foram encontrados em outras situações onde trabalhadores negros estavam ocupados em Alegrete antes e depois da abolição da escravidão. No dia 13 de março de 1884, por exemplo, foi preso o pardo liberto Manoel Américo por ter

²⁵⁸ WEIMER, 2007, Op. cit., p. 259.

²⁵⁹ A questão do sobrenome é complexa e difícil de decifrar em muitos casos. A prática nominativa englobava diversas questões. Na própria família Pires existe um caso ilustrador daquilo que se configurou como uma prática comum, sobretudo no contexto estudado. Antônio José Pires, filho de Pedro Antônio Pires – percebe-se aqui a herança do “Antônio”, que vem do pai de Pedro – teve seis filhos em uma relação não reconhecida com Francisca da Silva. No testamento de Pedro, que morreu na década de 1910, ele aponta para o reconhecimento daqueles que seriam seus netos: Rufino, Amador, Amalia, Antônia, Belmira e Palmira, todos da Silva, e não Pires. Se fossemos seguir a família a partir deles, o processo seria ainda mais dificultoso, pois o pai não foi registrado.

revidado e ferido Francisco Machado da Silveira, que havia lhe castigado com um chicote. Silveira era um escravista residente no município que provavelmente utilizava dos serviços de Américo de forma contratual após a conquista de sua liberdade²⁶⁰. Já em 8 de setembro de 1903²⁶¹, no Matadouro Público do município, um conflito começou quando Eduardo Vieira proferiu palavras injuriosas contra Arthur Rodrigues Quevedo, de 17 anos de idade e trabalhador daquele estabelecimento e logo em seguida o agrediu com dois “relhaços”, ao que Vieira respondeu com um golpe de faca, ferindo o estômago de Quevedo.

Além disso, o relho naquela sociedade, majoritariamente rural, figurava quase como um instrumento de trabalho da lida campeira, então estava presente em quase todos estabelecimentos. De qualquer forma, não podemos ignorar o fato de que, mesmo não sabendo ao certo os motivos de Justo, Manoel e Arthur ao fazerem uso do objeto para ferir terceiros, certamente eles – e a sociedade como um todo – estavam informados por uma cultura violenta e hierarquizante da qual conviveram direta ou indiretamente num passado bem recente das suas vidas e cujas hierarquias talvez quisessem reproduzir. Nesse seguimento, Weimer pontuou que na sociedade sulina dos oitocentos, o uso do relho como arma era extremamente presente nos conflitos sociais, sobretudo quando haviam sujeitos negros envolvidos. De acordo com o autor:

O que tornava um ferimento causado por relho uma justificativa suficiente para o homicídio ou agressão era, além da lástima física, a ligação simbólica desta arma com o suplício imposto aos escravos. Ferir alguém com um relho não apenas machucava, mas também rebaixava socialmente, humilhava ao aproximá-lo do cativo²⁶².

Ao longo do segundo capítulo, observamos que entre as diversas pessoas que passaram pelo o hospital, o desígnio de “casado” era para poucos. E entre os poucos, a maioria era gente branca. Mas, como também debatido no referido capítulo, sabe-se que as relações entre as pessoas pobres e negras existiam e eram duradouras desde antes da abolição²⁶³. Além disso, a compreensão da ideia de família extrapolava aquela entendida

²⁶⁰ Jornal A Federação. Porto Alegre, 13 de março de 1884, ed. 060, p. 01. Hemeroteca Digital Brasileira. Não temos indícios documentais de que o liberto Manoel Américo tenha sido escravizado por Silveira, visto que ao classificar seus escravizados na década de 1870, não consta registro em nome de Manoel.

²⁶¹ Processo-crime, n. 3607. 1903. Alegrete. APERS.

²⁶² WEIMER, 2007, Op. cit., p. 40.

²⁶³ Ver: GOÉS, José Roberto; FLORENTINO, Manolo. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico**, Rio de Janeiro, c.1790-c. 1850. Rio de Janeiro: Editora Unesp, 2017. MATTOS, Hebe. **Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

pela parcela branca da população. Ou seja, pai, mãe, tia, padrasto, madrasta, avó, tudo poderia ser entendido como família, mas os documentos não permitem enxergar com tanta simplicidade assim. E ao fim, pessoas negras e pobres, geralmente, não tinham suas relações reconhecidas e a elas, pelo menos na documentação aqui analisada, era relegada a solteirice no campo a ser preenchido. No entanto, no caso aqui analisado temos exemplos do contrário disso, evidenciando a complexibilidade das diferentes situações.

O trabalhador negro Justo Pires, por exemplo, iniciou um conflito, pelo que consta nos depoimentos, em razão do possível xingamento de Maximiana a sua enteada. De acordo com o réu, antes do conflito físico ter início, ele indagou a Maximiana “pelo que é que ela andava espancando a Maria (menor e sua enteada) e disse mais nessa ocasião, quando ela lhe faltar [com respeito] me diga que eu saberei castigar”²⁶⁴. Assim, Justo demonstra em depoimento, ou pelo menos tentou em vista de livrar-se do processo, que apenas a ele recaia o compromisso de educar a menor Maria, sua responsabilidade, exaltando a figura de homem da casa e “chefe” de família.

Ainda, no caso de Maximiana e seu companheiro, Felipe, ambos são registrados com classificações diferentes no campo do estado civil. No hospital, Maximiana é casada e Felipe solteiro, sendo que ambos, ao que tudo indica, ingressaram juntos na instituição de saúde. No processo, nos depoimentos de Maximiana, quando lhe é perguntado seu estado civil, sempre é anotado o termo “casada”, ao passo que nas transcrições das falas de Felipe, consta solteiro. Além disso, até em falas de terceiros a designação não é a mesma que aquela – possivelmente – elencada pela trabalhadora. No depoimento de Gaudencio, afirma que Maximiana era “amante” / “amasia” de Felipe, algo que ocorre também no depoimento de Justo e no do próprio Felipe, que se refere a Maximiana como “companheira”. O que estamos querendo chamar atenção aqui é para a complexidade das relações no que tange ao registro, mas que poderia ser muito mais simples do que aparenta no cotidiano. Felipe e Maximiana, ele negro, ela *indiatuca*, poderiam manter uma relação afetiva, sem registro formal de casamento, algo que não era aceito facilmente pelas instituições, sobretudo de justiça e saúde, aqui analisadas.

Por outro lado, a diferença entre as designações dos estados civis de Felipe e Maximiana poderia ser uma estratégia dela própria. Imaginemos uma trabalhadora, pobre, não branca, frente a autoridades judiciais como testemunha de um caso onde seu companheiro estava sendo acusado. O fato de se colocar enquanto uma mulher casada

²⁶⁴ Processo-crime, n. 3578. 1901. Alegrete. APERS.

com Felipe, pode ter sido visto por ela como algo que lhe garantiria veracidade no depoimento e em sua versão da história. Por ser mulher, se colocar como solteira, que matinha relações com um trabalhador, companheiro de labuta, poderia ser mal interpretado aos olhos do júri para o qual estava depondo. Karine Damasceno observou as estratégias empreendidas por trabalhadoras pobres e negras no momento em que eram chamadas para depor em processos criminais, percebendo que elas forjavam suas próprias representações quando inquiridas, com o objetivo de se mostrarem “passivas, submissas e dedicadas às coisas do lar, modelo referenciado pela sociedade”²⁶⁵. Enfim, uma possibilidade, tanto para ela, de se livrar e livrar seu companheiro de um possível julgamento, quanto para nós, no que tange a compreensão do ocorrido.

O caso exposto, tanto do casal Maximiana e Felipe, quanto de Justo, que empreendeu um conflito em favor da defesa de sua enteada, representa outras formas de relação, de família e de solidariedades. Apresenta um conflito onde ambas as partes tinham justamente como razão de embate, a defesa de pessoas com as quais os envolvidos mantinham relações de afeto. Ainda, como no caso dos policiais e militares abordados anteriormente, que se envolviam em conflitos, novamente a questão do trabalho fica em segundo plano, frente às demandas da vida pessoal, visto que a rixa foi ocasionada em momento de labuta.

Carlos Eduardo Coutinho, em seu estudo sobre família, migração e sociabilidades negras no Rio de Janeiro pós-abolição, percebeu que a questão familiar estava no centro dos objetivos de boa parte da população negra liberta da escravidão. Muitas daquelas pessoas, imediatamente após a abolição, buscaram os cartórios para formalizar seus laços afetivos e registrar seus filhos provindos daquelas relações. Coutinho, percebeu, inclusive, que o grupo que mais buscou “o reconhecimento de seus filhos, pelo governo brasileiro, foram os não brancos”²⁶⁶, não apontando para a ideia de superioridade branca no que tange a organização, possibilidades e conhecimento da estrutura burocrática pública em relação aos negros e negras.

No caso do Rio Grande do Sul, Rodrigo Weimer e Franciele Rocha de Oliveira demonstraram a importância da formalização das relações familiares e o forte impacto da família, independente do formato, na vida da população negra no pós-abolição em suas

²⁶⁵ DAMASCENO, 2016, Op. cit., p.191.

²⁶⁶ COUTINHO, 2020, Op. cit., p. 54.

diversas escalas²⁶⁷. No caso de Alegrete e região, ainda não foram elaborados estudos sistemáticos em relação a constituição de famílias negras após a abolição, algo que se assemelha aos estudos pro resto do país, onde a família negra foi mais avaliada e pesquisada no contexto de escravidão²⁶⁸. Sendo assim, não foi possível cruzar tais dados com aqueles obtidos nos registros de entrada do hospital. O fato é que havia aquelas pessoas que seguiam com suas relações sem o registro documental, e aquelas que entendiam o documento como uma prova de cidadania, de emancipação e liberdade. Ambas as compreensões e ações praticadas por aqueles indivíduos eram legítimas e evidenciam as estratégias empreendidas para conviver e manejar as situações colocadas por uma realidade racialmente hierárquica e, conseqüentemente, desigual.

Neste caso, ainda conseguimos analisar, mesmo que pontualmente, o cotidiano de trabalho de alguns daqueles sujeitos que compuseram, por exemplo, a imensa família de jornaleiros, abordados no capítulo anterior. Percebe-se que a ocupação na lida rural não era apenas exercida por trabalhadores homens, como defendemos anteriormente, pois Maximiana estava empenhada nos mesmos afazeres que seus companheiros de ofício. É possível que sim, houvesse algum direcionamento de determinadas tarefas divididas por sexo. Mas no geral, as mulheres, sobretudo não brancas, estavam presentes nos campos, e não apenas dentro do espaço físico das residências. É válido lembrar que, ao ingressarem no hospital, os três sujeitos foram descritos como jornaleiros, trabalhadores sazonais, com pouca especialização. Sendo assim, o trabalho na fazenda de Pedro Pires poderia ser passageiro para alguns deles.

É válido lembrar os dados apresentados no capítulo anterior sobre as ocupações das mulheres, que demonstraram ser ínfimo o registro de trabalhadoras na lida rural, seja na agricultura ou na pecuária. A maioria das mulheres negras teve como ocupação registrada, assim como os homens, a designação “jornaleira” e “agencia”. Isso demonstra, como já pontuado, que aquelas classificações guardavam um mundo de significados de difícil compreensão, mas adepta a *hipóteses controladas*. Controlada por não ser apenas um achismo, baseado na invenção, mas na expectativa, na possibilidade de aquilo de fato ter configurado uma realidade. E o caso de Maximiana, que naquele momento (do processo e ingresso no hospital) estava desenvolvendo seus ofícios como jornaleira no

²⁶⁷ WEIMER, 2013, Op. cit. OLIVEIRA, Franciele Rocha de. **Dos Laços entre José e Innocência: trajetórias de uma família negra entre a escravidão e a liberdade no Rio Grande do Sul.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

²⁶⁸ COUTINHO, 2020, Op. cit., p. 61.

trabalho rural, demonstra muito bem a forma como aquela ocupação, tão abrangente, era experienciada pelos sujeitos. É provável que tempos antes ou depois do ocorrido ela tenha desenvolvido outras atividades, umas mais urbanas, outras mais rurais, algumas mais voltadas ao ambiente doméstico, outras para além dele. O que fica evidente, é a experiência não só de Maximiana Francisca de Paula, mas das mulheres pobres e negras na luta pelo trabalho e estabilidade na vida ocupacional e pessoal.

Decidimos apresentar este caso ao fim desta pesquisa, por ele ilustrar um cotidiano de trabalho que, depois de tudo o que vimos ao longo da investigação, parece ter sido o mais comum na vida de trabalhadoras e trabalhadores negros. O trânsito entre o campo e a pequena cidade, o trabalho sazonal e na maioria dos casos precário, as estratégias utilizadas para defender a si e os seus, o próprio sentido de trabalho. Refletir sobre o pós-abolição nestas regiões é abrir uma janela de possibilidades, de mudanças e permanências e versões de uma história que não foi única, mas também não tão diferente. Ser negro em Alegrete, no Rio de Janeiro ou em São Paulo no pós-abolição implica em muitos atributos semelhantes. Porém ser um trabalhador ou trabalhadora negra nestas localidades também implica experiências totalmente diferentes, seja na composição de relações pessoais, seja nas ocupações desenvolvidas. Nesse sentido as experiências no cotidiano de Maximiana, Felipe, Justo e a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras daquela localidade que eram negras e negros, demonstram agências e interpretações de cidadania e liberdade. Pois, embora nem todos aqueles sujeitos negros abordados aqui tenham convivido com a escravidão diretamente, a reestruturação das hierarquias e as tentativas de dominação se refizeram no pós-abolição, colocando frente a população trabalhadora negra a demanda pela reinvenção da luta contra aquele aparato. Algo que foi empreendido por todas e todos a partir das formas e contendas que julgaram possíveis e necessárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma pesquisa que pretendeu somar a uma historiografia recentemente preocupada em conhecer e problematizar a vida e o trabalho de negras e negros em Alegrete no pós-abolição não pode finalizar. Chegando ao fim destas análises, pode-se dizer que conhecemos um pouco do mundo dos Antônios, Justos, Felippes, Maximianas e seus tantos companheiros de história. Portanto, nestas últimas páginas, retomamos algumas questões que foram colocadas lá na introdução: Mas o que isso nos conta sobre o passado ou o presente? Seriam estes dados, heranças do passado escravista brasileiro? Ou estes seriam problemas impostos pela liberdade conquistada em 13 de maio de 1888? Qual foi o destino das trabalhadoras e dos trabalhadores negros após esta data? Onde passaram a desenvolver suas atividades ocupacionais? Qual era o perfil destes trabalhadores e trabalhadoras?

A partir do conhecimento sobre trabalhadoras e trabalhadores negros no Alegrete pós-abolição, percebeu-se que as questões envolvendo suas ocupações e meios de vida eram muito mais complexas. Ao longo do século XIX, conforme a historiografia demonstrou, a dicotomia peão-estancieiro não se configurou, pois existiam outros trabalhadores compondo a mão de obra. Depois da abolição, percebemos que o processo de racialização também não configurou uma dicotomia, pois a sociedade era bem mais matizada do que apenas dividia entre brancos e negros. Percebemos um mundo do trabalho composto por trabalhadores brancos pobres, indígenas, pretos e pardos.

Assim, ao olhar para o principal observatório analítico da pesquisa, os registros hospitalares, percebemos que tínhamos em mãos um grande exemplar do que era o perfil do trabalho naquela sociedade. Estavam ali nacionais de todas as tons epidérmicos e em menor número (mas estavam) imigrantes das mais variadas nacionalidades. Mesmo assim, a representatividade dos indivíduos não brancos sobressaiu aos outros grupos raciais, transformando a documentação em uma janela prioritária para aquele contexto e aquilo que buscávamos como objeto de pesquisa.

Percebemos que ao longo dos últimos anos do século XIX e início do XX os problemas enfrentados pelas trabalhadoras e trabalhadores negros não se configuraram apenas enquanto heranças da escravidão, mas também foram fruto de um processo de renovação da precariedade e das formas de controle social que visava reorganizar a sociedade em uma nova ordem do trabalho, como pontuaram os autores e autoras que utilizamos como referencial. Em Alegrete, mesmo tratando-se de uma região afastada dos grandes

centros, com um mundo rural muito mais presente do que o urbano, o problema não foi diferente. A sazonalidade do trabalho fomentou tal marginalização, ao passo que a maioria dos trabalhadores negros viviam de jornadas, trabalhando de forma ocasional. Ao mesmo tempo em que as mudanças estruturais ocorridas no município naquele período fomentaram a disponibilidade de outras ocupações para aqueles indivíduos.

Ao analisar a documentação hospitalar, percebeu-se a potencialidade de tal fonte, que mesmo anos após a abolição da escravidão, permaneceu anotando a cor dos indivíduos que por lá passaram, tornando-se um excelente observatório para compor uma história social do trabalho que, finalmente, leve em consideração o “componente cor” dos sujeitos analisados e suas peculiaridades. Assim sendo, vimos que os sujeitos que mais acessavam o HSCCA eram pessoas pobres, em grande maioria não brancas e ocupadas em ofícios não especializados. Acerca das mulheres, não estavam diretamente ligadas ao serviço doméstico, mesmo que desempenhassem em número considerável, muitas estavam trabalhando na lida rural, como foi o caso de Maximiana Francisca de Paula, que manejava animais lado a lado com seus companheiros trabalhadores homens.

Mesmo que observando uma parcela majoritariamente pobre da população, percebemos que existiam diferenças no acesso a determinadas ocupações e formas de se colocar no mercado de trabalho. Separando as designações de profissões nas fontes, observamos que treze classificações apareciam apenas quando referia-se a pessoas brancas, ao passo que negras e negros estavam mais concentrados naquelas que exigiam menor especialização. Ainda assim, não tratamos isso como exclusividade das e dos trabalhadores brancos, visto que conhecemos casos de especialistas negros. O que esteve em debate foi o alcance, o acesso a determinadas ocupações, isto sim, com diferenças verificáveis.

O emprego como militar e policial se mostrou como uma efetiva oportunidade para os homens negros de Alegrete, assim como confirmado para outras regiões do país. Mesmo que para muitos o emprego nestas corporações também fosse sazonal, para preencher momentos sem ocupação. Para outros era tido como forma de diferenciação social, prestígio e melhor colocação no mercado de trabalho. Além de perceber a forma como aqueles indivíduos viviam a cidade e se relacionavam com seus iguais e com terceiros.

A partir deste estudo, foi possível então conhecer as múltiplas formas pelas quais os sujeitos se constituíram, se relacionaram, e manejaram suas resistências, acomodações e estratégias em meio a uma estrutura bastante porosa e hostil as experiências de

trabalhadoras e trabalhadores negros no Alegrete pós-abolição. Finalmente, espera-se que o estudo empreendido e exposto nas páginas que passaram, possa contribuir para o entendimento e o reconhecimento das e dos trabalhadores negros do passado e do presente.

FONTES

Arquivo Histórico de Alegrete Miguel Jacques Trindade – AHAMJT

Demonstrativo dos presos na Cadeia Municipal de Alegrete (1901-1904)

Termo de Compromisso dos Funcionários da Intendência Municipal de Alegrete (1908-1915)

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS

Processo-crime, n. 3459. 1889.

Processo-crime, n. 3479. 1889.

Processo-crime, n. 3479. 1899.

Processo-crime, n. 3494. 1890.

Processo-crime, n. 3530. 1901.

Processo-crime, n. 3536. 1899.

Processo-crime, n. 3562. 1900.

Processo-crime, n. 3578. 1901.

Processo-crime, n. 3607. 1903.

Centro de Estudos e Investigações em História da Educação da Universidade Federal de Pelotas

MUNICÍPIO DE ALEGRETE. Relatório apresentado pelo Intendente João Benício da Silva ao Conselho Municipal. 1887.

MUNICÍPIO DE ALEGRETE. Relatório apresentado pelo Intendente Frederico Ortiz ao Conselho Municipal. 1899.

MUNICÍPIO DE ALEGRETE. Relatório apresentado pelo Intendente Frederico Ortiz ao Conselho Municipal. 1900.

MUNICÍPIO DE ALEGRETE. Relatório apresentado pelo Intendente Manoel de Fretas Valle Filho ao Conselho Municipal. 1901.

MUNICÍPIO DE ALEGRETE. Relatório apresentado pelo Intendente Manoel de Fretas Valle Filho ao Conselho Municipal. 1902.

MUNICÍPIO DE ALEGRETE. Relatório apresentado pelo Intendente Manoel de Fretas Valle Filho ao Conselho Municipal. 1903.

MUNICÍPIO DE ALEGRETE. Relatório apresentado pelo Intendente Manoel de Fretas Valle Filho ao Conselho Municipal. 1904.

MUNICÍPIO DE ALEGRETE. Relatório apresentado pelo Intendente Manoel de Fretas Valle Filho ao Conselho Municipal. 1908.

Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete – CEPAL

Livro de Registro de entradas e saídas dos enfermos do Hospital Santa Casa de Caridade de Alegrete (1876-1923)

Relatório da Santa Casa de Caridade apresentado à Assembleia Geral em 01 de janeiro de 1907.

Hemeroteca Digital Brasileira

Jornal A Federação. Porto Alegre, 13 de março de 1884, ed. 060, p. 01. Hemeroteca Digital Brasileira.

Jornal A Federação. Porto Alegre, 12 de novembro de 1884, ed. 261, p. 02. Hemeroteca Digital Brasileira.

Jornal A Opinião Pública. Pelotas, 13 de março de 1908, ed. 060, p. 01. Hemeroteca Digital Brasileira.

Jornal Libertador. Fortaleza, 05 de maio de 1890, edição 103, p. 3. Hemeroteca Digital Brasileira.

Jornal A Federação, Porto Alegre, 18 de novembro de 1906, p. 2. Hemeroteca Digital Brasileira.

Jornal A Federação. Porto Alegre, 27 de julho de 1899, ed. 170, p. 01. Hemeroteca Digital Brasileira.

Jornal A Federação. Porto Alegre, 02 de agosto de 1899, ed. 175 p. 01. Hemeroteca Digital Brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILAR, Maria do Carmo Moreira. **Experiências de trabalho de libertas, libertos e seus descendentes em Cruz Alta no Rio Grande do Sul (1870-1900): Uma abordagem social**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALMALEH, Priscila. Estudo de gênero no período pós-emancipação a partir dos Registros de Matrícula da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1889-1895). **HISTÓRIA UNICAP**, v. 3, p. 294, 2016.

ALMALEH, Priscila.; FLORES, Giane.; ALMEIDA, Vinícius. Cor, moradia e trabalho: A Distribuição Espacial e Laboral da População Negra em Porto Alegre no Final do Século XIX. **Ofícios de Clio**, v. 1, p. 1, 2016.

ALMALEH, Priscilla. Ser Mulher: **Cotidianos, Representações e Interseccionalidades da Mulher Popular (1889-1900)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2018.

ANDREWS, George. **Negros e Brancos em São Paulo (1888-1980)**. Bauru: EDUSC, 1998.

ARAÚJO FILHO, Luiz. **O Município de Alegrete**. Alegrete: O Coqueiro, 1908.

AREND, Silvia Maria Fávero. **Casar ou amasiar?** a família popular em fins do século XIX. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

BAHLIS, Marcelo. **Ladrões de gado: relações de trabalho e o direito de propriedade na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1888-1910)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, p. 144, Santa Maria, 2019.

BRUNHAUSER, Felipe Farret. **Menores populares na Primeira República (Santa Maria, 1917 – 1921)**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, p. 83, 2018.

CARATTI, Jonatas. **O solo da liberdade: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos de processo abolicionista uruguaio (1842-1862)**. São Leopoldo, Oikos/Editora UNISINOS, p. 454, 2013.

CARVALHO, Daniela Vallandro de. **Entre a solidariedade e animosidade: os conflitos e as relações interétnicas populares – Santa Maria 1885-1915**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.

CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). **Revista História Social**, Campinas, n. 19, p. 33-61 segundo semestre de 2010.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botiquim**: o cotidiano dos trabalhadores no rio de Janeiro na belle époque. São Paulo: Editora Unicamp, 2012.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 14, n. 26, p. 16-46, set. 2009.

COOPER, Frederick; HOLT, Thomas Cleveland; SCOTT, Rebecca Jarvis. **Além da Escravidão**: Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COORÊA, Anderson Romário Pereira. **Movimento Operário em Alegrete**: a presença de imigrantes e estrangeiros (1897 – 1929). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, p. 215, 2010.

CRUZ, Lisiane Ribas. “Precisa-se de uma menina de 12 anos de idade para cuidar de creança”: O trabalho Infantil na Primeira República (Porto Alegre/RS). **Aedos**, Porto Alegre, v. 7, n. 17, dez. 2015.

DAMASCENO, Karine Teixeira. Labuta, sociabilidade, solidariedade e conflito: mulheres pobres, trabalhadoras e negras em Feira de Santana, 1890-1920. **Revista Mundos do Trabalho**, n. 16, v. 8, Florianópolis, 2016.

DAVIS, ÂNGELA. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOMINGUES, Petrônio. Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. **Anos 90** (UFRGS. Impresso), v. 30, p. 215-250, 2009.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. “Nos rodeios, nas roças e em tudo o mais: trabalhadores escravos na Campanha Rio-grandense, (1831-1870). *In*: II ENCONTRO NACIONAL: ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 2005, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre, p. 1-18.

FARINATTI, Luis Augusto Ebling. **Confins Meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

FARINATTI, Luís Augusto. Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 57-72, 2008.

FLORES, Giane Caroline. **Sob a farda da polícia**: Controle social, trabalho, cor e prestígio (Porto Alegre, fins do século XIX). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, p. 214, 2018.

FONSECA, Marcus V. Apontamentos para uma problematização das formas de classificação racial dos negros no século XIX. **Revista de Educação Pública** (UFMT), v. 18, p. 201-221, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 9º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FRAGA, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GARCIA, Graciela Bonassa. **Terra, trabalho e propriedade**: A estrutura agrária da campanha rio-grandense nas décadas finais do período imperial (1870-1890). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, p. 208, 2010.

GIL, Lorena Almeida. **Um mal do século**: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS), 1890-1930. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 317, 2004.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HAACK, Marina Camilo. **Sobre silhuetas negras**: experiências e agências de mulheres escravizadas (Cachoeira do Sul, 1850 - 1888). 2019. 229 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2019.

HOCMAN, Gilberto. LIMA, Nísia Trindade. Pouca saúde e muita saúva: Sanitarismo, interpretações do país e ciências sociais. In: HOCMAN, Gilberto (Org.) **Cuidar, controlar, curar**: ensaios sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

KORNDÖRFER, Ana Paula; BRUM, Cristiano Henrique de; ROSSI, Daiane Silveira; FLECK, Eliane Cristina Deckmann; e QUEVEDO, Éverton dos Reis (Orgs.) **História da assistência à saúde e à pobreza**: olhares sobre suas instituições e seus atores. São Leopoldo: Oikos, p. 19-41, 2017.

KRAAY, Hendrik. “Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos”: o recrutamento de escravos na guerra da independência na Bahia. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, n. 43, v. 22, 2002.

KROB, Bruna Emerim. Emancipação de escravos e controle sobre trabalhadores libertos: os registros policiais da Cadeia Civil de Porto Alegre (1884 – 1888). **Aedus**: Revista do Corpo Discente do PPG-História da UFRGS, vol. 7, nº 17, p. 144-168, 2015.

LAGUARDIA, Josué. O uso da variável “raça” na pesquisa em saúde. **Physis**, 2004, Jul; 14(2): 197-234.

LARA, Silvia Hunold. Blowin in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. **Projeto História**. São Paulo, n. 12, p. 43-56, 1995.

LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. **Projeto História**. São Paulo, v. 16, p. 25-38, 1998.

LEIPINITZ, Guinter Tlajja. **Vida Independente, ainda que modesta**: dependentes, trabalhadores rurais e pequenos produtores na fronteira meridional do Brasil (C. 1884 –

C. 1920). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 285, 2016.

LONER, B. A. 1887: a revolta que oficialmente não houve ou de como abolicionistas se tornaram zeladores da ordem escravocrata. **História em Revista** (UFPel), Pelotas -RS, v. 3, p. 29-52, 1997.

LONER, Beatriz A. Negros: organização e luta em Pelotas. **História em Revista**, Pelotas, v. 5, p. 7-27, 1999.

MAC CORD, Marcelo; SOUZA, Robério Souza. **Trabalhadores livres e escravos**. In: GOMES, Flávio; SCHARCZ, Lilia M. (org.) Dicionário da escravidão e Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MATHEUS, Marcelo Santos. **Fronteiras da liberdade**: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil. São Leopoldo: Oikos, 2012.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**: o significado da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século XIX. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 5, p. 170-198, 2004.

MAUCH, Cláudia. Contando policiais: os registros de pessoal como fonte. **História Unisinos**, v. 16, p. 413-421, 2012.

MAUCH, Claudia. **Dizendo-se autoridade**: polícia e policiais em Porto Alegre (1896-1929). São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017.

MUGGE, Miquéias Henrique; COMISSOLI, Adriano (orgs.). **Homens e Armas**: recrutamento militar no Brasil (século XIX). São Leopoldo: Oikos, 201.

NASCIMENTO, Álvaro. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 29, nº 59, setembro-dezembro, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2021.

NEGRO, Antônio Luigi; GOMES, Flavio. Além das senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 217-240, 2006.

OLIVEIRA, Daniel. “Os facultativos são obrigados a declarar [...] cor, [...] moléstia”: mortalidade, atuação médica e pensamento racial em Porto Alegre, na segunda metade do século XIX. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

OLIVEIRA, Franciele Rocha de. **Dos Laços entre José e Innocência**: trajetórias de uma família negra entre a escravidão e a liberdade no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

PEDROSO, Guilherme Vargas. Trabalhadores e repressão no pós-abolição em Alegrete/RS (1890-1910). **História em Revista**, Pelotas/RS, v. 27, n. 2, p. 24-42, 2022.

PEDROSO, Guilherme Vargas. **Trabalhadores Negros ao Sul do Brasil: Alegrete/RS (1900-1905)**. 2021. 78.p. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Maria, 2021.

PERROT, Michele. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiro**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A emergência dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS: FAPERGS, 1989.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O cotidiano da República: elites e o povo na virada do século**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992.

REVEL, Jacques. **Jogo de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. Escravos brancos no Brasil oitocentista: tráfico interno, distinções raciais e significados de ser branco durante a escravidão. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 64, p. 51–94, 2021.

ROSA, Marcus Vinicius Freitas da. **Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o Pós-Abolição (1884-1918)**. Porto Alegre, RS: EST Editora, 2019.

ROSSI, Daiane Silveira. **Assistência à saúde e à pobreza no interior do sul do Brasil (1903-1913)**. Tese (Doutorado em História) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, p. 272, 2019.

SANTOS, Gabriela Rotilli dos. **Desabusadas e levadas ao diabo: mulheres pobres no ambiente urbano de Santa Maria no início do século XX (1903-1918)**. Dissertação (Mestrado em História – Universidade Federal de Santa Maria, p. 185, Santa Maria, 2021.

SANTOS, Gabriela Rotilli dos. **Na saúde e na doença: perfil social das mulheres pobres na Santa Maria/RS do início do século XX (1903-1913)**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, p. 63, 2017.

SANTOS, Gabriela; BRUNHAUSER, Felipe. Sobre pretos, pardos, mistos e morenos: notas de pesquisa acerca do perfil social de trabalhadores no Pós-Abolição a partir de registros hospitalares em Santa Maria nas primeiras décadas do século XX. In: IX ENCONTRO NACIONAL: ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 2019, Florianópolis. **Anais eletrônicos ...** Florianópolis, p. 1-16.

SANTOS, Taina Aparecida Silva. **Nem sempre escravas: trabalhadoras negras em Campinas e região (1876-1882)**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

SCHAEFFER, Bruno Marques; MAUCH, Cláudia; PASSOS, Iara Cunha. A Matrícula geral dos Enfermos e o estudo quantitativo e qualitativo da polícia em Porto Alegre (1910-1926). **Anais**. In: V Encontro de Pesquisadores do Centro Histórico-Cultural Santa Casa. Porto Alegre, 2017.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese de Doutorado em Psicologia. USP, São Paulo, 2012.

SILVA, Fernanda O.; Sá, Jardélia R.; Gomes, Luciano da C.; Rosa, Marcus Vinícius de F.; Perussatto, Melina K.; Silva, Sarah C. A.; Santos, Sherol dos. **Pessoas comuns, histórias incríveis**: a construção da liberdade na sociedade sul-rio-grandense. Porto Alegre: UFRGS/EST, 2017.

SILVA, Thiago Campos da. **A cor da cidade**: raça, controle social e modernidade no Rio de Janeiro (1890-1906). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

SÔNEGO, Márcio. A Cidade de Alegrete: Escravidão, Resistência e Liberdade. **Historiae**. v. 2, p. 163-174, 2011.

SÔNEGO, Márcio. A Lei do Ventre Livre e os possíveis caminhos para a liberdade dos escravizados em Alegrete - RS (1871-1888). **ESCRITAS**, v. 11, p. 67-81, 2019.

SÔNEGO, Márcio. A prática da alforria no Alegrete oitocentista: notas de pesquisa sobre as manumissões pagas (1832-1886). **Missões**: Revista de Ciências Humanas e Sociais, v. 5, n. 2, 4 mar. 2020.

SÔNEGO, Márcio. **Cartas de Alforria em Alegrete (1832-1886)**: informações, revelações e estratégias dos escravos para a liberdade. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SÔNEGO, Márcio. Entre o Cativo e a Liberdade: Cartas de Alforria em Alegrete (1832-1886). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alegrete**, v. 02, p. 29-38, 2012.

SÔNEGO, Márcio. O movimento pelo fim da escravidão em Alegrete (1880-1888): emancipacionismo e a participação da imprensa. **ESTUDIOS HISTÓRICOS** – Ano XII, nº 23, jul. 2020.

SÔNEGO, Márcio. **O processo de emancipação da escravidão no Brasil Meridional (Alegrete, 1871-1911)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, p. 372, Santa Maria, 2022.

SÔNEGO, Márcio. **Uma introdução à história dos trabalhadores negros no Clube União Operária de Alegrete**. Porto Alegre: Gráfica e Editora RJR, 2022.

SOUZA, Robério S. **Experiências de trabalhadores nos caminhos de ferro da Bahia: trabalho, solidariedade e conflitos (1892-1909)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2007.

THOMPSON FLORES, Mariana. **Crimes de Fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

THOMPSON FLORES, Mariana; FARINATTI, L.A. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: F. HEINZ (org.), **Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina**. São Leopoldo, Oikos, p. 145-177, 2009.

VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (Orgs.) **Ensaio de 21 Micro-História, Trajetórias e Imigração**. São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2016.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As Artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense – 1889-1928**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1997. p. 189.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Os nomes da liberdade: ex-escravos na Serra Gaúcha no pós-Abolição**. São Leopoldo: Oikos, 2008.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Ser moreno? ser negro? memórias de experiências de racialização no litoral norte do Rio Grande do Sul no século XX. **ESTUDOS HISTÓRICOS (RIO DE JANEIRO)**, v. 26, p. 409-428, 2013.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo; PERUSSATTO, Melina Kleinert. Problematizando raça a partir da guerra civil de 1893-1895. In: VARGAS, Jonas. (Org.). **Belicosas fronteiras. Contribuições recentes sobre política, economia e escravidão em sociedades americanas (século XIX)**. 1ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2017, v. 1, p. 305-321.

WITTER, Nikelen Acosta. **Males e epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)**. Tese (Doutorado em história) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.

XAVIER, Regina Célia Lima. A escravidão no Brasil Meridional e os desafios historiográficos. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antonio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos Cunha. **RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre: EdiPucRS, 2010.

XAVIER. Regina Celia Lima. Raça, civilização e cidadania na virada do século XIX e início do século XX. In: IV ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 2009, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba, p. 1-15, 2009.

ZUBARAN, Maria Angélica. A invenção branca da liberdade negra: memória social da abolição em Porto Alegre. **Fênix: Revista de História e Estudos Sociais**, Uberlândia, Vol. 6, nº 3, p. 1-15.